

Gilson Pôrto Jr.
Sinomar Soares Carvalho Silva
(Orgs.)

DIREITOS, TERRITÓRIOS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA AMÉRICA LATINA



CIÊNCIA



CONHECIMENTO



DIREITOS



JUSTIÇA



DEMOCRACIA

INFORMAÇÃO
É
DIREITO



Audiodescrição:

Capa vertical de livro acadêmico, com composição gráfica contemporânea e forte identidade latino-americana. O fundo combina tons de creme, azul profundo, verde, laranja e ocre, com texturas de aquarela, manchas e elementos pontilhados. Na parte superior esquerda aparecem os nomes dos organizadores, em azul-escuro: Gilson Pôrto Jr. e Sinomar Soares Carvalho Silva (Orgs.) Abaixo, em grandes letras maiúsculas, está o título: DIREITOS, TERRITÓRIOS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA AMÉRICA LATINA. As palavras “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA” aparecem em laranja, enquanto as demais estão predominantemente em azul-escuro. Na metade superior direita há uma representação estilizada do mapa da América Latina, formado por manchas de aquarela em verde, azul e ocre e recoberto por uma rede de pontos interligados, sugerindo comunicação, circulação de informações e conexão entre os territórios latino-americanos. Ao lado do mapa há uma coluna vertical de ícones circulares relacionados a conectividade, comunicação, natureza, sociedade, justiça, educação e divulgação. Na região central direita encontra-se o perfil de uma mulher indígena, representada com pintura facial, adornos e elementos vegetais, constituindo o principal elemento humano da composição e remetendo à diversidade cultural, aos povos originários e aos territórios latino-americanos. Na região central inferior aparece uma multidão, vista de costas, com uma pessoa segurando um cartaz com a inscrição “INFORMAÇÃO É DIREITO”. Ao fundo, há elementos urbanos, reforçando a relação entre comunicação, cidadania e direitos. No lado esquerdo, abaixo do título, há cinco elementos gráficos acompanhados das palavras: CIÊNCIA; CONHECIMENTO; DIREITOS; JUSTIÇA; DEMOCRACIA. Na parte inferior esquerda há um computador portátil exibindo um mapa da América Latina e gráficos de dados. Ao centro aparecem um livro aberto, materiais de leitura e uma pilha de livros identificados com expressões relacionadas a ciência, conhecimento, direitos humanos e comunicação científica. Na parte inferior direita aparecem uma antena parabólica, uma paisagem amazônica com construções ribeirinhas e uma pessoa em uma pequena embarcação, representando comunicação, território, tecnologia e diversidade socioambiental. Na base da capa há uma faixa curva em azul-marinho, delimitada por uma linha laranja. Nessa faixa estão os logotipos de Observatório Edições, à esquerda, e FELAFACS – Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social, à direita. A composição, em conjunto, articula visualmente ciência, conhecimento, direitos, justiça, democracia, comunicação, tecnologia, diversidade cultural e território, tendo a América Latina como eixo geográfico e conceitual central. Fim da audiodescrição.

Gilson Pôrto Jr.
Sinomar Soares Carvalho Silva
(Orgs.)

DIREITOS, TERRITÓRIOS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA AMÉRICA LATINA

Observatório Edições
2026

Diagramação/Projeto Gráfico: Gilson Pôrto Jr.
Arte de capa: Gilson Pôrto Jr. com uso de prompt autoral.
Publicado em: Agosto/2026.

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa, de propriedade intelectual e de uso de imagens, os autores de cada trabalho são plenamente responsáveis por todo seu conteúdo (inclusive pelos textos, figuras e fotos nele publicadas), isentando os organizadores de qualquer responsabilidade em todas as possíveis situações.



Todos os livros publicados pelo Selo Observatório/OPAJE estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2)

D598

Direitos, territórios e divulgação científica na América Latina [recurso eletrônico]. / organização de Gilson Pôrto Jr. e Sinomar Soares Carvalho Filho. — Palmas, TO: Observatório Edições, 2026.
234 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-977070-6-5

1. Divulgação científica. 2. Direitos sociais. 3. Territórios. 4. Comunicação científica. I. Pôrto Jr., Gilson. II. Carvalho Filho, Sinomar Soares.

CDD 306.4
CDU 316.77:001
LCC Q223

Marcelo Diniz – Bibliotecário – CRB 2/1533. Resolução CFB 184/2017.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Observatório Edições e/ou do OPAJE/UFT. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Todos os artigos passaram por avaliação dos pares.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REITORA

Profa. Dra. Maria Santana
Ferreira dos Santos

VICE-REITOR

Prof. Dr. Marcelo Leinerker Costa

Pró-Reitor de Graduação

Profa. Dra. Valdirene de Jesus

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Marcos Vinícius Giongo Alves

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Profa. M. Bruno Barreto

Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT)

Dr. Danilo de Melo Sousa
Dra. Eliane Marques dos Santos
Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior
Dr. Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma
Dr. José Lauro Martins
Dr. Nelson Russo de Moraes
Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Dra. Marli Terezinha Vieira
Dr. Sinomar Soares de Carvalho Silva



SELO EDITORIAL Observatório/OPAJE CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Prof. Dr. José Lauro Martins

Membros:

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Profa. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista

Universidade de Caxias do Sul; Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares

Clio & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória
– Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Brasil

Prof. Dr. Luiz Francisco Munaro

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Prof. Dr. José Manuel Pelóez

Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes

Universidade Estadual do Tocantins, Brasil



FEDERAÇÃO LATINO-AMERICANA DE FACULDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (FELEFACS) Conselho Diretivo 2025-2027

PRESIDENTE

Prof. Dr. Rafael González Pardo
Universidade de Tolima
(COLÔMBIA)

SECRETARIO EJECUTIVO

Prof. Dr. Santiago Humberto
Gómez
Universidade Autónoma de
Bucaramanga
(COLÔMBIA)

Membros:

Diretor Titular Países Andinos

Prof. Dr. Carlos Rivadeneyra Olcese
Universidade de Lima (PERU)

Diretor suplente Países Andinos

Prof. Dr. Juan Ramos Martín
Universidade Javeriana (COLÔMBIA)

Diretor Titular Cone Sur

Prof. Cristian Muñoz Catalán
Universidade de La Serena (CHILE)

Diretor Suplente Cone Sur

Prof. Dr. Ramon Burgos
Universidade Nacional de Jujuy (ARGENTINA)

Diretora Regional Caribe

Profa. Dra. Alicia Álvarez
Universidade APEC (REPÚBLICA DOMINICANA)

Diretor Suplente Regional Caribe

Prof. Alfredo Padrón Buonaffina
Instituto Tecnológico de Santo Domingo (INTEC, REPÚBLICA DOMINICANA)

Diretora Países Associados

Profa Dra. Sindy Chapa
Universidade Estatal de La Florida (ESTADOS UNIDOS)

Diretora Regional Centro América

Profa. Dra. Arely Franco
Universidade de El Salvador (EL SALVADOR)

Diretora Regional Centro América

Profa. Dra. Leonor Lucia González Quiñonez
Universidade Rafael Landívar (GUATEMALA)

Diretor Regional México

Prof. Dr. Mariano Navarro
Universidade Panamericana (MÉXICO)

Diretor Regional Brasil

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior
Universidade Federal de Tocantins (BRASIL)

Como Referenciar ABNT NBR 6023/2018

Documento no todo

PÔRTO JR., Gilson; SILVA; Sinomar Soares Carvalho (Orgs.). **DIREITOS, TERRITÓRIOS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA AMÉRICA LATINA**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2026. 234 p. ISBN 978-65-977070-6-5.

Nos Capítulos

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. /n: PÔRTO JR., Gilson; SILVA; Sinomar Soares Carvalho (Orgs.). **DIREITOS, TERRITÓRIOS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA AMÉRICA LATINA**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2026, p. xx-xx.

SUMÁRIO

PREFÁCIO / 11

COMUNICAÇÃO, DIREITOS E CONHECIMENTO EM TERRITÓRIOS LATINO-AMERICANOS

Sinomar Soares de Carvalho Silva e Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior

CAPÍTULO 1: MINANDO A RESISTÊNCIA: O DISCURSO EMPRESARIAL COMO ESTRATÉGIA DE SILENCIAMENTO EM TERRITÓRIO DE MINERAÇÃO / 19

Ana Vitória Alkmim de Souza Lima e Janaina Alves More

CAPÍTULO 2: JORNALISMO SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA: uma reflexão a partir do ensino de graduação / 59

Laiza Monik de Oliveira Mangas e Rosane Maria Albino Steinbrenner

CAPÍTULO 3: SENTIDOS E USOS DA COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL NO CONTEXTO MIGRATÓRIO TRANSNACIONAL: aportes teórico-metodológicos / 87

Mohammed ElHajji

CAPÍTULO 4: LETRAMENTO INFORMACIONAL E EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA: práticas pedagógicas no combate à desinformação entre jovens / 123

Igor Arnaldo Soares de Alencar e Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior

CAPÍTULO 5: ENSINO DE ACESSIBILIDADE NO JORNALISMO E NA COMUNICAÇÃO: pesquisa participante para experimentação docente / 143

Samara Wobeto e Viviane Borelli

CAPÍTULO 6: PESQUISA APLICADA EM JORNALISMO E O DESAFIO DA INSERÇÃO MERCADOLÓGICA: uma análise da produção acadêmica no Nordeste / 163

Emanuela Bezerra Gueiros, Guilherme Gonçalves Carvalho e Alexsandro Teixeira Ribeiro

CAPÍTULO 7: JORNALISMO DE DADOS COMO MÉTODO DE INTERVENÇÃO SOCIAL: uma experiência interdisciplinar na prototipagem em 3D para animais com deficiência / 201

Mayane Batista Lima e Laísa Maida Pinto Lima

ÍNDICE REMISSIVO / 221

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES / 227

COMUNICAÇÃO, DIREITOS E CONHECIMENTO EM TERRITÓRIOS LATINO-AMERICANOS

O livro **DIREITOS, TERRITÓRIOS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA AMÉRICA LATINA** reúne pesquisas que, embora partam de objetos empíricos distintos, convergem para uma questão central: como a comunicação, a produção do conhecimento e as práticas jornalísticas podem contribuir para tornar visíveis direitos, sujeitos, conflitos e saberes que permanecem, muitas vezes, nas margens dos regimes dominantes de informação?

Essa pergunta ganha especial importância em uma América Latina marcada por desigualdades históricas, conflitos territoriais, assimetrias de poder, transformações tecnológicas e disputas permanentes pela produção e circulação dos sentidos. O próprio projeto editorial da obra inscreve-se nesse horizonte ao articular divulgação científica, direitos sociais, territórios e comunicação científica.

Os capítulos aqui reunidos não oferecem uma resposta única. Ao contrário, apresentam diferentes caminhos para compreender a comunicação como prática social, política, educativa, tecnológica e epistemológica. O resultado é uma obra plural, na qual jornalismo, educação, acessibilidade, migrações, Amazônia, pesquisa aplicada, dados e intervenção social se encontram.

O primeiro capítulo, **"MINANDO A RESISTÊNCIA: o discurso empresarial como estratégia de silenciamento em território de mineração"**, de Ana Vitória Alkmim de Souza Lima e Janaina Alves More, desloca o olhar para os territórios atingidos por tragédias socioambientais. A partir da articulação entre Ecologia Humana e Análise Crítica do Discurso, o estudo examina como a comunicação empresarial pode participar da produção de consensos, da reconstrução reputacional e do apagamento simbólico das responsabilidades. O caso de Brumadinho é analisado como espaço de disputa entre o discurso corporativo e as narrativas dos sujeitos atingidos.

A importância desse capítulo ultrapassa o caso específico estudado. Ele nos lembra que comunicar também significa disputar poder sobre a memória, a verdade e a interpretação dos acontecimentos. Em territórios marcados pelo extrativismo, a linguagem pode ser instrumento de legitimação, mas também pode constituir espaço de resistência. A escuta dos atingidos, nesse sentido, transforma-se em procedimento epistemológico e político: ouvir aqueles que experimentam diretamente os efeitos da violência territorial significa confrontar os discursos que procuram estabilizar uma única narrativa sobre o desastre.

O segundo capítulo, **"JORNALISMO SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA: uma reflexão a partir do ensino de graduação"**, de Laiza Monik de Oliveira Mangas e Rosane Maria Albino Steinbrenner, amplia essa discussão ao colocar a formação jornalística diante da complexidade amazônica. A Amazônia aparece como território de biodiversidade, mas também de conflitos econômicos, políticos,

sociais e ambientais, atravessados por relações assimétricas de poder. O capítulo destaca ainda os riscos enfrentados por jornalistas e comunicadores que atuam na região.

Mais que defender uma especialização temática, as autoras propõem uma formação capaz de reconhecer a complexidade socioambiental da região e de aproximar universidade, jornalismo, comunidades e práticas independentes. A formação de jornalistas para a Amazônia, portanto, não pode prescindir da pluralidade de fontes e da valorização dos conhecimentos de povos indígenas, quilombolas e outros grupos historicamente sub-representados.

O terceiro capítulo, **“SENTIDOS E USOS DA COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL NO CONTEXTO MIGRATÓRIO TRANSNACIONAL: aportes teórico-metodológicos”**, de Mohammed ElHajji, desloca a reflexão para as experiências de mobilidade e para os processos de constituição da alteridade. A comunicação intercultural é compreendida não como simples instrumento técnico para administrar diferenças culturais, mas como dimensão constitutiva da experiência social, da subjetividade e das relações entre sujeitos.

Essa perspectiva é particularmente fecunda para pensar a América Latina contemporânea, região atravessada por movimentos migratórios, diásporas, fronteiras e múltiplos pertencimentos. As tecnologias de informação e comunicação participam dessas experiências ao possibilitar redes diaspóricas, trocas digitais e novas formas de negociação cultural. O migrante emerge, assim, não apenas como destinatário de políticas ou objeto de representação, mas como sujeito comunicante e mediador intercultural.

O quarto capítulo, **“LETRAMENTO INFORMACIONAL E EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA: práticas pedagógicas no combate à desinformação entre jovens”**, de Igor Arnaldo Soares de Alencar, aproxima comunicação e educação. O capítulo parte da transformação provocada pela cultura digital nos modos de produzir, circular e apropriar-se da informação. Nesse ambiente, os indivíduos assumem simultaneamente posições de produtores e

consumidores, enquanto a velocidade e a fragmentação dos fluxos informacionais ampliam os desafios relacionados à qualidade, à confiabilidade e à interpretação dos conteúdos.

A contribuição do capítulo reside em compreender o letramento informacional como instrumento de enfrentamento à desinformação. Não se trata simplesmente de ensinar jovens a localizar informações, mas de desenvolver capacidades críticas para avaliar fontes, interpretar conteúdos e participar responsavelmente dos ambientes comunicacionais. O texto aponta, inclusive, a necessidade de ampliar pesquisas pedagógicas sobre letramento informacional em diferentes contextos educacionais.

O quinto capítulo, **"ENSINO DE ACESSIBILIDADE NO JORNALISMO E NA COMUNICAÇÃO: pesquisa participante para experimentação docente"**, de Samara Wobeto e Viviane Borelli, acrescenta à obra uma dimensão fundamental: o direito de participar dos processos comunicacionais em condições de acessibilidade. As autoras identificam a sala de aula como espaço estratégico para transformar culturas profissionais e preparar futuros jornalistas para incorporar tecnologias assistivas e práticas de produção de narrativas acessíveis.

A acessibilidade, nesse enquadramento, não é um recurso suplementar nem uma concessão. É uma dimensão do próprio direito à comunicação e à informação. Ao levar a discussão para a formação universitária, o capítulo desloca o debate da adaptação posterior dos produtos comunicacionais para a formação de uma cultura profissional orientada desde sua origem pela inclusão.

O sexto capítulo, **"PESQUISA APLICADA EM JORNALISMO E O DESAFIO DA INSERÇÃO MERCADOLÓGICA: uma análise da produção acadêmica no Nordeste"**, de Emanuela Bezerra Gueiros, Guilherme Gonçalves Carvalho e Alexsandro Teixeira Ribeiro, aborda uma questão decisiva para o desenvolvimento científico do campo: a relação entre conhecimento acadêmico e prática profissional. O estudo investiga pesquisas aplicadas em jornalismo produzidas no

Nordeste entre 2020 e 2024, destacando a necessidade de metodologias capazes de responder a problemas concretos do campo.

A discussão é particularmente relevante porque recoloca a universidade diante de sua responsabilidade de produzir conhecimento capaz de dialogar com demandas sociais e profissionais. Pesquisa aplicada não significa reduzir a ciência à utilidade imediata; significa, antes, estabelecer pontes entre reflexão, experimentação, inovação e transformação das práticas.

Por fim, o sétimo capítulo, **"JORNALISMO DE DADOS COMO MÉTODO DE INTERVENÇÃO SOCIAL: uma experiência interdisciplinar na prototipagem em 3D para animais com deficiência"**, de Mayane Batista Lima e Laísa Maida Pinto Lima, radicaliza a ideia de jornalismo como prática de intervenção. O capítulo articula jornalismo de dados, ciência de dados, interdisciplinaridade e prototipagem em 3D para enfrentar uma situação de invisibilidade social: a condição de animais com deficiência.

Aqui, o dado deixa de ser apenas recurso ilustrativo da narrativa jornalística. Ele torna-se instrumento de investigação, visibilização e intervenção social. A ausência de dados também passa a ser compreendida como informação relevante: aquilo que não foi registrado, sistematizado ou tornado visível pode revelar desigualdades e indicar a necessidade de novas formas de investigação e ação.

É justamente nessa diversidade que reside a força desta coletânea. Seus capítulos percorrem territórios minerários, Amazônia, espaços migratórios, ambientes escolares, universidades, redações e ecossistemas digitais, mas todos retornam a questões semelhantes: quem pode falar? Quem é ouvido? Quem produz conhecimento? Quem permanece invisível? Quais discursos adquirem legitimidade? Que tecnologias podem ampliar direitos e quais podem reproduzir desigualdades?

A obra demonstra, assim, que comunicação, ciência e direitos não são campos isolados. A produção científica depende de condições de circulação e apropriação social do conhecimento; os direitos dependem também da capacidade de sujeitos e comunidades tornarem públicas suas experiências; e a comunicação constitui um dos principais espaços contemporâneos de disputa por visibilidade, reconhecimento e legitimidade.

Há, ainda, um aspecto particularmente importante: o livro não pensa a América Latina como simples recorte geográfico. O continente aparece como território histórico de disputas epistemológicas, sociais, ambientais e comunicacionais. A presença da Amazônia, das migrações, dos conflitos socioambientais, das desigualdades e das experiências de grupos historicamente invisibilizados permite compreender que produzir conhecimento sobre a região exige reconhecer seus próprios saberes, contradições e formas de resistência.

Nesse sentido, a divulgação científica aqui defendida não deve ser entendida apenas como tradução simplificada da ciência para públicos não especializados. Ela pode ser compreendida como prática democrática de circulação do conhecimento, capaz de aproximar universidade e sociedade, tornar públicos problemas coletivos, qualificar debates e fortalecer sujeitos e territórios.

Os capítulos desta obra nos convidam, portanto, a pensar a comunicação não apenas como meio, mas como território de direitos. Um território onde se disputam narrativas, memórias, identidades, dados, imagens, conhecimentos e possibilidades de futuro.

Que este livro possa contribuir para ampliar essas disputas em favor de uma comunicação mais democrática, acessível, plural, crítica e socialmente responsável. E que, a partir das experiências aqui reunidas, possamos reconhecer que divulgar conhecimento é também democratizar poder; comunicar direitos é também produzir

cidadania; e tornar visíveis territórios, sujeitos e saberes é uma forma de construir justiça.

Boa leitura.

Sinomar Soares de Carvalho Silva
Gilson Pôrto Jr.

MINANDO A RESISTÊNCIA: O DISCURSO EMPRESARIAL COMO ESTRATÉGIA DE SILENCIAMENTO EM TERRITÓRIO DE MINERAÇÃO

Ana Vitória Alkmim de Souza Lima
Janaina Alves More

Em regiões afetadas por tragédias socioambientais, a disputa por narrativas tem se tornado tão acirrada quanto a busca por reparações materiais. Quando comunicação, poder e território se entrelaçam, a abordagem analítica transdisciplinar trazida pela Ecologia Humana ajuda a revelar os discursos que moldam esses contextos. Ao analisar interações entre sociedades humanas e ecossistemas, articulam-se saberes das ciências da vida, da Terra e das humanidades para compreender como grupos sociais se adaptam às transformações ambientais e influenciam os sistemas naturais que os cercam (Becker & Ostrom, 1995).

Em sua vertente crítica, esse campo identifica os conflitos socioambientais como respostas a mudanças ecológicas e como fenômenos complexos, atravessados por desigualdades históricas, interesses econômicos e disputas simbólicas que transcendem os danos ambientais (Catton Jr. e Dunlap, 1998).

O fenômeno da globalização neoliberal intensifica esses conflitos, especialmente em territórios afetados pelo extrativismo. Como alerta Sousa Santos (2019), embates entre grupos hegemônicos e subalternos promovem desequilíbrios com dimensões políticas, culturais e discursivas. É o caso da “maldição dos recursos naturais” (Acosta, 2009; Auty, 1993): regiões ricas em minerais experimentam maior vulnerabilidade social, agravada por práticas corporativas sustentadas por discursos legitimadores (Nkrumah, 1965; Fontoura *et al.*, 2019).

O discurso empresarial emerge como um dos principais instrumentos de gestão simbólica dessas contradições. No capitalismo global contemporâneo, a linguagem é mobilizada para naturalizar reestruturações e legitimar desigualdades (Rezende e Ramalho, 2006). A Análise Crítica do Discurso (ACD) oferece um caminho eficaz para desvelar tais mecanismos, identificando estratégias simbólicas que sustentam relações hegemônicas em territórios impactados.

Este trabalho analisa o processo de reparação após uma tragédia socioambiental, em que a empresa causadora do desastre ativou dispositivos discursivos para reconstruir sua imagem e neutralizar o contradiscurso dos atingidos. A escuta das narrativas na comunidade atingida revela, contudo, tensões e resistências que confrontam o discurso institucional. Com base na ACD, busca-se compreender como tais estratégias operam na produção de um ethos empresarial que combina responsabilidade social e apagamento simbólico da culpa.

Ao confrontar relatórios institucionais, documentos e relatos da população atingida, evidenciam-se embates entre o discurso

corporativo e as vozes da resistência. Mais que um estudo sobre comunicação e linguagem, trata-se de uma reflexão sobre poder, memória e justiça ambiental em contextos de catástrofe. Frente à escassez de estudos que abordem criticamente o papel do discurso organizacional no setor minerário, esta pesquisa propõe uma contribuição original ao colocar comunicação e linguagem no centro das disputas por sentido e reparação em territórios marcados pelo luto e pela luta.

Ao expor os efeitos ecológico-discursivos da linguagem corporativa, o estudo revela o vínculo entre destruição territorial e produção de consenso como formas de dominação. Parte-se da hipótese de que o discurso da empresa atua como instrumento de dominação simbólica, legitimando práticas hegemônicas e silenciando contradiscursos. A pesquisa busca compreender como, após o rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, a Vale S.A. constrói um ethos que obscurece responsabilidades e reforça seu poder.

Tal investigação insere-se no contexto do *capitalismo de desastre* — lógica que instrumentaliza situações de crise para implementar reformas neoliberais, consolidar privatizações e blindar corporações contra responsabilizações efetivas (Klein, 2008). A comoção pública e a desorganização social abrem espaço para a suspensão de garantias democráticas e o enfraquecimento das resistências coletivas, com estratégias de comunicação orientadas à desmobilização das vítimas e à consolidação da dominação simbólica (Sousa Santos, 2019).

Para Rojas (2020), o desastre representa uma oportunidade para a reconfiguração autoritária das relações sociais e territoriais, ancorada em dispositivos simbólicos que naturalizam a desigualdade. A comunicação empresarial é central, pois atua na produção de consenso, reorganização da memória coletiva e diluição de responsabilidades, sob a retórica da reconstrução e da superação. É esse o panorama que esta análise busca desvelar, ao

examinar como o discurso da Vale opera na gestão simbólica do desastre, silenciando vozes dissidentes e reafirmando sua autoridade nos territórios.

Estudos recentes têm se dedicado a examinar o papel da linguagem em contextos de desastre (Nobre *et al.*, 2022; Lamsal *et al.*, 2023; Vitiugin & Castillo, 2022), com ênfase nos dispositivos discursivos utilizados para a gestão simbólica de crises. No campo das corporações extrativistas, autores como OCDE (2023), Machado e Castro (2024), Soares e Bonduki (2024), Gadelha *et al.* (2024), Carvalho (2024), Alencar *et al.* (2025) e Leal *et al.* (2025) têm analisado as estratégias de empresas voltadas à preservação de sua reputação diante das populações afetadas por desastres ambientais.

Estudos sobre desastres da Vale S.A. revelam insatisfação das comunidades, denunciando autoritarismo e dissonância entre discurso e prática. Gadelha *et al.* (2024) e Carvalho (2024) identificam uso estratégico da comunicação como blindagem reputacional, enquanto Alencar *et al.* (2025) mostram a simulação de responsabilidade nos relatórios. Apesar dessas contribuições, muitos estudos focam aspectos formais sem explorar disputas de sentido nos territórios.

Embora autores como Fairclough (2003) e Wodak (2015) aprofundem o papel do discurso na reprodução de poder em contextos organizacionais, ainda são raros os estudos que o investigam como mecanismo de silenciamento simbólico em territórios afetados por desastres ambientais. Análises como as de Klein (2008) e Rojas (2020) sobre o capitalismo de desastre pouco exploram os recursos linguísticos utilizados pelas corporações para reconfigurar a memória coletiva e neutralizar resistências locais. Este trabalho propõe um deslocamento analítico ao articular a ACD com a Ecologia Humana, buscando compreender como o discurso empresarial atua na produção de consenso e na legitimação da autoridade simbólica em contextos marcados por violência ambiental e institucional.

Vistos como narrativas testemunhais (Seligmann-Silva, 2023; Pollak, 1989) que, além de denunciar fatos, reivindicam legitimidade pela experiência direta do trauma, relatos de populações atingidas funcionam como memórias subterrâneas que resistem ao discurso oficial e ao apagamento institucional. Carregam força ética e política, exigindo reconhecimento do sofrimento e desestabilizando enquadramentos simbólicos empresariais. O estudo integra essas vozes como formas de resistência simbólica e disputa por memória, verdade e justiça.

Neste trabalho, o *silenciamento simbólico* é compreendido como um processo discursivo por meio do qual vozes, memórias e experiências são excluídas ou deslegitimadas no espaço público. Inspirado em autores como Bourdieu (2003), Van Dijk (2008) e Pollak (1989), ele não se dá apenas pela censura explícita, mas pela invisibilização sutil, seleção estratégica de discursos autorizados e construção de narrativas que esvaziam a potência crítica dos testemunhos dissidentes. Trata-se de uma forma de dominação que opera na produção de consenso, na despolitização do trauma e na manutenção de hierarquias discursivas em territórios marcados por violência institucional.

Além da introdução, o texto apresenta o referencial teórico, que articula Ecologia Humana, Análise Crítica do Discurso, teorias do poder simbólico e da comunicação organizacional, abordando conceitos como neocolonialismo, capitalismo de desastre, ethos empresarial e estratégias de legitimação simbólica. Em seguida, expõe a metodologia, com foco na ACD e na triangulação de *corpora* compostos por documentos institucionais da Vale, materiais oficiais e entrevistas com atingidos pelo desastre de Brumadinho. Na análise, são identificadas quatro facetas do discurso empresarial, contrapostas ao contradiscurso crítico da população atingida. Ao final, são destacadcos os principais achados, contribuições e implicações para o debate sobre justiça ambiental e responsabilização corporativa.

A Análise Crítica do Discurso e sua aplicação

A ACD vem se consolidando como uma abordagem potente para revelar os mecanismos discursivos que sustentam relações de poder (Fairclough, 2001, 2003; Chouliaraki & Fairclough, 1999). Este trabalho se apoia nesse arcabouço, propondo uma ampliação metodológica ao conectá-lo com os fundamentos da Ecologia Humana, de modo a analisar as dimensões simbólicas e ecológicas da linguagem empresarial em territórios impactados por desastres.

Adotando abordagem transdisciplinar, a ACD investiga relações entre linguagem, poder e ideologia, entendendo o discurso como constituinte ativo de práticas sociais, examinando como estruturas discursivas reproduzem assimetrias sociais. O discurso é prática social com agência, moldando subjetividades e estabelecendo regimes de verdade. A ACD vai além da descrição textual, incorporando engajamento ético-político com contextos histórico-sociais. Ao revelar ideologias em enunciados aparentemente neutros, mostra-se eficaz para compreender disputas simbólicas nos campos organizacional e ambiental.

No contexto corporativo, a linguagem sustenta hegemonia empresarial por narrativas que mascaram relações de poder. Bourdieu (2003) define o discurso como mecanismo de dominação simbólica que naturaliza hierarquias. A comunicação de organizações de alto impacto socioambiental apresenta estruturas de legitimação que minimizam impactos negativos. Este fenômeno é evidente em catástrofes como Brumadinho, em que a Vale empregou estratégias discursivas para projetar um ethos de compromisso com reparação e sustentabilidade, enquanto o contradiscurso das vítimas evidenciava as contradições entre fatos e representações promovidas pela empresa (Santos, 2019; Migueles *et al.*, 2023). O contradiscurso representa uma prática contra-hegemônica que desafia representações institucionalizadas,

desestabilizando relações de poder e propondo novos sentidos para a realidade social (Fairclough, 2003).

A relação entre discurso e poder evidencia-se nas narrativas empresariais durante crises (Ramalho e Rezende 2011). Usando mecanismos discursivos, multinacionais atenuam sua responsabilidade e redirecionam o problema para fatores externos, como falhas sistêmicas ou eventos imprevisíveis. Esse fenômeno, alinhado ao *decoupling* (Contreras-Pacheco, 2018), demonstra como o discurso funciona para desvincular a retórica organizacional da prática efetiva. Trata-se da discrepância entre o discurso corporativo e as ações implementadas, que permite que empresas performem conformidade normativa sem alterar práticas estruturais, protegendo sua reputação enquanto mantêm modelos de negócio predatórios. É um mecanismo simbólico de blindagem que instrumentaliza a linguagem para suavizar críticas e evitar responsabilizações concretas.

Gudynas (2009) e Martínez-Alier (2002) demonstram que o discurso corporativo se apropria de conceitos como desenvolvimento para justificar práticas de exploração e exclusão. Esta construção mantém governança com poder corporativo desproporcional sobre comunidades, substituindo o Estado em políticas compensatórias. Sousa Santos (2019) argumenta que tal dinâmica integra uma estrutura global de desigualdade, em que o Sul Global se subordina às agendas econômicas corporativas, manipulado por discursos que mascaram dependência e intensificam assimetrias sociais.

A análise de eventos críticos no setor extrativo revela que o discurso organizacional utiliza recursos linguísticos para estabelecer hegemonia discursiva, revelando padrões: eufemização de danos, valorização da inovação tecnológica como solução e diluição de responsabilidades institucionais (Fairclough, 2003; Wodak, 2015). Tais estratégias manifestam-se nas narrativas de mineradoras que minimizam a percepção pública dos impactos de suas operações,

privilegiando discursos centrados em medidas corretivas e reforçando valores de transparência e compromisso social.

No caso de Brumadinho, o discurso da Vale fundamentou-se na construção de uma identidade organizacional resiliente, posicionando-se como agente de transformação e de aprendizado contínuo, enquanto ignorava evidências de negligência e de impactos de longo prazo sobre os atingidos (Miguelles *et al.*, 2023).

Mineração, Poder e Neocolonialismo

Empreendimentos multinacionais em nações periféricas frequentemente envolvem atividades extrativistas com volumosos recursos financeiros, fomentando condutas neocolonialistas (Gudynas, 2009). Nkrumah (1965) define neocolonialismo como o estágio final do imperialismo, em que países aparentemente independentes têm suas políticas e sistema econômico controlados externamente por países desenvolvidos. Numa versão atualizada da relação metrópole-colônia, países periféricos comercializam matérias-primas a preços internacionais, adquirindo produtos manufaturados das nações centrais. Essa estratégia de desenvolvimento, típica de países latino-americanos e conhecida como “Consenso das Commodities” (Svampa, 2019), limita possibilidades de industrialização e cria dependência, sendo a posição de controle frequentemente exercida por conglomerados financeiros transnacionais.

Nkrumah (1965) observa que o capital estrangeiro atua como instrumento de exploração, não de desenvolvimento, intensificando desigualdades ao transferir conflitos sociais para as nações exploradas. Brasil e Bolívia exemplificam o Paradoxo da Abundância (Acosta, 2009; Auty, 1993): suas populações enfrentam conflitos e deterioração social em regiões mineradoras devido à atuação multinacional. Mesmo a assistência oferecida pelos controladores constitui créditos que retornam como maiores lucros.

Essas práticas de controle estrutural são potencializadas em situações de crise, intensificando mecanismos de dominação simbólica e econômica – contexto em que se insere o capitalismo de desastre (Klein, 2008), conceito enraizado na visão de crise de Friedman (1962), que defendia reformas liberalizantes imediatas após desastres. O fenômeno, também analisado por Bourdieu (1997) e Sousa Santos (2019), mostra como medidas inicialmente provisórias tornam-se transformações permanentes nas estruturas socioeconômicas de territórios vulnerabilizados. É um modelo que se alinha à lógica neoliberal, priorizando o mercado sobre a democracia e a solidariedade.

Rojas (2020, p. 227) critica o capitalismo de desastre pelo uso de mecanismos de "tortura social", que fragilizam as vítimas para induzi-las a aceitar compensações indevidas e desmobilizar oposições, visando "reduzir o gasto social ao máximo, neutralizar a resistência e consolidar a ascensão do capitalismo de desastre no Brasil". Com ramificações econômicas, comunitárias, psíquicas, físicas e políticas, essas técnicas fazem com que as vítimas aprendam a "olhar para o horror sem realmente vê-lo ou tampouco senti-lo; aprenderam a tolerá-lo e, finalmente, a aceitá-lo, até justificá-lo" (Rojas, 2020, p. 276).

Empresas, Estratégias Discursivas e Gestão de Reputação

O ethos empresarial como dispositivo simbólico

O ethos, um recurso simbólico, influencia as relações da empresa com seus públicos, sendo a gestão discursiva crucial para estabelecimento de autoridade e credibilidade, influenciando a adesão dos atores em seu entorno.

A construção do ethos empresarial está ligada à capacidade performativa do discurso, que produz efeitos na realidade social (Austin, 1962; Searle, 1969). As empresas constroem sua identidade

discursivamente, ajustando a imagem pública a demandas externas (Fairclough, 2003). Esse processo corporativo busca reforçar valores como confiabilidade e responsabilidade social, negociando poder e interesses econômicos.

Na ACD, o ethos é construção discursiva estratégica ligada à autoridade simbólica. É um posicionamento que mobiliza elementos linguísticos e contextuais para influenciar percepções e consolidar relações de poder. Esta construção segue princípios estratégicos de eficácia, destacando-se intertextualidade, modalização e adequação retórica a diferentes contextos.

A gestão do ethos envolve ressignificação e negociação simbólica para equilibrar autoridade e pressões por mudanças. No neoliberalismo, a imagem corporativa, um ativo valioso, influencia a competitividade e sustentabilidade. A ênfase em inovação, sustentabilidade e inclusão adapta-se ao mercado global e busca ressignificar relações. Boltanski e Chiapello (2009) notam que discursos progressistas evitam críticas e mantêm a adesão, com mudanças práticas limitadas a interesses mercadológicos.

A construção do ethos empresarial pelo discurso não se limita a um exercício retórico, sendo uma estratégia essencial para manter legitimidade e poder. Envolve a articulação de recursos discursivos na consolidação da identidade e na gestão das relações com os diversos públicos da empresa. Em crises ou contestações sociais, o manejo estratégico do discurso é crucial para a sustentabilidade, reforçando a credibilidade e minimizando riscos. A ACD, ao evidenciar os mecanismos que estruturam essa construção discursiva, revela a centralidade do ethos na disputa simbólica, mostrando como a linguagem corporativa mantém estruturas de poder.

Na próxima seção, veremos como, em Brumadinho, categorias analíticas como ethos, modalização, *greenwashing* e gestão de stakeholders são fundamentais para analisar os discursos da Vale na tentativa de (re)construção reputacional.

A teoria dramatúrgica e o gerenciamento da imagem

A Teoria Dramatúrgica de Goffman (1985) é útil para analisar a imagem corporativa nas comunicações. O autor define duas "regiões": 1) a fachada, representação pública baseada em informações intencionais – o discurso corporativo de Contreras-Pacheco (2018), e 2) os bastidores, que contêm recursos para construir a representação e elementos que podem comprometer a imagem. Segundo Fonseca e Bursztyn (2007), nos bastidores identificam-se inconsistências entre identidades sociais reais e virtuais – como afirma Contreras-Pacheco quando trata do *decoupling*.

Goffman (1963) identifica duas situações de discrepância entre identidade real e virtual: o desacreditado (discrepância evidente) e o desacreditável. Neste último, o indivíduo manipula informações, "escondendo símbolos que denunciariam o estigma e emitindo informações falsas" (Goffman, 1963, p. 81). Na dissimulação, o desacreditável usa sinais desidentificadores para questionar a imagem virtual desfavorável, redirecionando-a positivamente e obtendo vantagens simbólicas.

Esses mecanismos ajudam a entender a gestão da reputação, especialmente em crises, quando a credibilidade institucional é crucial. Ao operar como discurso-chave na contemporaneidade, com influência abrangente e capacidade de colonizar outras esferas, criando ambiguidade entre intenções estratégicas e comunicativas, a publicidade dificulta a distinção entre expressão autêntica e manipulação, ampliando as vantagens simbólicas das empresas (Fairclough, 1989).

Na análise empírica, essas estratégias serão visíveis no caso da Vale, que buscou se apresentar como ambientalmente responsável, enquanto ocultava práticas de exclusão e negligência com as comunidades atingidas.

A teoria dos stakeholders e seus limites

Como apontado na seção anterior, a construção do ethos empresarial utiliza estratégias discursivas para manter a autoridade simbólica. A gestão dos stakeholders, frequentemente usada pelas corporações na mediação com os públicos, pode funcionar como instrumento de controle simbólico. Freeman (1984) define como stakeholders todos que influenciam ou são influenciados pela organização – essa identificação é feita pela empresa, segundo seus interesses, o que pode restringir a participação de grupos afetados no caso de desastres. Em processos de reparação, as decisões costumam ser unilaterais, sob o falso pretexto de escuta e inclusão. Tanto é que, duas décadas após a formulação, McVea e Freeman (2005, p. 60) criticam a teoria, notando que stakeholders "são tratados não como indivíduos moralmente importantes, mas como abstrações, caracterizadas pelos papéis que desempenham".

Colvin *et al.* (2020) propõem a abordagem GRAN (Gestão de Recursos Ambientais e Naturais, do inglês ENRM – Environmental and Natural Resource Management), que abrange diversas formas de engajamento, individual ou por estruturas sociais. Segundo Colvin *et al.* (2020), essa perspectiva foca no problema de sustentabilidade do sistema, não em uma organização específica. Essa abordagem é uma escolha ética e epistemológica, centrando o problema, não a organização. Ela rompe com a racionalidade instrumental, valorizando conhecimentos locais e relações horizontais, especialmente em contextos de injustiça ambiental.

Os processos decisórios devem ser dialógicos, conduzidos por mediadores qualificados (órgãos governamentais atuando como stakeholders privilegiados) para administrar interesses e mitigar assimetrias. O entendimento mútuo das perspectivas contribui para identificar conflitos e evitar equívocos. Com isso, os autores sustentam que é possível criar confiança entre os diversos públicos envolvidos, essencial para acordos legítimos de sustentabilidade.

A lógica da reparação e o silenciamento dos atingidos

No contexto da extração de recursos naturais, segundo Fontoura *et al.* (2019), a perspectiva tradicional coloca o poder corporativo privado como central, desconsiderando outros atores ou usando-os apenas para validar decisões.

O desastre de Brumadinho exemplifica essa exclusão simbólica, com a Vale promovendo a aparência de diálogo sem participação efetiva. Zhouri *et al.* (2016) descrevem a estratégia de empresas para "empoderar" a comunidade: consultar, deliberar privativamente e comunicar decisões já tomadas. As consultas, muitas vezes, não tratam do que fazer, mas das condições da prática (Reed *et al.*, 2009). Atores que não se alinham são cooptados ou marginalizados; manifestações legítimas são minimizadas ou ignoradas, gerando conflitos pela desigualdade de poder que exclui as comunidades.

A instrumentalização da Teoria dos Stakeholders para reforçar a autoridade corporativa a converte em um mecanismo de silenciamento — o que se evidencia na forma como a reparação foi conduzida após o desastre. Banerjee (2008) denuncia que discursos de responsabilidade e sustentabilidade velam o *decoupling* e limitam o descontentamento, legitimando a posição dominante. Com isso, a teoria pode se tornar neocolonialista, controlando stakeholders e reduzindo o compromisso com eles ao discurso, com empresas socialmente irresponsáveis usando discursos persuasivos (fachada) desconectados da prática (bastidor) (Pereira, 2021). Iniciativas insignificantes são amplificadas (*greenwashing*), sem transformação real na visão corporativa; ocasionalmente, até medidas remediadoras são apresentadas como promoção de sustentabilidade (Zhouri *et al.*, 2016). Trata-se do *business-as-usual*, "colorido de verde", sem transformação substantiva na visão corporativa de mundo – interesses comerciais estabelecem os parâmetros da sustentabilidade.

Metodologia

Abordagem metodológica e fundamentos teóricos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa para compreender processos discursivos e dinâmicas sociopolíticas envolvidas na construção do discurso organizacional em desastres socioambientais, com implicações para a governança e a sustentabilidade. Fundamentada na Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough (2003), a investigação examina como linguagem, poder e ideologia se articulam para naturalizar assimetrias e sustentar a hegemonia. Também contribuem Wodak (2001) e Van Dijk (1998), com ênfase nas dimensões sociocognitivas e contextos históricos.

A pesquisa propõe uma leitura crítica da linguagem como mecanismo simbólico de governança em conflitos socioambientais. Realizado após o rompimento da barragem em Brumadinho, o trabalho exigiu atenção ética frente à revitimização dos atingidos. Iniciada em 2021, a escuta dos testemunhos demandou rigor técnico e sensibilidade, reconhecendo a implicação da pesquisadora no processo. Assume-se, assim, uma postura crítica e engajada, que entende o discurso como campo de disputa e a pesquisa como prática política de visibilização de memórias silenciadas.

Corpora da pesquisa e estratégia de triangulação

A pesquisa estrutura-se em três corpora: dois secundários (corpus 1 e 2) e um primário (corpus 3). O corpus 1 reúne o Acordo de Reparação Integral, firmado entre a Vale e o poder público, além de documentos e fontes bibliográficas para contextualização da tragédia. O corpus 2 é composto por nove relatórios institucionais sobre reparação, publicados no site da empresa e selecionados por sua relevância na estratégia comunicacional pós-rompimento. Já o corpus 3, de caráter empírico, abrange 11 entrevistas em profundidade realizadas entre abril e julho de 2024 com moradores

e lideranças locais. Os participantes foram escolhidos com base na diversidade de perfis e vínculos com o território atingido, considerando critérios como idade mínima de 18 anos e envolvimento com movimentos sociais, instituições públicas ou ações de cuidado. A seleção seguiu a técnica de amostragem em bola de neve até atingir a saturação discursiva.

As entrevistas, baseadas em questionário semiestruturado com 28 perguntas abertas, permitiram a livre expressão dos sujeitos, com duração variando entre uma e três horas. As transcrições totalizaram 261 páginas.

A triangulação dos corpora, conforme Denzin (1978) e Flick (2004), foi adotada como estratégia epistemológica de confronto de vozes, articulando perspectivas institucionais, jurídicas e comunitárias. Essa abordagem fortalece a crítica aos processos de apagamento simbólico e amplia a densidade interpretativa ao promover o cruzamento entre o discurso hegemônico (corpus 2), os contradiscursos testemunhais (corpus 3) e o enquadramento jurídico e político-institucional (corpus 1).

Modelo de análise da ACD: níveis textual, discursivo e sociocultural

A escolha pela Análise Crítica do Discurso (ACD) fundamenta-se na necessidade de compreender como o discurso organizacional legitima práticas e sustenta relações de poder no contexto da mineração e de desastres socioambientais. Conforme o modelo transformacional de Fairclough (1989, 2003), a ACD permite analisar a linguagem em três níveis interligados: textual, discursivo e sociocultural, revelando como corporações como a Vale constroem narrativas para gerir crises e projetar responsabilidade, enquanto as populações atingidas produzem contradiscursos.

No nível textual, a análise foca em escolhas lexicais, modalizações e atenuações que minimizam responsabilidades e deslocam o foco para aspectos técnicos. Observa-se o uso de

eufemismos e expressões de compromisso com a reparação, evitando termos que impliquem culpa. Modalizações reforçam a imprevisibilidade do evento, construindo uma narrativa de fatalidade e protegendo o *ethos* da empresa.

No nível discursivo, examinam-se as relações intertextuais e interdiscursivas que sustentam a credibilidade da empresa. A adesão retórica a diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade social reforça a legitimidade institucional, mesmo quando há descompasso entre discurso e prática (Contreras-Pacheco, 2018). A Vale projeta uma imagem de aprendizado e transparência, mantendo, contudo, estruturas de poder excludentes.

No nível sociocultural, a análise evidencia as condições históricas e ideológicas que moldam e sustentam o discurso empresarial. A ACD revela como a narrativa da Vale naturaliza a mineração como símbolo de progresso e desenvolvimento, enquanto silencia os efeitos sociais e ambientais negativos, tratados como externalidades ou problemas em resolução.

Categorias analíticas e disputa simbólica

As facetas discursivas analisadas foram organizadas em categorias analíticas hipotéticas, com o objetivo de mapear os sentidos em disputa no campo simbólico da reparação, sem esgotar a complexidade dos enunciados. A formulação dessas facetas partiu de uma abordagem indutiva, com base nos princípios da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2003), fundamentada na leitura crítica dos corpora e na identificação de padrões linguísticos, metáforas, estratégias de modalização e escolhas lexicais que evidenciam formas específicas de atuação simbólica da empresa.

As categorias construídas, embora nomeadas de forma heurística e metafórica, ancoram-se em conceitos sociolinguísticos como *ethos*, interdiscursividade e modalização, e dialogam com a teoria dramatúrgica de Goffman (1985), que interpreta a imagem

institucional como performance estratégica. Essas facetas ajudam a compreender como o discurso organizacional reorganiza sua autoridade simbólica, vela o *decoupling*, disputa sentidos sobre o desastre e neutraliza os contradiscursos das populações atingidas.

A análise identificou quatro principais facetas do ethos da Vale: a empresa aprendiz (foco em inovação e aprendizado), a mãe Vale (discurso paternalista e acolhedor), o mito (grandeza e tradição) e a arauta do futuro (superação e promessa de regeneração). Tais construções reforçam a hegemonia simbólica da empresa, suavizam os efeitos do desastre e direcionam a atenção ao futuro idealizado.

Em oposição, o contradiscurso dos atingidos articula-se em torno de categorias como: negação do esquecimento (resistência à invisibilização da memória), responsabilização (recusa à diluição da culpa e demanda por justiça) e desconstrução do paternalismo (denúncia da representação benevolente e de práticas excludentes). Esses relatos configuram *memórias subterrâneas* (Pollak, 1989), que confrontam a narrativa institucional e reinscrevem a história a partir das vítimas, transformando a reparação em arena simbólica de disputa.

O modelo analítico integra os níveis textual, discursivo e sociocultural, permitindo compreender o discurso da Vale como artefato de poder, capaz de atuar sobre a percepção pública, a memória coletiva e os processos políticos, contribuindo para a manutenção da hegemonia discursiva diante de uma injustiça socioambiental.

Reconhecendo as críticas à ACD — como o risco de subjetividade interpretativa e a dificuldade de distinguir análise e posicionamento político (Wodak, 2001; Blommaert, 2005) —, o estudo adotou estratégias de validação interna, como a triangulação entre corpora, a definição transparente das categorias e a seleção criteriosa dos excertos. Ainda que implique posicionamento ético e epistemológico, buscou-se garantir consistência interpretativa, rigor argumentativo e diálogo com a literatura especializada.

Análise de dados e discussão

Estratégias Discursivas Empresariais

Após o rompimento da barragem, a estratégia discursiva da Vale combinou elementos de arrogância e humildade, tentando apresentar o desastre como inevitável. No entanto, investigações indicam que a empresa tinha conhecimento dos riscos e até estimativas de vítimas (Arbex, 2022; Ragazzi e Rocha, 2021). Diante dessas evidências, seu discurso passou a ser refinado, adotando uma postura defensiva para preservar sua imagem.

A partir da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2003), observa-se que o ethos empresarial é construído por meio de estratégias linguísticas e simbólicas em diferentes níveis: no plano textual, predominam eufemismos e modalizações que suavizam responsabilidades; no discursivo, a empresa mobiliza interdiscursos ligados à sustentabilidade e responsabilidade social; no nível sociocultural, há um reposicionamento diante da crise de legitimidade.

A empresa articula um discurso que desloca a culpa, evoca arrependimento e mobiliza vocabulário de aprendizado e promessas de regeneração. Essa retórica visa acumular capital simbólico (Bourdieu, 1983; Fonseca & Bursztyn, 2007; Goffman, 1963), restaurar a reputação, apagar memórias dissonantes e se impor como narradora autorizada da reparação. Trata-se de um processo de exclusão discursiva (Van Dijk, 2008), que sustenta a lógica neoextrativista (Svampa, 2019), silencia vozes críticas e controla simbolicamente o conflito.

Na faceta da “empresa aprendiz”, por exemplo, a retórica de aprendizado não se traduz em ações efetivas de reparação ou transparência. Como indicam Simões *et al.* (2025), metas ambientais foram negligenciadas ou pouco monitoradas, revelando uma lógica performativa voltada à manutenção da credibilidade, mais do que à transformação real. Esse movimento atua como blindagem

institucional simbólica, centrada em arrependimento e autorreflexão, configurando o *branding* falacioso, em que empresas constroem imagens éticas e sustentáveis dissociadas de suas práticas. Carvalho (2024) argumenta que essa retórica mascara violações, neutraliza críticas e esvazia o debate político, funcionando de modo ideológico por meio de afetos, metáforas e promessas de mudança futura, sem compromisso com transformações estruturais.

Relacionado a isso, o conceito de greenwashing (Westerveld, 1986) descreve estratégias comunicacionais que promovem uma imagem ambientalmente responsável, sem mudanças práticas. Segundo Delmas e Burbano (2011), essa desconexão entre discurso e ação é eficaz em contextos de assimetria informacional, dificultando a fiscalização social e institucional. O resultado é um discurso higienizante que sustenta o greenwashing e impede escuta ativa das comunidades afetadas.

Com base nessa análise, as quatro facetas do ethos empresarial foram identificadas no corpus, relacionando-as às estratégias discursivas predominantes, suas funções ideológicas e exemplos extraídos dos documentos institucionais da empresa. Trataremos de cada uma delas a seguir.

A empresa aprendiz: entre o arrependimento performativo e a blindagem simbólica

O discurso corporativo da Vale articula sentidos implícitos por meio de interconexões, omissões e técnicas retóricas — como eufemismos e marcas de polidez — com o objetivo de minimizar responsabilidades e preservar sua reputação. Conforme Fairclough (2003), a gestão do *ethos* está vinculada à construção de autoridade simbólica, baseada na articulação entre linguagem, poder e ideologia.

A empresa constrói a imagem de “empresa em aprendizado”, separando responsabilidade objetiva de sua narrativa. A tragédia é

ressignificada como parte de um processo de desenvolvimento, deslocando a culpa e reconfigurando a história. O arrependimento atua como ferramenta simbólica para esvaziar o conflito, converter o desastre em capital reputacional e evitar responsabilizações mais contundentes.

Esse reposicionamento discursivo mobiliza a intertextualidade com discursos de responsabilidade social e transformação cultural, respondendo às pressões por *accountability* em contextos de crise. Segundo Gadelha *et al.* (2024), há uma lacuna entre essa retórica e a gestão efetiva de riscos pela empresa, revelando o uso estratégico da linguagem para mitigação de danos e controle da imagem. Na perspectiva da ACD (Fairclough, 2003), essa construção do *ethos* atua como poder simbólico, moldando a percepção pública e neutralizando críticas.

A performance discursiva de regeneração moral insere-se no contexto da governança neoliberal, em que corporações transnacionais adotam estratégias de blindagem simbólica para manter sua hegemonia. Soares e Bonduki (2024) destacam que o capital internacional se expande em territórios com normas ambientais frágeis e políticas públicas debilitadas. Assim, o discurso de aprendizado da Vale integra o *greenwashing* global, instrumentalizando a sustentabilidade para bloquear reivindicações por justiça.

A noção de falibilidade é utilizada para suavizar os erros, transferindo a responsabilidade para uma dimensão abstrata e inevitável do aprendizado:

Vivenciamos os momentos mais desafiadores da nossa trajetória. Cada dia trouxe consigo reflexões profundas e aprendizados cruciais. Aprendemos, com humildade, respeito e compaixão, a escutar,

a compreender e a agir (Relatório 2/2023, p. 3 - mensagem da diretora).

Essa retórica de arrependimento e sensibilidade funciona como blindagem simbólica, deslocando a responsabilidade, reorganizando a narrativa em torno de uma empresa regenerada e neutralizando exigências por justiça. Ao se posicionar como sujeito do luto e da superação, a Vale disputa o controle da memória do desastre e prepara o terreno para outras facetas do *ethos*, como a figura da “mãe Vale”.

A mãe: protege e acolhe, sempre pronta a reparar os danos.

A empresa se projeta como protetora e provedora, caracterizada por cuidado e sensibilidade. Destaca-se o uso do termo “acolhimento”, que evoca amparo, proteção e refúgio. Essa palavra, assim como expressões de empatia, remete a afetos e carinho familiares, culturalmente associados à relação maternal, apresentando elementos que remetem ao cuidado familiar:

Depois de resguardar as comunidades impactadas com realocações preventivas ou evacuações emergenciais e prestar a assistência necessária, nós dedicamos todos os esforços para melhorar a condição de vida dos atingidos. Por meio de canais contínuos de escuta e resposta, garantimos que as famílias conheçam, opinem e validem as ações de compensação (...). Dessa forma, vamos, aos poucos, deixando legados positivos, acordados e apropriados por quem realmente importa (Relatório 1/2020, p. 27 - sobre territórios evacuados).

No texto, o processo de "escuta e resposta" inclui "conhecer, opinar e validar", exemplificando a crítica de Banerjee (2008) e Zhou et al. (2016) sobre empresas que criam falsa sensação de empoderamento, decidindo internamente e comunicando depois às comunidades. O uso de termos como "diálogo", "escuta", "acordados" e "apropriados" mascara a assimetria de poder.

A metáfora do "legado" evoca herança familiar e legítima a dominação, sugerindo contribuição ao desenvolvimento e alinhando, por meio da interdiscursividade, o discurso "maternal" à retórica de progresso e abundância, preservação e riqueza (Sousa Santos, 2019; Bourdieu, 2003; Gudynas, 2009; Laschefski, 2019). O uso do termo *legado* opera como uma estratégia discursiva que transforma obrigações de reparação em heranças simbólicas. Ao qualificar o legado como "positivo", a empresa projeta sua atuação como benéfica e duradoura, mesmo em contextos de desastre e violação. Essa prática compõe uma lógica de compensação narrativa, na qual a linguagem suaviza o impacto do dano ao deslocar o foco para promessas de desenvolvimento e sustentabilidade (Laschefski, 2019). A reconfiguração da memória coletiva promove o apagamento do conflito e o reposicionamento da empresa como agente transformador e altruísta.

O Mito: figura poderosa que destrói e reconstrói, evocando força e capacidade de transformação

A metáfora mitológica dos Ciclopes contribui para compreender a Vale como uma entidade simbólica de poder ambivalente — produtora de riqueza e destruição. Brandão (1986) os classifica em três tipos: Urânios (ferreiros divinos), Sicilianos (gigantes destrutivos) e Construtores (criadores de obras monumentais). O "mito Vale" domina tecnologias como os Urânios,

impõe sua força destrutiva como os Sicilianos e transforma territórios como os Construtores.

Desde sua origem estatal, a Vale atua além dos negócios, projetando-se como agente de desenvolvimento social, com ações em educação e saúde. Mesmo após a privatização, preserva esse ethos paternalista, agora reformulado como estratégia de compensação mercadológica, conforme argumenta Sousa Santos (2019), refletindo o Ciclope construtor:

Dentre os compromissos assumidos estão a construção de creches, campo de futebol, posto de saúde, asfaltamento, iluminação pública, esgoto e adutora de água potável (Relatório 2/2019, p. 19).

No contexto neocolonialista, o domínio e controle social podem ser distribuídos entre diferentes grupos de interesse, como em corporações multinacionais extrativistas em municípios pequenos (Nkrumah 1965). Os Urânios, ciclopes ferreiros, produziam armas para os deuses. Analogamente, isso se evidencia quando a Vale se apresenta como colaboradora do poder público:

Em reconhecimento ao trabalho dos órgãos de segurança de Minas Gerais em Brumadinho, a Vale formalizou aportes que totalizam R\$ 70 milhões para compra de veículos e equipamentos, reformas estruturais e capacitação profissional das corporações. O montante atende a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil e a Defesa Civil de Minas Gerais. A Vale também decidiu repassar R\$ 80 milhões em

dois anos à prefeitura de Brumadinho. (Relatório 2/2019, p. 12).

O Ciclope Siciliano surge nos textos que tratam da demolição de imóveis no Parque da Cachoeira, região fortemente atingida pelo rompimento da barragem:

Com foco na segurança e no cuidado com a comunidade de Parque da Cachoeira e região, iniciamos as demolições de alguns imóveis adquiridos pela Vale que não se encontram em condições de serem habitados. O intuito dessa ação é atuar apenas nas edificações que apresentam risco estrutural, infiltrações avançadas ou outros riscos que impossibilitam o seu uso com segurança e bem-estar. (Relatório 1/2021, p. 21).

A antecipação da catástrofe (Beck, 2009), mediante o uso de estratégias de polidez (expressões como "segurança" e "cuidado com a comunidade"), justifica discursivamente a ampliação do controle territorial em áreas devastadas, conforme denunciado por Laschefski (2019).

Na análise do ethos 'Mito', observa-se a interconexão dos Ciclopes no Capitalismo de Desastre (Klein 2008). Na ACD (Fairclough, 2003), essa representação discursiva reconfigura a dominação como força criativa, reforçando a hegemonia empresarial com a retórica da reconstrução e do progresso.

A arauta do futuro: a tragédia como gatilho para um futuro melhor, desde que o passado seja esquecido.

Nos relatórios de reparação, o futuro é apresentado como espaço de convivência, lazer, emoção e negócios. Afirma-se que tudo é construído de forma participativa, abandonando o passado e projetando uma nova realidade:

Brincar de pega-pega e conversar no banco da praça. Essas são atividades que os moradores de Córrego do Feijão puderam voltar a fazer nos últimos meses com a abertura das áreas do bosque e da pérgula. Os dois espaços fazem parte da nova Praça Central que está em construção na comunidade dentro do projeto Território Parque. O projeto prevê espaços de convivência como bosque, trilhas, mirante e campo de futebol. Além disso, haverá um Mercado Comunitário e um Centro de Cultura e Artesanato (Relatório 2/2023, p. 32).

Na ACD (Fairclough, 2003), esse deslocamento narrativo opera, no plano textual, por escolhas lexicais como “desenvolvimento”, “futuro” e “legado”; no plano discursivo, pela interdiscursividade com narrativas de governança e sustentabilidade; e, no plano sociocultural, pela tentativa de reconstrução da hegemonia empresarial após a perda de legitimidade pelo desastre. Isso se observa no trecho a seguir:

A diretoria é especial porque foi mobilizada pelo rompimento; é de reparação porque temos que reparar o que foi destruído; e é de desenvolvimento pelo seu foco em estar próxima, manter o diálogo transparente e contribuir com o futuro das comunidades em Brumadinho e região. (Relatório 1/2019, p. 3 - mensagem de Marcelo

O deslocamento de termos obscurece a reparação da tragédia, apresentando-a como investimento no futuro das comunidades. Esse discurso se alinha à narrativa neoextrativista, desviando o foco dos danos da mineração para o progresso (Gudynas, 2009).

Nos relatórios, o luto é brevemente mencionado e rapidamente superado. Esse encurtamento simbólico, segundo Van Dijk (2008), é controle ideológico que neutraliza emoções críticas, desfoca a responsabilização e reorienta o evento para a superação. Em seguida, foca-se na retomada da rotina e no planejamento do futuro, com a promessa de melhoria da qualidade de vida.

Outro aspecto relevante é a recorrente vinculação da reparação a medidas econômicas e geração de renda, que dialoga com a crítica de Gudynas (2009) e Svampa (2019) ao neoextrativismo, que sustenta a ideia de que a mineração contribui para o combate à pobreza por meio da geração de riquezas. Nas edições analisadas, essa lógica de mercado reaparece de forma recorrente, legitimando a empresa como promotora do progresso:

Um dos objetivos de uma reparação justa é gerar desenvolvimento, permitindo que pessoas e empresas se reestruturem economicamente. Para isso, foram propostas ações que fomentem a sustentabilidade dessas regiões, gerando emprego e renda para sua população. Desenvolver negócios em Brumadinho é uma das melhores formas de permitir um genuíno incremento para a região, deixando legados positivos nessas comunidades. (Relatório 1/2020, p. 16 -

mensagem de Flávia Soares, Gerente de Fomento Socioeconômico).

Como faceta do ethos corporativo, a “Arauta do Futuro” reforça a imagem de uma empresa regenerada e visionária, deslocando o foco das violências históricas e esvaziando as reivindicações por justiça. Nesse movimento, opera como dispositivo discursivo de reconstrução simbólica e manutenção da autoridade. Tal processo pode ser compreendido como uma forma de “enquadramento” (Pollak, 1989), em que a experiência coletiva do luto é reorganizada sob a lógica empresarial, neutralizando sua potência crítica. Ao ressignificar o trauma por meio de promessas de legado e progresso, a empresa não apenas desmobiliza afetos dissidentes, mas enfraquece o papel político dos testemunhos, transformando a memória em instrumento de gestão simbólica.

O Contradiscurso da População Atingida

Os entrevistados reconhecem e contestam as estratégias discursivas da Vale por meio do contradiscurso, expondo contradições entre o discurso da empresa e as práticas sociais. Com isso, buscam rearticular o campo simbólico da reparação e da justiça, questionando a hegemonia empresarial sobre a narrativa do desastre (Fairclough, 2003; Van Dijk, 2008).

As vozes da comunidade evidenciam conflitos, disputas e relações entre empresa e atores, marcadas por assimetrias de poder e pelo sofrimento psicológico. O silenciamento simbólico promovido pela Vale se estende a práticas espaciais e territoriais que reconfiguram a vida das populações, apagando referências históricas e afetivas. Ao enquadrar o desastre em uma lógica de superação e reconstrução, a comunicação organizacional busca apagar conflitos

e silenciar dissensos, anulando críticas e despolitizando o sofrimento (Pollak, 1989).

Esse processo se evidencia também no contraste entre a retórica corporativa de transformação e reparação e os relatos das testemunhas, que apontam negligência, falta de escuta e falhas na comunicação.

Não existe reparação (...). A Vale deveria fazer o reconhecimento dela, deveria reconhecer que ela fez uma escolha pela morte, e que está arrependida, e que, em função disso, vai pagar. E não é financeiramente, é penalmente; ela aceitar a justiça. Precisava ser assim. Eu não vejo a empresa, em nenhum momento, reconhecer que, entre o lucro e a vida, ela escolheu o lucro (Entrevistado 11).

Os atingidos acreditam que a aparente humildade da empresa é uma tática para proteger interesses financeiros e facilitar futuros projetos:

É uma falsidade o que ela diz; não tem nenhum interesse que não seja financeiro. Obviamente ela quer voltar a produzir, ela quer voltar a produzir pesado, vai voltar, mas ela quer fazer isso sem reparar, sem ter custos com a população (Entrevistado 9).

Os depoimentos expõem o "aplausos discursivo à norma", revelando o que acontece nos bastidores (Goffman, 1985). Relatos de intimidação e repressão contra críticas demonstram esforço para

silenciar vozes, criando opressão política (Rojas, 2020). Enquanto o discurso oficial transmite receptividade, entrevistados denunciam que críticas são desestimuladas ou punidas. A participação real da comunidade é inexistente ou superficial, legitimando decisões já tomadas (Banerjee, 2008; Reed *et al.*, 2009; Zhouri *et al.*, 2016):

Primeiro é resolvido entre eles e a instituição de Justiça. Aí depois é passado para gente (...). Faz pensar que a gente está resolvendo alguma coisa, que a opinião da gente está sendo levada em conta. Mas ela não é; as coisas são resolvidas sem a participação dos atingidos. (Entrevistado 8).

O contradiscurso aponta a contradição entre o significado da presença da "Mãe Vale" para a população, antes e depois do rompimento da barragem:

A Vale era como uma mãe em Brumadinho. Colegas que perderam familiares (diziam) assim: "se você me dissesse que romperia uma barragem da Vale, eu jamais acreditaria. Pode romper de outras, mas da Vale, não". Era o ideal das famílias empregar os filhos da Vale. E hoje tem uma certa repulsa, mas é uma relação conflitual, uma relação de amor e ódio, porque a cidade e as famílias ainda dependem da Vale para sobrevivência (Entrevistado 9).

A empresa tenta resgatar a figura da mãe, entretanto as pessoas atingidas se queixam de que o acolhimento anunciado é

apenas discursivo. A queixa sobre o descaso e esgotamento remete à estratégia de tortura social de Rojas (2020):

A Vale trata a população com um verdadeiro descaso. (...) A Vale compreende a violação que ela comete às comunidades e à população local, mas ela sempre diz que está fazendo o possível para melhorar e entendendo essa demanda como uma crítica construtiva (Entrevistado 2).

Ao questionar a autenticidade do discurso de cooperação, o contradiscurso denuncia uma abordagem autoritária que exemplifica a determinação implacável da empresa - retratando o ciclope:

Você vê a grande maquiagem dessa reparação. Porque a gente tem os encontros, você pode falar o que você quiser, e a Vale vai fazer o que ela quer, do jeito que ela quer (Entrevistado 11).

Os entrevistados denunciam que o Estado, que deveria coordenar a reparação (Colvin *et al*, 2020), atua como “parceiro” da empresa. A população critica o uso da verba de reparação na recuperação de equipamentos municipais e estaduais, e a postura de defesa da empresa adotada por gestores públicos:

Mas a gente sabe que o XXXX (nome do governador), o prefeito XXXXXX, para eles essas mortes foram, assim, vantajosíssimas.

Vantajosas. Brumadinho, e Minas Gerais, estava sucateada (Entrevistado 7).

É uma frase que replica na minha cabeça desde 2019, do prefeito falando: "A Vale é um mal necessário". Não consigo conceber que um prefeito, depois do que seu município sofreu o que sofreu em 2019, fale uma aberração dessa. Que mal é esse, que é tão necessário para quem? Então é nojento, é nojento, vergonhoso, tenebroso (Entrevistado 10).

Essa cumplicidade institucional remete à "estatalidade seletiva" (Jessop, 2002), em que o Estado prioriza os interesses das corporações, seguindo o modelo empresarial de gestão de stakeholders de Freeman (1984) e legitima o capital extrativo com sua própria autoridade discursiva.

Os entrevistados relatam, também, a evolução da percepção sobre a empresa, anteriormente conectada aos Urânios e Construtores, e caracterizada pela emergência do Ciclope Siciliano, após o rompimento:

Eles saíam da Vale com seus uniformes e faziam questão de sentar na rua para as pessoas verem. Não que o salário da Vale fosse alto, mas era um status trabalhar na Vale de Brumadinho (...). Após o rompimento, o uniforme da Vale e o ônibus da Vale começaram a causar mal-estar nas pessoas. As pessoas tinham repulsa da Vale. Mas isso durou pouco tempo. Aí, só quem perdeu realmente entes e entende o que realmente é

a Vale dentro do território é que continua com essa repulsa (Entrevistado 4).

A fala a seguir complementa a caracterização do terror do “ciclope siciliano”. Rojas (2020) sustenta que corporações, no Capitalismo de Desastre, lucram com a desordem, instrumentalizando o medo para viabilizar grandes empreendimentos:

A maior dor que eu já senti na minha vida (...). Esse símbolo da Vale causa repulsa, indignação, um sentimento de total impossibilidade de se fazer justiça. Essa marca desperta tudo de ruim que a gente possa ter sentido na nossa vida. A gente se sente impotente diante dessa marca (Entrevistado 4).

Os afetados destacam a brutalidade nas operações da empresa e seus impactos devastadores no cotidiano:

Você mora num lugar que é tranquilo; de repente, acontece isso aí; vêm milhões de pessoas diferentes, eles resolvem tudo, eles mudam, descaracterizam o lugar em que você morou, as suas tradições, tudo. Você é remexido, revirado. Você é confrontado com tudo. (...) Se você mora lá, você tá recebendo uma carga enorme de transtorno, de poluição, de excesso de carro, de excesso de gente nova, e tudo. Então, assim mudou, uma

rotina de uma cidade, de um povo de tradição, em tudo (Entrevistado 5).

Essa percepção evidencia violência simbólica (Bourdieu, 2003), na qual o território é subjetivamente expropriado, rompendo a identidade e impactando memória, cultura e pertencimento.

Além dos conflitos por terras, a retórica de bem-estar da empresa mascara a agressividade cotidiana sofrida pela população local. Enquanto a “Arauta do Futuro” anuncia um futuro maravilhoso para Brumadinho, a população vive um processo constante de revitimização pelas obras de reparação:

Porque a população de fora acha que Brumadinho tá todo mundo sendo reparado, todo mundo bem, porque a imagem que a Vale e a mídia vendem fora, né? Até os próprios acionistas vendo de fora, e quem tá aqui no território sabe que nada disso acontece. Então, é um cenário de um Apocalipse; é bem Apocalipse, porque o ambiente todo é caminhão de mineradora para tudo quanto é lado, é você disputando com caminhonetes e caminhonetes da empresa, e ônibus de empresa se jogando em cima de você, é todo mundo uniformizado, é um que você nunca viu na sua vida, é empresa terceirizada fazendo pó, poeira, é destruição da pavimentação (Entrevistado 2).

Enquanto a empresa fala em avanços, moradores denunciam deterioração ambiental, declínio na qualidade de vida e esvaziamento da região. Apesar da alegação de comunicação aberta e colaboração, o contradiscurso mostra suspeita, falta de consideração e ausência de negociação. Em desequilíbrio de poder, as decisões continuam sendo da empresa, apoiada pelas autoridades. A exclusão da população atingida dos processos decisórios reforça o apagamento da memória e a deslegitimação de seus saberes.

As vozes dos atingidos, ao desestabilizarem a narrativa institucional, constroem uma forma particular de enunciação que se ancora na experiência vivida e na responsabilização discursiva.

Considerações finais

Para além de seu valor analítico, os achados deste trabalho oferecem subsídios relevantes para o debate público sobre reparação, memória e justiça nos territórios minerados. O reconhecimento da linguagem como poder permite tensionar discursos oficiais e reorientar práticas institucionais para a escuta ativa, o reconhecimento de saberes locais e a construção de políticas públicas comprometidas com a justiça socioambiental. Ao tratar os relatos das populações atingidas como narrativas de teor testemunhal, o trabalho evidencia o papel dessas vozes como práticas contra hegemônicas de resistência. Esses testemunhos confrontam os dispositivos de silenciamento institucional, desestabilizando a versão oficial dos fatos e reinscrevendo no espaço público outras formas de saber, sentir e resistir (Pollak, 1989; Seligmann-Silva, 2023).

No entanto, é preciso reconhecer os limites dessa escuta. As vozes aqui analisadas emergiram a despeito da dor, mas muitas outras permanecem silenciadas por medo, cansaço, adoecimento ou ausência de condições materiais e simbólicas para narrar a própria

experiência. Esse silêncio não é ausência de discurso, mas a expressão mais profunda da violência simbólica: o apagamento das condições de enunciação. Reconhecer tais limites faz parte do compromisso ético e político desta pesquisa, que não pretende esgotar o campo do testemunho, mas contribuir para sua ampliação, legitimação e força transformadora.

Além de evidenciar as estratégias discursivas utilizadas pela Vale para reconstruir sua imagem e silenciar vozes dissidentes, este trabalho propõe uma contribuição original ao campo dos estudos organizacionais e ambientais críticos ao articular, de maneira inédita, os fundamentos da ACD com a perspectiva da Ecologia Humana. A tipologia analítica desenvolvida constitui um modelo interpretativo replicável para a análise de discursos corporativos em contextos de conflito socioambiental. Ao incorporar os testemunhos das populações atingidas como formas de resistência simbólica e memórias subterrâneas, a pesquisa amplia o escopo da ACD e contribui para o debate sobre reparação, justiça ambiental e poder simbólico em territórios impactados. Espera-se que os resultados aqui apresentados sirvam de base para novos estudos interdisciplinares e ofereçam subsídios à formulação de políticas públicas que enfrentem, de forma mais efetiva, os mecanismos de silenciamento e desresponsabilização em desastres ambientais.

Referências

Acosta, A. (2009). **La maldición de la abundancia**. Quito: Ediciones Abya Yala.

Alencar, J., Durso, J., & Cunha, L. (2025). Relatórios de sustentabilidade como simulacro de responsabilidade: Análise crítica da linguagem organizacional. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, 12(1), 45–66.

Auty, R. M. (1993). **Sustaining development in mineral economies: The resource curse thesis**. Routledge.

Banerjee, B. (2008). Corporate social responsibility: The good, the bad and the ugly. **Critical Sociology**, 34(1), 51–79.

Beck, U. (2009). Critical theory of world risk society: A cosmopolitan vision. **Constellations**, 16(1), 3–22.

Becker, C. D., & Ostrom, E. (1995). Human ecology and resource sustainability: The importance of institutional diversity. **Annual Review of Ecology and Systematics**, 26, 113–133.

Boltanski, L., & Chiapello, È. (2009). **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes.

Bourdieu, P. (1983). Sociologia. In R. Ortiz (Org.), **Sociologia**. São Paulo: Ática.

Bourdieu, P. (Coord.). (1997). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, P. (2003). **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Carvalho, R. (2024). Branding falacioso e greenwashing: Estratégias discursivas em corporações extrativistas. **Organizações & Sociedade**, 31(2), 210–233.

Catton Jr., W. R., & Dunlap, R. E. (1998). **Environmental sociology: A framework for analysis**. Long Grove: Waveland Press.

Chouliaraki, L., & Fairclough, N. (1999). **Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Colvin, R. M., Witt, G. B., & Lacey, J. (2020). Power, perspective, and privilege: The challenge of translating stakeholder theory from business management to environmental and natural resource management. **Journal of Environmental Management**, 271, 110974.

Contreras-Pacheco, O. E. (2018). Evidencias de decoupling en la sostenibilidad empresarial: Un caso de estudio en el sector minero colombiano. **Innovar**, 28(70), 99–114.

Fairclough, N. (2003). **Analysing discourse: Textual analysis for social research**. London: Routledge.

Fairclough, N. L. (1989). **Language and power**. London: Longman.

Fonseca, I. F., & Bursztyn, M. (2007). Mercadores de moralidade: A retórica ambientalista e a prática do desenvolvimento sustentável. **Ambiente & Sociedade**, 10(2), 169–186.

Fontoura, Y. Y., et al. (2019). “Da lama ao caos”: Reflexões sobre a crise ambiental e as relações estado-empresa-sociedade. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, 6(15), 17–41.

Freeman, R. E. (1984). **Strategic management: A stakeholder approach**. Boston: Pitman.

Friedman, M. (1982). **Capitalism and freedom**. Chicago: University of Chicago Press. (Trabalho original publicado em 1962).

Gadelha, A., et al. (2024). A crise da Vale e o simulacro da sustentabilidade: Branding e linguagem na gestão da reputação. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, 20(1), 134–158.

Goffman, E. (1963). **Stigma: Notes on the management of spoiled identity**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

Goffman, E. (1985). **A representação do eu na vida cotidiana** (3ª ed.). Petrópolis: Vozes.

Gudynas, E. (2009). Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In VV.AA., **Extractivismo, política y sociedad** (pp. 187–225). Quito: CAAP / CLAES.

Klein, N. (2008). **A doutrina do choque: A ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Lamsal, R., et al. (2023). Discourse strategies in disaster governance: Lessons from post-disaster communication. **Journal of Environmental Studies and Sciences**, 13(1), 112–130.

Laschefski, K. (2020). Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG): Desastres como meio de acumulação por despossessão. **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política**, 2(1), 98–143. <https://doi.org/10.48075/amb.v2i1.23299>.

Leal, F., et al. (2025). Reparação e silenciamento: Disputas discursivas em territórios minerados. **Revista Estudos Interdisciplinares em Comunicação**, 6(2), 55–80.

Machado, P., & Castro, A. (2024). Entre o discurso e a prática: O papel das empresas extrativistas na reconstrução simbólica pós-desastre. **Revista Administração em Diálogo**, 26(1), 99–123.

McVea, J. F., & Freeman, R. E. (2005). A names-and-faces approach to stakeholder management: How focusing on stakeholders as individuals can bring ethics and entrepreneurial strategy together. **Journal of Management Inquiry**, 14(1), 57–69.

Migueluez, C., et al. (2023). **Informed mining: Risk reduction through enhanced public and institutional risk awareness**. [S.l.]: [s.n.].

Nkrumah, K. (1965). **Neo-colonialism: The last stage of imperialism**. London: Thomas Nelson & Sons.

Nobre, L., et al. (2022). Linguagem e risco: Estratégias comunicacionais em desastres ambientais. **Revista Brasileira de Comunicação Pública**, 15(1), 23–42.

OCDE. (2023). **Conduta empresarial responsável no setor extrativista na América Latina e Caribe**. OECD Guidelines.

Rojas, C. (2020). A memória na disputa: Capitalismo de desastre e apagamento simbólico. **Revista Latino-americana de Estudos Críticos**, 8(2), 87–110.

Seligmann-Silva, M. (2023). **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: Editora da Unicamp.

Soares, J., & Bonduki, N. (2024). Corporativismo e territórios vulneráveis: O neocolonialismo extrativista na contemporaneidade. **Revista Territórios**, 31(1), 14–39.

Sousa Santos, B. (2019). Os processos da globalização. In B. Sousa Santos, **Construindo as epistemologias do Sul para um pensamento alternativo de alternativas** (Vol. 1, pp. 397–484). São Paulo: CLACSO.

Svampa, M. (2019). **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências** (Trad. L. Azevedo). São Paulo: Editora Elefante.

Van Dijk, T. A. (2008). **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto.

Vitiugin, F., & Castillo, D. (2022). Crisis narratives and symbolic control: Discourse analysis in disaster contexts. **Critical Discourse Studies**, 19(4), 345–367.

Wodak, R. (2015). **The politics of fear: What right-wing populist discourses mean**. London: SAGE.

Zhourí, A., et al. (2016). O desastre da Samarco e a política das afetações: Classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, 68(3), 36–40.

JORNALISMO SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA: uma reflexão a partir do ensino de graduação

Laiza Monik de Oliveira Mangas
Rosane Maria Albino Steinbrenner

Introdução

Cobrir jornalisticamente a Amazônia é um desafio considerável. Esse vasto território com grande biodiversidade e presença de diversos povos, é palco de conflitos entre interesses econômicos, políticos, sociais e ambientais, pautados por relações de poder intensamente assimétricas. Segundo o relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2024), a região concentrou mais da metade dos conflitos no campo, isso representou 1.180 conflitos dos 2.185 registrados no Brasil. Os principais agentes causadores da violência foram fazendeiros, empresários, governo federal e estadual, além de mineradoras. Já entre os grupos que sofreram essas violências estão posseiros, indígenas, quilombolas, trabalhadores/as sem terra e assentados.

Tornar públicos tais acontecimentos, por meio de apuração séria e crítica, fundamental no papel social da imprensa, tem incluído jornalistas como alvo da violência na região. Durante 10 anos (2013 a 2023), a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj, 2024) registrou 230 casos contra jornalistas e a liberdade de imprensa nos nove estados da Amazônia Legal. O Pará é o estado mais violento para repórteres na Amazônia, segundo o relatório, com 89 casos registrados em uma década, seguido por Amazonas (38), Mato Grosso (31) e Rondônia (20). Por essa razão, jornalistas e comunicadores que trabalham na Amazônia enfrentam um sentimento de insegurança ao exercerem sua profissão.

Mas essa violência é sentida desde a ditadura militar, quando os primeiros veículos independentes surgiram com o intuito de denunciar a lógica expansionista, extrativista e expropriadora imposta à região, ou seja, uma perspectiva de desenvolvimento de alto impacto, de expansão econômica, por meio de grandes projetos em aliança com o capital privado nacional e internacional, sem considerar as comunidades que ali estavam, deixando de lado direitos como saúde, educação e moradia e modos de vida dessas populações (Amorim, Cruz & Albim, 2014; Castro, 2019).

Ao longo do tempo os desafios e riscos da cobertura jornalística na região amazônica seguem em torno da tecla do modelo neoextrativo de desenvolvimento, agravado pelo neoliberalismo¹, que aprofunda a lógica de acumulação capitalista e

¹ Segundo Pierre Dardot e Christian Laval (2019, s/p), "Trata-se (o neoliberalismo) mais fundamentalmente de uma racionalidade política que se tornou mundial e que consiste em impor por parte dos governos, na economia, na sociedade e no próprio Estado, a lógica do capital até a converter na forma das subjetividades e na norma das existências". Três ou quatro décadas de neoliberalização, como explicam os autores, "afetaram profundamente a própria sociedade, instalando em todos os aspectos das relações sociais situações de rivalidade, de precariedade, de incerteza, de empobrecimento absoluto e relativo", por sua vez, fragilizando as defesas coletivas da sociedade.

assim expande os conflitos socioambientais (Svampa, 2019). A Amazônia ainda é vista como um espaço “inventado” a partir de perspectivas externas, em que modelos de desenvolvimento são impostos por outros grupos (Gondim, 2007), globais ou nacionais.

A pesquisa de Costa *et al.* (2022) revela uma lacuna no jornalismo ambiental amazônico praticado pela mídia comercial, caracterizada pela diminuição de investimentos em investigações aprofundadas e continuadas, colocando o factual episódico e descontextualizado como cerne da prática. Essa situação compromete a qualidade da informação e a capacidade de denunciar e acompanhar as diversas crises socioambientais que a região enfrenta.

Esse cenário nos faz refletir sobre o ensino do jornalismo nas universidades brasileiras, que adotou um modelo padrão europeu de estudo teórico, com modelo americano de aprendizagem pragmática (Rodrigues & Sardinha, 2020). Uma das heranças desse formato de ensino é a objetividade, criticada por Fabiana Moraes (2022), pois sustenta uma neutralidade que pode ser uma forma de validar discursos hegemônicos, sendo instrumentos em nome de projetos de poder que invisibilizam vozes subalternizadas, como de mulheres, de negros, de indígenas e de pobres.

A fim de superar tal desafio, ao menos dois caminhos se impõem à reflexão, um de caráter processual ou metodológico, outro, atitudinal ou filosófico: o primeiro, que não trataremos frontalmente neste artigo, parte do reconhecimento da complexidade em torno dos contextos e cenários de disputas e conflitos socioambientais e, portanto, da necessidade intrínseca de processos e métodos de investigação e apuração em profundidade dos casos e seus desdobramentos, implicando financiamento de logística e protocolos de segurança para um jornalismo investigativo e de dados (Soares & Lima, 2024) e coberturas *in loco*.

O segundo caminho, este sim foco de nossa discussão, diz respeito a uma compreensão ética e, portanto, política, do papel da imprensa de questionar e provocar novos sentidos diante das questões socioambientais contemporâneas, o que implica reconhecimento, mas, também, posicionamento do/a jornalista diante do amplo pano de fundo histórico-filosófico no qual todos estamos imersos, o qual gesta e atualiza hierarquias pré-concebidas a partir de uma matriz colonial de poder². Nessa perspectiva entendemos, pois, que o primeiro passo, deve estar nos processos de ensino nas universidades.

Nessa lógica, esse artigo centraliza o olhar para as ementas de disciplinas do curso de jornalismo nas universidades federais da Amazônia Legal Brasileira³ com o objetivo de compreender os caminhos escolhidos pelas instituições para abordar o tema analisando três eixos: exigências (obrigatória ou optativa), carga horária, período de oferta e referências básicas. Partimos do entendimento de Rodrigues e Sardinha (2020) ao pontuarem que a formação do jornalista na Amazônia deve dar condições concretas à formação de uma opinião plural, descentralizada e com diversidade

² Um modelo construído ao longo de mais de cinco séculos desde a invasão das Américas. É uma visão eurocentrada do mundo, na qual tanto a natureza quanto povos originários e tradicionais — se estendendo aos demais grupos sociais vulnerabilizados, maiorias minoritárias e territórios periféricos — são submetidos ao mesmo modelo de dominação e exclusão (Mignolo, 2010; Quijano, 2005 & Steinbrenner, 2021). Um modelo que expropria material e simbolicamente e que, portanto, favorece e fortalece alguns enunciados e vozes e invisibiliza e apaga outros.

³ Amazônia Legal Brasileira refere-se aos estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, oeste do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, representando 59% do território brasileiro e 65% da Amazônia como um todo. A divisão foi promulgada pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de estabelecer políticas específicas para a região Norte, tendo como base a extensão da Floresta Amazônica (Santos, 2019).

de vozes, reforçando os processos políticos, socioculturais e econômicos na região.

O jornalismo, que preferimos definir como socioambiental, apresenta-se teórico e filosoficamente coerente com uma forma de amplificar o questionamento crítico à perspectiva moderno-colonial, dando espaço para outras formas de existir e de se relacionar com a natureza. A partir dos achados da análise, que apontaram algumas lacunas, propusemos reflexões para o ensino do jornalismo socioambiental no território amazônico.

Jornalismo e meio ambiente

No Brasil, a cobertura ambiental iniciou em 1970 quando reportagens já eram publicadas com frequência do Norte ao Sul do país (Belmonte, 2017). O autor relembra algumas pautas frequentes no período, como a contaminação em Cubatão (SP), denunciada por Randáu Marques. Momento em que o mundo enfrentava o reconhecimento forçado da finitude dos recursos da natureza e os impactos visíveis do modo de exploração capitalista.

Na mesma época, na Amazônia, jornalistas como Lúcio Flávio Pinto e Elson Martins começaram a trabalhar como correspondentes para o jornal O Estado de S. Paulo, ainda em plena ditadura militar e sob a ideia do Brasil Grande, País do Futuro, Ame-o ou Deixe-o⁴, e da colonização dirigida para uma Amazônia como vazio demográfico. Eles também foram os pioneiros na construção de veículos independentes e alternativos na região: Jornal Pessoal (PA)⁵,

⁴ Slogans de campanhas de comunicação do governo militar da época.

⁵ Jornal Pessoal foi uma publicação alternativa sobre a região amazônica, fundada em 1988, pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto. Suas reportagens independentes sobre a exploração da Amazônia, os negócios escusos de famílias proeminentes e a corrupção governamental deram premiações nacionais. No entanto, o jornalista sofreu ameaças de morte, espancamento e processos.

de Lúcio Flávio Pinto, e o Jornal Varadouro (AC)⁶, de Elson Martins. Esses veículos revelariam a capacidade de resistência de grupos sociais situados fora dos eixos de poder político e econômico, criando articulações em defesa de direitos básicos de cidadania (Amorim, Cruz & Albim, 2014).

A consolidação da área ambiental no jornalismo veio a partir do incentivo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC), em 19 de setembro de 1977 (Belmonte, 2017). Nesse período, segundo o autor, o jornalismo ambiental era considerado uma subárea do jornalismo científico, status que manteve até o final da década de 1980. O autor ressalta que a separação entre o científico e o ambiental começou a ser delineada com a realização do Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), entre 27 e 30 de novembro de 1989, em preparação a cobertura da Conferência Rio-92⁷. Um dos resultados do encontro foi a recomendação para a criação de núcleos de Jornalismo Ambiental nos estados, visando ao estímulo da discussão sobre a qualificação dos profissionais para a cobertura da Rio-92. O Núcleo de

⁶ Varadouro foi referência na imprensa acreana na década de 1970 e oportunizava espaço para o ativista ambiental Chico Mendes, o qual o jornalista Elson Martins teve um contato próximo.

⁷ Também conhecida como Rio 92 ou Cúpula da Terra, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 3 e 14 de junho de 1992. Reuniu chefes de Estado e representantes de 179 países, organismos internacionais, milhares de organizações não governamentais e contou também com a participação direta da população. A ECO-92 representou um marco nas discussões sobre a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Um dos resultados do encontro foi a recomendação para a criação de núcleos de Jornalismo Ambiental nos estados, visando ao estímulo da discussão sobre a qualificação dos profissionais para a cobertura da Rio-92. O Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul — NEJ/RS foi o único que prosperou e está em ação até os dias atuais

Ecojornalistas do Rio Grande do Sul — NEJ/RS foi o único que prosperou.

Nesse cenário, surge também a primeira disciplina de jornalismo ambiental ministrada no Curso de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2003. A proposta de inclusão foi seguida por outras universidades no Brasil, com destaque ao papel do jornalista André Trigueiro, que implantou na PUC-Rio a matéria optativa para o curso de Jornalismo, em 2005 (Fante *et al.*, 2018).

Em 2008, é criado o Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental CNPq/UFRGS pela professora e pesquisadora Ilza Maria Tourinho Girardi, que começa a consolidar o conceito de jornalismo ambiental. Segundo os estudos do Grupo, a noção de Jornalismo Ambiental requer: 1) ênfase na contextualização na tentativa de expor as relações entre causas e consequências; 2) pluralidade de vozes para dar visibilidade a um verdadeiro diálogo de saberes; 3) assimilação do saber ambiental, que envolve uma nova abordagem para a prática jornalística; 4) cobertura sistêmica e próxima à realidade do leitor; 5) comprometimento com a qualificação da informação, ou seja, preocupação em construir notícias que desvelem as conexões entre economia, política, cultura, ambiente, etc., que nem sempre são visíveis, além de indicar soluções; e 6) responsabilidade com a mudança de pensamento (Girardi, Loose & Almeida, 2018).

Em 2009, as Diretrizes Curriculares do Curso de Jornalismo reconheceram a importância da questão ambiental, incluindo-a em seu primeiro eixo de conteúdos e enfatizando a necessidade de conhecimento sobre desenvolvimento sustentável e regiões ecológicas. Contudo, Ilza Girardi, em pesquisa no ano de 2022, indicou uma limitação na oferta da disciplina nas universidades, pois, muitas vezes, é oferecida de forma eletiva e sua disponibilidade depende da existência de professores capacitados. A pesquisadora

acredita que a universidade tem o potencial de liderar uma transformação epistemológica no jornalismo, adotando uma perspectiva decolonial, desempenhando um papel fundamental na formação de profissionais capazes de abordar as questões ambientais de forma mais justa e equânime.

O jornalismo (socio)ambiental a partir do contexto amazônico

No percurso da reflexão epistêmica, propomos a compreensão não de um termo, mas de um lugar, a Amazônia, atual palco e centro do mundo (Castro, 2010), tanto pelos interesses e cobiça nacional e transnacional que sua mega diversidade atrai, quanto, consequentemente, quando o assunto é a sobrevivência do planeta.

Os relatos sobre a existência da Amazônia brasileira surgem no cenário mundial a partir da chegada dos europeus na América. Para Neide Gondim (2007), a Amazônia foi inventada a partir de ideologias, discursos e imaginários que os colonizadores escreviam nos seus relatos de viagens. Dentre os escritos, estava o fascínio com a exuberância da natureza e a indiferença com os indígenas, descrevendo-os como preguiçosos ou bestiais que não mereciam aquela terra. Para justificar a colonização, a narrativa predominante era do vazio demográfico que havia na região e, portanto, a missão era ocupar.

O mesmo discurso foi usado, anos depois, para o desenvolvimento do ciclo da borracha (1879–1912) que promoveu a imigração de pessoas para a região, bem como, durante o governo militar (1964–1985) que buscou criar um sentimento de pertencimento, usando o espaço como fonte para os problemas sociais do Brasil por meio do desenvolvimento econômico.

Nesse cenário, Loureiro (2022) pontua que as distâncias, o isolamento, o linguajar diferenciado, a predominância indígena e cabocla da população, a forma de vida e a economia extrativista condicionada ao rio e à mata, além da precária formação escolar e

intelectual da população em geral devido aos poucos investimentos federais na região (exceto quando se trata de explorá-la) colocaram a região como “atraso” e o “outro” em relação ao resto do Brasil.

É nesse contexto que as lutas sociais se mostraram/mostram relevantes para a região. Ainda durante o processo de colonização, os indígenas tiveram diversos confrontos com os europeus em defesa do seu território e de sua cultura⁸. No entanto, foi no período da ditadura militar que as lutas ganharam força no Brasil. Porto-Gonçalves (2017) destaca que a emergência política de grupos tradicionalmente invisibilizados (negros, indígenas, mulheres, etc.) e dos valores ecológicos da contracultura fazem frente à nova política de ocupação da região resultante da construção de grandes rodovias, expansão da exploração mineral, da agropecuária e da extração madeireira.

Para Svampa (2019), as articulações contra o avanço do neoextrativismo na América Latina, modelo baseado na exploração intensiva de recursos naturais, é denominado de “giro ecoterritorial”, dessa forma, os movimentos sociais se transformam em atores de resistência contra os projetos neoxtrativos e de exportação de recursos naturais em grande escala. Na visão da pesquisadora, são formas de mobilização e participação cidadã contra conflitos socioambientais que marcam ações coletivas que se estruturaram a partir de esquemas contestatários ou alternativos, como exemplo, um estudo sobre o estado do Pará identificou 92 organizações atuando em rede na defesa de seus territórios, com presença expressiva de coletivos indígenas, quilombolas e ribeirinhos (Steinbrenner *et al.*, 2021).

⁸ Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), a população indígena em 1500 era de aproximadamente 3 milhões de habitantes, sendo que aproximadamente 2 milhões estavam estabelecidos no litoral do país e 1 milhão no interior. Em 1650, esse número já havia caído para 700 mil indígenas e, em 1957, chegou a 70 mil, o número mais baixo registrado (Guazelli, 2021).

Nesse sentido, compreendemos que a formulação do jornalismo socioambiental parte do reconhecimento de que os conflitos ambientais são, antes de tudo, disputas por sentidos, saberes e modos de vida, conforme discorrido em artigo produzido por Bragança, Mangas e Steinbrenner (2025). Desse modo, os pesquisadores nos fazem refletir que, para a prática do jornalismo socioambiental, deve-se considerar o compromisso com a justiça ambiental e territorial; o reconhecimento dos sujeitos coletivos como produtores de conhecimento; valorização das epistemologias insurgentes e dos saberes locais e a prática da escuta como fundamento ético e metodológico.

Apesar de alguns conceitos se assemelharem com o de jornalismo ambiental, a proposta do jornalismo socioambiental é ancorada na ecologia política latino-americana, que compreende os conflitos ambientais como disputas estruturais por projetos de sociedade, e na centralidade das resistências ecoterritoriais amazônicas, tratadas não apenas como objetos de análise, mas como referências epistêmicas para repensar o jornalismo (Bragança, Mangas & Steinbrenner, 2025).

Nesse sentido que propomos inicialmente uma atualização de “jornalismo ambiental” para “jornalismo socioambiental” significando além de uma junção semântica, mas uma reflexão da não separação do ambiental com o social. Um dualismo que foi baseado no pensamento moderno cartesiano⁹, de René Descartes, no século XVI, que separa sujeito e objeto, razão e emoção, corpo e espírito, natureza e cultura.

Nessa perspectiva crítica à criação de verdades universais e à separação clara entre sujeito e objeto, natureza e sociedade ou

⁹ Nessa lógica de pensamento, assuntos complexos deveriam ser decompostos em outros mais simples e depois separados em absolutos e relativos, comparando-os. No entanto, alguns pensadores, como Edgar Morin, ressaltam a incapacidade do paradigma cartesiano de compreender e elucidar a totalidade do mundo.

natureza e cultura, Bruno Latour (1994) propõe a teoria ator-rede, onde tanto humanos quanto não-humanos atuam como “atores” em redes complexas, influenciando e sendo influenciados uns pelos outros, numa abordagem mais sensível às particularidades e relações, porém compreendidas não apartadamente, mas, sim, tratadas como um “tecido inteiriço das ‘naturezas-culturas’” (p. 12), desafiando, portanto, a visão moderna de uma sociedade autônoma e separada da natureza e enfatizando, por conseguinte, as interconexões e a influência mútua entre elas para a construção de um mundo comum.

Esta noção nos leva a refletir, sobretudo, sobre um jornalismo socioambiental crítico e, portanto, engajado à causa da preservação da natureza, enquanto sua prática em si tende a contribuir para a defesa dos territórios e dos grupos sociais que neles habitam e os preservam. Nesse sentido, tal proposta, de instigar o debate público sobre meio ambiente e sociedade estará inescapavelmente relacionando a exploração da natureza, os consequentes conflitos e desastres socioambientais e, no extremo, o cenário de emergência climática, com as práticas neoliberais e capitalistas que segregam povos, revisitando o racismo ambiental e agravam o fenômeno da policrise¹⁰.

Ensino do jornalismo (socio)ambiental na amazônia

Nesse contexto, tendo como recorte as instituições federais de ensino (IFES), analisamos como os cursos de jornalismo das Universidades Federais na Amazônia Legal Brasileira trabalham a

¹⁰ Cunhado por Edgard Morin e Anne-Brigitte Kern (2003) e muito recuperado durante a pandemia do coronavírus, o termo policrise diz respeito a situações onde não há uma crise isolada, mas uma crise singular composta por múltiplas crises (social, econômica, política, ambiental, sanitária) que se retroalimentam tendo como base e dilema central a profunda desigualdade agravada pelo neoliberalismo, tornado razão do mundo e lógica global da atual civilização.

questão ambiental na região. Para isso, fizemos uma análise do conteúdo (Ferreira Junior, 2011) das ementas que direcionam as exigências (obrigatória ou optativa), carga horária, período de oferta e referências básicas.

No primeiro momento, selecionamos as Universidades Federais que tinham Jornalismo na grade de cursos. Ao todo, são dez instituições situadas nos estados do Amapá, Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Maranhão e Mato Grosso, sendo duas universidades no estado do Pará¹¹. Em seguida, analisamos quais cursos ofereciam a disciplina relacionada a teoria e/ou prática do jornalismo e o ambiental. Os critérios para a seleção das disciplinas foram, primeiramente, o nome, que deveria conter a palavra “Jornalismo” e as palavras “Ambiental/Sustentabilidade” e/ou “Amazônia”¹².

Dentre as dez instituições analisadas, a Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Universidade Federal do Tocantins (UFT) não oferecem disciplinas com a especificidade buscada nesta pesquisa. No entanto, encontramos outras que relacionavam com o jornalismo regional ou traziam discussões da base histórica do desenvolvimento na Amazônia. Embora relevantes, não eram o foco de análise desta pesquisa.

¹¹ Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Além dessas duas instituições, o estado também tem a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) que está em processo de implementação do curso de jornalismo.

¹² Encontramos algumas instituições que tinham na grade curricular a disciplina de “Jornalismo especializado”, mas direcionavam ao professor escolher entre meio ambiente, científico ou esportivo, como oferta de ensino. Desse modo, não entraram no objeto de análise.

Quadro 1 - Disciplinas relacionadas ao jornalismo e meio ambiente na Amazônia.

UF	Instituição	Disciplinas	Exigências	Carga horária	Abordagem	Período
Acre	UFAC	Jornalismo e Meio Ambiente	Obrigatória	60h	Teórica e prática	8º semestre
		Jornalismo e Ambiente na Amazônia	Optativa	60h	Teórica	Livre
		Laboratório de Jornalismo e Meio Ambiente	Optativa	60h	Prática	Livre (pré-requisito ter cursado Jornalismo e Ambiente na Amazônia)
Amapá	UNIFAP	Jornalismo ambiental	Obrigatória	30h	Teórica e prática	7º semestre
Amazonas	UFAM	Jornalismo ambiental	Obrigatória	60h	Teórica e prática	7º semestre
		Jornalismo e questões amazônicas	Obrigatória	60h	Teórica e prática	5º semestre
Mato Grosso	UFMT	Jornalismo ambiental	Obrigatória	64h	Teórica e prática	3º semestre
Pará	UFPA	Jornalismo científico e ambiental	Optativa	60h	Teórica	Livre

Roraima	UFRR	Jornalismo e sustentabilidade	Obrigatória	60h	Teórica e prática	4º semestre
Rondônia	UNIR	Jornalismo ambiental	Obrigatória	80h	Teórica e prática	6º semestre

Fonte: as autoras (2026)

Portanto, catalogamos dez disciplinas, sendo sete obrigatórias e três optativas. Destaca-se a Universidade Federal do Acre (UFAC) que tem três disciplinas com a temática: Jornalismo e Meio Ambiente, que é obrigatória, e duas optativas (Jornalismo e Ambiente na Amazônia e Laboratório de Jornalismo e Meio Ambiente). Para fazer a disciplina laboratorial, o aluno precisa ter cursado Jornalismo e Ambiente na Amazônia, que é teórica. Já Universidade Federal do Amazonas (UFAM) inclui em sua grade curricular duas disciplinas obrigatórias que exploram a interface entre jornalismo, meio ambiente e as especificidades da região amazônica.

A Universidade Federal do Pará (UFPA), a maior universidade da Amazônia, situada no estado que sediou o evento sobre questões climáticas em novembro de 2025 — a COP-30¹³, tem o enquadramento do jornalismo ambiental atrelado ao científico¹⁴. Conforme visto anteriormente, o jornalismo ambiental surgiu a partir

¹³ 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30) é um encontro global anual onde líderes mundiais, cientistas, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil discutem ações para combater as mudanças do clima. É considerado um dos principais eventos do tema no mundo. Ver mais em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cop28/cop-30-no-brasil>. Acesso em: 15 mar. 2026.

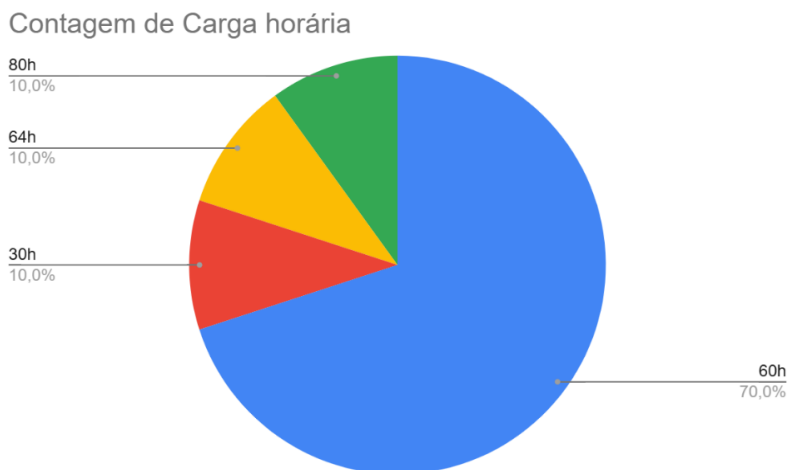
¹⁴ Excepcionalmente, durante o período do evento, a disciplina alterou para “Jornalismo ambiental e COP-30” com o intuito de debater sobre a cobertura jornalística do evento relacionando os temas meio ambiente, clima e Amazônia.

de uma subárea do jornalismo científico, porém hoje não é mais visto dessa forma (Belmonte, 2017). A instituição também oferta outras disciplinas que discutem temáticas semelhantes, como Comunicação e Colonialidades e Estudos de Temas Amazônicos.

A disciplina de jornalismo ambiental é componente curricular obrigatório em 70% das instituições, evidenciando sua relevância. A abordagem predominante (54,5%) combina teoria e prática. A UFAC destaca-se ao oferecer uma formação prática intensiva, ou seja, laboratorial, demonstrando a importância de aliar o conhecimento teórico à experiência no exercício do jornalismo.

Em relação à carga horária, cinco universidades apresentaram a disciplina de 60 horas: Acre — sendo que as três disciplinas ofertadas na instituição seguem o mesmo tempo de duração — Amazonas, Pará, Roraima e Tocantins. A menor carga horária (30h) é da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), sendo um dos estados mais preservados da Amazônia, portanto, deveria ter uma amplificação do debate ambiental na universidade. Em contrapartida, a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) teve a maior carga horária (80h).

Figura 1 – carga horária das disciplinas.



Fonte: as autoras (2026)

A análise da oferta das disciplinas no componente obrigatório revela uma grande diversidade entre as instituições. Enquanto a UFAC e a UNIFAP as posicionam nos semestres finais do curso, a UFAM a antecipa para o quinto semestre. A Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e a Universidade Federal de Roraima (UFRR), por sua vez, as oferecem no terceiro e quarto semestres, respectivamente. Essa variação demonstra a autonomia das instituições em definir a melhor localização da disciplina em suas grades curriculares. As disciplinas optativas, por sua natureza, apresentam maior flexibilidade quanto ao período de oferta.

Na segunda etapa da análise, focamos no conteúdo das disciplinas, examinando suas ementas e as referências bibliográficas indicadas. Nosso objetivo era identificar quais disciplinas estabeleciam conexões entre o meio ambiente e os paradigmas do desenvolvimento e colonialidades, além de verificar quais delas recorrem a autores ou trabalhos amazônidas em suas bibliografias básicas.

Quadro 2 – Trechos de ementas que abordam relação entre meio ambiente e as práticas do neoliberalismo

Instituição	Disciplina	Ementa	Ano da ementa
UFAC	Jornalismo e Meio Ambiente;	"Questão ambiental contemporânea: um debate político-econômico."	2015
	Jornalismo e Meio Ambiente na Amazônia; Laboratório de Jornalismo e Meio Ambiente na Amazônia.	"Questão ambiental contemporânea: um debate político-econômico. Apropriação social da natureza na Amazônia."	2015
UNIR	Jornalismo ambiental	"Da insustentabilidade econômica à sustentabilidade ambiental."	2023
UFRR	Jornalismo e sustentabilidade	"Modelos de civilização, os padrões de consumo e os paradigmas do desenvolvimento."	2015
UFAM	Jornalismo ambiental	"O modelo de desenvolvimento econômico e a sustentabilidade."	2022
	Jornalismo e questões amazônicas	"Debate acerca de questões contemporâneas pertinentes às sociedades estabelecidas na região, ao meio ambiente e ao processo de busca do desenvolvimento econômico e social e como estes temas vem sendo ou não tratados no jornalismo praticado sobre a Amazônia."	2022

Fonte: as autoras (2026)

Das dez disciplinas analisadas, seis apresentaram questões que relacionavam o meio ambiente com o modelo de desenvolvimento pautado na exploração de recursos naturais (Castro, 2010). No entanto, elas são distribuídas em apenas quatro universidades (conforme tabela acima), evidenciando que ainda há uma lacuna em apresentar esse contexto nas demais instituições. Ao examinar as ementas das disciplinas da UFAC, percebemos que as três apresentam um conjunto similar de conteúdo, o que nos leva a refletir sobre as estratégias pedagógicas que os docentes utilizam para tornar cada disciplina única e diferenciada em suas aulas, podendo ser um caminho para pesquisas futuras.

A ementa da UNIR vincula a discussão sobre jornalismo ambiental na Amazônia ao conceito de transição da insustentabilidade econômica. Por sua vez, a UFRR introduz os termos “modelos de civilização” e “consumo” como elementos centrais na análise dos paradigmas de desenvolvimento e seus impactos ambientais. Além disso, a instituição aborda uma gama mais ampla de temas, como pobreza, clima, água, energia, biodiversidade e lixo. A disciplina “Jornalismo e questões amazônicas” da UFAM destacou-se por apresentar uma proposta mais abrangente, preparando os futuros jornalistas para uma atuação crítica na região amazônica. A ementa enfatiza a importância de compreender os processos de desenvolvimento econômico e social da região.

No geral, todas as disciplinas de jornalismo ambiental nas universidades apresentaram os fundamentos (história, conceitos e técnicas) da área como núcleo comum, mas tiveram suas particularidades. A UNIFAP e a UFPA abordam a Educação Ambiental, enquanto somente a UFPA aprofundou a discussão sobre aspectos científicos. A UFAC direcionou seus olhares, também, para o papel das mídias alternativas na Amazônia.

No último viés de análise, observamos que, das dez disciplinas escolhidas, sete citam autores e/ou trabalhos da região amazônica

demonstrando a valorização da produção acadêmica local e uma maior pertinência das pesquisas desenvolvidas. A UFPA, por exemplo, incluiu nas referências básicas a obra do professor Manuel José Sena Dutra, que aborda a representação da Amazônia na televisão. Já a UFAC destaca a pesquisa de Elder Andrade de Paula sobre o desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental.

Por sua vez, a UNIR através da pesquisa de Schirley Luft, incorporou o estudo da cobertura do desmatamento no jornal O Liberal. A UFRR inclui no currículo as obras do docente Simão Farias Almeida, que também ministra a disciplina “Jornalismo e Sustentabilidade” na instituição. E, por fim, a UFAM trata do tema na disciplina “Jornalismo e Questões Amazônicas”, com base em obras de autores locais como Djalma Batista e Marilene Correa da Silva Freitas.

Entendemos o jornalismo como ferramenta essencial para a compreensão das realidades socioambientais, ainda mais no território de intensos conflitos, como a Amazônia. Nesse cenário, cabe às universidades formar profissionais críticos e comprometidos com a verdade, capazes de analisar e expor os contextos de forma ética. No tópico a seguir, apresentaremos algumas reflexões a partir do que notamos na análise da ementa nos cursos.

Reflexões do ensino (socio)ambiental na amazônia

O processo colonialista instaurou uma profunda cisão entre o homem e a natureza num processo denominado por Bispo dos Santos (2023, p. 14) de “cosmofobia”. Essa ruptura resultou em práticas de armazenamento, expropriação e extração desenfreada dos recursos naturais e, conseqüentemente, coloca o homem acima da natureza. As conseqüências desse legado colonial se manifestam de forma aguda na Amazônia, onde os conflitos socioambientais atuais são, em grande medida, resultado dessa histórica dicotomia. Portanto, a compreensão crítica dessa relação homem-natureza é

fundamental para qualquer jornalista que atue na área socioambiental e deve ser integralmente incorporada no ensino.

Considerando esse contexto é válido discorrer do conceito de ecologia decolonial, proposta por Malcom Ferdinand (2022), que questiona as maneiras coloniais de habitar a terra. Para o autor, é a economia capitalista que causa a poluição, a perda da biodiversidade e o aquecimento global e, sobretudo, acentua o sofrimento dos racializados no processo resultante em desigualdades sociais, globais, discriminação de gênero e raça. O teórico entende que as peças-chave para uma luta ecologista são o antirracismo e a crítica decolonial, portanto, é fundamental dialogar com outras lutas existentes na sociedade, como a de povos indígenas e de mulheres.

Como não nos aprofundamos na forma como a ementa é aplicada em sala de aula, não foi possível dimensionar a metodologia dos professores. Mas, como sugestão, acreditamos que a aproximação da universidade com os movimentos sociais geraria um diálogo enriquecedor centralizando a escuta ativa por parte dos alunos e quebrando os muros existentes entre ciência e sociedade. Nesse cenário, são bem-vindas aulas com diálogos e produções jornalísticas que coloquem esses atores no cerne da questão socioambiental. Pensar e discorrer sobre as subjetividades, conforme propõe Fabiana Moraes (2022), é incorporar no processo de ensino a busca por uma prática reflexiva e o posicionamento engajado ou ativista que não fere os pressupostos objetivos pertinentes ao campo jornalístico.

Também acreditamos que deve haver uma aproximação de comunicadores e/ou jornalistas, que atuam em veículos comunitários e alternativos, no processo de ensino, considerando que essas mídias estão se destacando na cobertura contrapondo a narrativa hegemônica (Amorim, Cruz & Albim, 2014). Partindo da troca de conhecimentos, o aluno pode compreender a dinâmica de produção e se sentir engajado e preparado para atuar na área.

Nesse caminho, outro ponto de reflexão que propomos neste artigo é a inclusão de autores ditos decoloniais e contracoloniais nas ementas das disciplinas, especialmente indígenas e quilombolas, considerando o território em que nos encontramos. Na análise que fizemos sobre as referências, notamos que sete cursos citam autores e/ou trabalhos da região amazônica. Além disso, achamos necessário incorporar pensadores que têm se destacado nos trabalhos na vertente colonialismo/decolonialidade/natureza.

A universidade, por ser um lugar de formação, carrega a responsabilidade de promover reflexões e práticas na formação de novos jornalistas comprometidos com a mudança de um paradigma. Portanto, o ensino de um jornalismo socioambiental torna-se relevante, principalmente na Amazônia — territórios de intensos conflitos. Nesse cenário, concordamos com o pensamento de Ilza Girardi (2018), ao afirmar que nos tempos conturbados de ameaças e danos ambientais, os cursos de jornalismo devem investir tempo e recursos nos processos, métodos e técnicas próprios de um jornalismo investigativo na intenção de desvendar processos que encobrem interesses prejudiciais à natureza e à sociedade.

Considerações finais

O ensino é um caminho para a prática de uma educação libertadora que problematiza o mundo vivido e liberta os sujeitos da opressão (Freire, 2011). A inquietação para o presente artigo surgiu da experiência de uma das autoras com a disciplina de Jornalismo Ambiental, ministrada no curso da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com carga horária de 30h, um tempo exíguo para trabalhar assuntos complexos da realidade amazônica, estimular a reflexão e promover a prática de um jornalismo crítico voltado às questões socioambientais na região.

A análise das grades curriculares das universidades federais na Amazônia revelou uma oferta de dez disciplinas relacionadas ao

jornalismo ambiental, sendo sete obrigatórias e três optativas, demonstrando a crescente relevância do tema na formação de futuros jornalistas. No entanto, notamos que a maior parte delas é alocada ao final do curso o que gera um questionamento sobre a falta de tempo para os estudantes aprofundarem o conhecimento, fazerem estágios na área ou desenvolverem projetos práticos. Idealmente, acreditamos que a formação acadêmica deveria ser construída de forma progressiva com disciplinas introdutórias sobre meio ambiente sendo oferecidas nos semestres iniciais e matérias mais práticas vindo nos semestres finais.

Para o ensino do jornalismo socioambiental na Amazônia, consideramos essencial o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre a relação entre o meio ambiente e o modelo de desenvolvimento pautado na exploração de recursos naturais. No entanto, notamos que, das dez universidades analisadas, somente quatro abordam esse contexto, isso implica uma revisão na ementa das demais universidades.

Acreditamos, portanto, que o saber ambiental deve seguir um caminho, principalmente, de construção do conhecimento que questione a estrutura capitalista no sentido, proposto por Enrique Leff (2010), de racionalidade ambiental. Na Amazônia, considerando o contexto que envolve crimes ambientais, disputas territoriais, poder, influência e dinheiro, o jornalista precisa ter um nível importante de engajamento às causas e uma rede de segurança social para que sua prática seja efetiva e resistente.

Por fim, entendemos ser fundamental valorizar essas disciplinas e promover a interdisciplinariedade e uma maior interação entre a academia e as boas práticas de coberturas, muitas vezes alternativas e independentes na Amazônia. Também aproximar os futuros jornalistas da pluralidade de fontes, especialmente daquelas menos visibilizadas na imprensa tradicional, a partir de diálogos com ativistas, povos indígenas e quilombolas. Isso passa pela desconstrução do saber atravessado por um racismo

epistêmico de fundo, o que se configura na colonialidade de não reconhecer conhecimentos fora da academia ou do não privilégio de uma determinada região, segmento ou grupo social.

Referências

Belmonte, R. V. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro (2017). *Revista Brasileira de História da Mídia*, 6 (2), jul./dez. <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.6220176656>.

Bragança, P. H. P. L. de, Mangas, L., & Steinbrenner, R. (2025). Jornalismo socioambiental em meio às disputas narrativas e resistências ecoterritoriais, uma proposta conceitual. *Organicom*, 48(2), 103-115. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2025.237443>.

Castro, E. (2019). Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. In: Castro, E. (Orgs.) *Pensamento crítico latino-americano: reflexões sobre políticas e fronteiras* (pp. 35-62). Annablume.

Castro, E. (2010). Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: Bolle, W.; Castro, E.; Vejmek, M. (Org.). *Amazônia: Região universal e teatro do mundo* (pp. 105-122). Globo.

Costa, A.; Ventura, J. Oliveira, I. & Ventura Neto, R. Apontamentos interpretativos e jornalísticos sobre a Amazônia: o discurso de Bolsonaro na ONU. (2022). *Mídia E Cotidiano*, 16(3), 259-282. <https://doi.org/10.22409/rmc.v16i3.52398>.

Comissão Pastoral da Terra. (2025). Incêndios, desmatamento ilegal e violência: Amazônia Legal concentra mais da metade dos conflitos no campo brasileiro em 2024. Recuperado de <https://cptnacional.org.br/2025/06/05/conflitos-amazonia-legal/>.

Chagas Amorim, C. R., Oliveira da Cruz, A. L., & Braga Albim, L. (2014). Jornais comunitários na Amazônia: uma representação popular na contra hegemonia. *Razón y Palabra*, (86). Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199530728004>.

Dardot, P; Laval, C. (2019). Anatomia do novo neoliberalismo. Recuperado de <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>.

Fante, E. M., Moraes, C. H. de, Massierer, C., & Motter, S. B. (2018). A trajetória do Jornalismo e dos Jornalistas ambientais no Brasil: o núcleo de ecojornalistas do RS. *Aturá - Revista Pan-Amazônica De Comunicação*, 2(2), 172–191. Recuperado de <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/4995>.

Ferdinand, M. (2022). *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. Ubu Editora.

Freire, P. (2011). *Pedagogia do Oprimido* (50ª ed.). Paz e Terra.

Ferreira Junior, W. C. (2011). Análise de conteúdo. In: Duarte, J.; Barrrs, A. (Orgs.) *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (pp. 280-304). Atlas.

Federação Nacional dos Jornalistas. (2024). Relatórios de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil (2013-2023). Recuperado de <https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contra-jornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>.

Guazelli, M. (2021). Genocídio indígena: entenda os riscos e preocupações que a população nativa do Brasil enfrenta. Portal Humanista. Recuperado de <https://www.ufrgs.br/humanista/2021/09/24/genocidio-indigena-entenda-os-riscos-e-preocupacoes-que-a-populacao-nativa-do-brasil-enfrenta/>.

Girardi, I. T. (2022). Jornalismo ambiental sob a perspectiva dos estudos decoloniais. Entrevista cedida a Katarini Miguel. In: Prata, N. (Orgs). *Comunicação e ciência: reflexões sobre a desinformação* (pp. 221-239). Intercom.

Girardi, I. M. T. (2018). Um semestre muito especial: o surgimento da primeira disciplina de jornalismo ambiental. In: Girardi, I. M. T. et al. (Org.). *Jornalismo ambiental: teoria e prática* (pp. 13-24). Metamorfose.

Gondim, N. (2007). *A invenção da Amazônia* (2ª ed.). Editora Valer. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (s/d). RIO-92: mundo desperta para o meio ambiente. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2303:catid=28&Itemid.

Latuor, B. (1994). *Jamais Fomos Modernos*. Ensaio de Antropologia Simétrica. Editora 34.

Leff, E. (2010). *Epistemologia Ambiental* (5ª ed.). Cortez.

Loureiro, V. R. (2022). A Amazônia, o Outro do Brasil. Portal Amazônia Latitude. Recuperado de <https://www.amazonialatitude.com/2022/04/08/amazonia-o-outro-do-brasil/>.

Mignolo, W. (2010). *Desobediência epistêmica*. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Ediciones del Signo.

Moraes, F. A. (2022). *A pauta é uma arma de combate*. subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Arquipelago.

Morin, E. Kern, A.B. (2003). *Terra-Pátria*. Sulina.

Porto-Gonçalves, C. W. (2017). *Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso*. Consequência.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber*. eurocentrismo e ciências sociais (pp. 17-39). Perspectivas latino-americanas. Clacso.

Santos, A. B. (2023). *A terra dá, a terra quer*. Ubu Editora.

Sardinha, A., & Rodrigues, L. C. M. (2020). Apontamentos conceituais sobre o Ensino de Jornalismo no contexto das novas Diretrizes Curriculares e da formação superior na Amazônia. *Tropos: comunicação, sociedade e cultura*. Recuperado de <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/4356>.

Souza, M. (2019). *História da Amazônia*. do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. Record.

Soares, M. Lima, S. P. (2024, dia, mes). Ensino do Jornalismo Investigativo e de Dados: Reflexões pedagógicas para um plano de ensino. [Apresentação de trabalho]. 19º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, São Paulo.

Svampa, M. (2019). *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina*. conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Elefante.

Steinbrenner, R.A.; Esteves, L. C.; Pereira dos Santos, & E. y Correa, P.V. (2021). Comunicación y resistencia frente a conflictos socioambientales en la Amazonia paraense, *Sphera Publica*, 1(21), 159-184.

Tourinho Girardi, I. M., Beling Loose, E., & Almeida da Silva, J. (2018). O Jornalismo Ambiental na concepção de quem o faz: estudo com jornalistas da América Latina, Caribe, Portugal, Espanha e países africanos de Língua Portuguesa. *Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, 2(2), 48–66. Recuperado de <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/5039>

SENTIDOS E USOS DA COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL NO CONTEXTO MIGRATÓRIO TRANSNACIONAL: aportes teórico-metodológicos

Mohammed ElHajji

A análise que segue busca explorar as principais dimensões semânticas da noção de comunicação intercultural, bem como os usos sociais que dela decorrem. A tese, aqui defendida, é que a comunicação intercultural não deve ser compreendida apenas como um instrumento técnico voltado à gestão prática da diversidade cultural e/ou étnica em contexto migratório transnacional, mas sim como uma dinâmica psicossocial primordial, constitutiva da formação e organização de toda experiência social. Sua originalidade reside, além da mobilização de um quadro epistemológico descentralizado e transdisciplinar, na rejeição das definições essencialistas dos conceitos de cultura e identidade

cultural, em favor de uma visão construtivista, aberta e permeada pelos princípios da teoria da Complexidade.

O estudo se empenha, num primeiro momento, a situar a noção de comunicação enquanto fenômeno humano de caráter fundamentalmente existencial – senão ontológico. Longe das perspectivas funcionalistas clássicas, que reduzem a comunicação a uma mera troca mecanicista de informações, nossa abordagem enfatiza seus atributos psicossociais de enunciação de si, de afetação e de vinculação, estruturantes de todo processo de produção de subjetividade ou de organização social.

Nossa reflexão segue questionando as concepções reificantes da cultura, que almejam transformar uma construção histórica, de ordem simbólica, naturalmente volúvel, numa herança imutável ou substância enrijecida. Propomos, ao contrário, uma perspectiva dinâmica, relacional e performativa que concebe a cultura como um conjunto de práticas sociais constantemente renegociadas e atualizadas pelos indivíduos no âmbito de suas interações; a fortiori quando se trata de um contexto notoriamente instável como o da mobilidade humana e das migrações transnacionais.

Conjugando as noções de comunicação e de cultura, a análise aborda, na sequência, a questão da interculturalidade; sustentando a premissa que esta (a interculturalidade) não representa uma exceção ou um caso limite da comunicação humana e interpessoal, mas, antes, a norma intrínseca de qualquer prática cultural, inerente à própria espécie. Para tanto, a interculturalidade deve ser concebida enquanto forma cognitiva aberta, uma inteligência simbólica onipresente em todas as interações cotidianas, e que fica ainda mais manifesta nas dinâmicas migratórias. Ademais, a abordagem evidencia a reciprocidade atributiva de seus componentes conceituais: o substrato cultural da comunicação e a vocação comunicacional da cultura.

No que diz respeito ao contexto geral em que nosso estudo se insere, isto é, as migrações transnacionais, demonstramos que estas

constituem um espaço social articulado em torno de um conjunto de campos de ação materiais e simbólicos necessariamente interculturais. Nosso posicionamento, a este propósito, é que as migrações transnacionais contemporâneas exacerbam as dinâmicas interculturais, transformando-as em poderosos catalisadores do longo processo de creolização do mundo. Além disso, a análise aqui desenvolvida evidencia como os sujeitos migrantes negociam seus pertencimentos e identidades por meio de estratégias comunicacionais complexas, integrando simultaneamente diversos referenciais simbólicos, culturais e sociais.

Finalmente, o estudo se encerra com o exame da complexa relação entre comunicação intercultural e migrações transnacionais. Essa síntese reflexiva convida à superação das abordagens simplistas tradicionais, notoriamente marcadas pelos axiomas positivistas de causalidade linear, e à adoção de uma perspectiva epistemológica pautada nos princípios da Complexidade. Posicionamento teórico-metodológico que visa oferecer um quadro conceitual renovado, no afã de apreender a natureza fundamentalmente dinâmica, relacional e imprevisível dos fenômenos migratórios e interculturais, bem como sua inegável centralidade para qualquer esforço de compreensão do mundo contemporâneo.

Da Comunicação

Observemos, antes de tudo, que o fato comunicacional constitui a base fundacional de todo ato existencial do sujeito histórico; no sentido que a própria experiência subjetiva do indivíduo, a expressão singular de sua existência, não pode ser dissociada desse substrato simbólico. Relação primordial que pode ser estendida ao âmbito do ontológico, na medida em que é a comunicação, como sugere Heidegger (1986), que permite ao *Dasein* (ser-no-mundo) de emergir e manifestar sua presença em um mundo compartilhado. O *Dasein*, de fato, só pode se dar em relação ao Outro e ao mundo, em um processo contínuo de trocas simbólicas e de afetação mútua.

Vale sublinhar, aliás, que esse comunicacional existencial / ontológico não se limita ao Humano, mas abrange todo o Vivente em sua dimensão universal. Lembremos, a esse propósito, o conceito de *Umwelt* proveniente da biosemiótica de Uexküll (1956), que exerceu grande influência tanto sobre a semiótica cultural de Lotman (1999) e sua noção de Semiosfera quanto sobre a Escola de Tartu em geral; o princípio da “comunicação como propriedade fundamental de todo sistema vivo” defendido pela Escola de Palo Alto (Bateson, 1995); ou ainda a ideia de *Autopoiesis*, desenvolvida no âmbito da teoria da Complexidade (Maturana & Varela, 2005).

Do intersubjetivo ao intercultural, passando pelo social, econômico ou político, não existe ação humana que possa tomar forma e sentido fora do desenho comunicacional. Troca, negociação ou interação; colaboração, cooperação ou competição; disputas, alianças ou todo tipo de transação (sejam elas simbólicas, materiais ou afetivas) não passam de manifestações, atualizações ou contextualizações desse paradigma original que rege o mundo humano e lhe oferece os termos de sua historicidade. Seja numa perspectiva filosófica, psicológica, antropológica ou sociológica, é sempre o fator comunicacional que define os contornos da condição humana e determina as coordenadas de sua projeção no espaço e no tempo.

No plano filosófico, a comunicação está no cerne das teorias existencialistas e fenomenológicas — não apenas em Heidegger, como vimos, mas também, dentre outros, em Merleau-Ponty (1945), que insiste na dimensão incarnada e intersubjetiva da existência humana, afirmando que nossa experiência do mundo se constrói mediante uma comunicação corporal e simbólica permanente com o Outro; ou em Habermas (1987), que entende ser a comunicação racional o que possibilita à humanidade elaborar um mundo vivido compartilhado (*Lebenswelt*) — fundamento necessário para a ação comum e ética coletiva.

No campo da psicologia e da antropologia, a comunicação se revela igualmente essencial para a apreensão e apreciação das dinâmicas sociais e humanas. Na psicologia social, o interacionismo simbólico de Goffman (1959) demonstra que os indivíduos se constituem enquanto sujeitos sociais através de processos constantes de comunicação simbólica; performando a sua(s) identidade(s) por meio de suas inúmeras interações quotidianas, em um jogo sutil de comunicação verbal e não-verbal. A antropologia, por sua vez, ressalta o caráter fundamentalmente cultural da comunicação; ao exemplo de Geertz (1973), para quem a cultura é, antes de tudo, um conjunto de significados compartilhados que só adquirem sentido mediante práticas comunicacionais contínuas, tais como rituais, narrativas e trocas simbólicas.

Por fim, a sociologia confirma a centralidade do fenômeno comunicacional na organização e evolução das sociedades humanas. Para Luhmann (1995), as sociedades modernas se definem precisamente por sua capacidade de gerar e gerir, de forma contínua, os fluxos de comunicação que moldam e orientam todas as suas estruturas internas. De maneira semelhante, Bourdieu (1982) vê na comunicação simbólica, integrada aos diversos campos sociais, um instrumento de reprodução ou de transformação das relações sociais e de poder.

De fato, qualquer que seja a perspectiva teórica adotada, a comunicação sempre se impõe enquanto quadro conceitual incontornável através do qual o sujeito social e histórico inscreve sua identidade individual e coletiva numa trama temporal e espacial compartilhada; fazendo do fator comunicacional um paradigma fundamental para compreender a condição humana. É a comunicação (sistemas e processos) que orienta o desdobramento narrativo de nossas experiências, articula seus dispositivos semânticos e reforça os marcos conceituais necessários à (auto) reflexividade e à compreensão de si e do mundo.

Não é preciso lembrar que a abordagem aqui proposta requer ultrapassar os níveis instrumentais e funcionalistas usuais da noção de comunicação. Para além dos esquemas clássicos centrados na mera transmissão de informações ou nos aspectos mecanicistas das interações interpessoais, para além mesmo das funções fáticas e conativas, responsáveis pela manutenção do canal de comunicação e pela recepção formal (ou formalista) da mensagem, é a posição expressiva-emotiva (Jakobson, 1963) que deve ser privilegiada.

Não apenas porque é impossível “dizer o mundo” sem antes “dizer-se ao mundo”, mas sobretudo porque a própria construção da identidade do sujeito social e histórico, sua perenidade (Ricoeur, 1990) e a afirmação de sua agência ou agentividade (Giddens, 1994) passam necessariamente por sua autonarrativa e elaboração discursiva. Singularidade, subjetividade ou identidade individual não podem ser delineadas fora dos quadros comunicativos que ordenam os discursos sociais em circulação e estruturam sua narratividade polifônica (Bakhtine, 1970).

Essa realidade se torna ainda mais evidente quando se observa o papel crucial da comunicação na formação e funcionamento de comunidades, coletivos e demais organizações humanas de caráter social, cultural ou étnico. Para perceber toda a intimidade dessa relação, basta explorar seu campo semântico e lexical: os termos “comunicação”, “comunidade” e “comunhão” derivam da mesma raiz latim *communis* e remetem ao mesmo horizonte filosófico de partilha, troca e interação.

Com efeito, comunicar, formar uma comunidade ou entrar em comunhão são expressões de um mesmo movimento existencial de aproximação, de aceitação do Outro e de partilha. Razão pela qual, a comunicação não pode ser reduzida a um processo mecânico de emissão e recepção de informações, mas deve ser entendida como um processo total e complexo de produção e construção de sentido social e histórico no seio de uma comunidade; comunidade essa que,

ela mesma, é estruturada pelos fluxos comunicacionais que a atravessam, conferindo-lhe forma e conteúdo.

Se a comunicação subtende o próprio processo de produção de sentido, a comunidade constitui o locus natural onde esse sentido é produzido, construído, transmitido, trocado, codificado, decodificado e recodificado, com todas as implicações simbólicas, subjetivas e ideológicas daí decorrentes. Pois, conforme já exposto, são as estruturas comunicativas do grupo que, além de garantir sua coesão interna, enunciam sua singularidade face a outras organizações sociais e permitem, assim, sua inter-relação e apreciação mútua.

Em síntese, podemos afirmar que a comunicação constitui a interface simbólica pela qual se realizam trocas de toda natureza entre entes identitários em contato e é, inversamente, o produto próprio desse contato. O que só deixa mais evidentes ainda as características simbólicas, semânticas e semióticas do fato comunicacional; em outras palavras, sua natureza profundamente cultural — o que nos conduz ao segundo nível de nossa análise: o que é cultura?

Da Cultura

A indagação se impõe com mais rigor ainda quando se admite que nossa época é especialmente marcada por narrativas nacionalistas, identitarismos exacerbados e comunitarismos regressivos; na maioria das vezes, estimulados e sustentados pelo ideário culturalista como princípio de explicação, justificação ou diferenciação. Pois, além de sua naturalização no âmbito social, o discurso culturalista vem sendo usado cada vez mais enquanto instrumento político-ideológico; sem ser suficientemente problematizada no plano conceitual e teórico.

Se a noção está onipresente nos argumentários de pertencimento, nas políticas de integração ou nas reivindicações por reconhecimento, ela também é fortemente mobilizada nos discursos de poder, nas lógicas de exclusão e nas formas de controle

simbólico. Ora, a própria natureza do que se designa pelo vocábulo “cultura” permanece sujeito a controvérsia: “Cultura” diz respeito a uma essência preexistente, a uma substância imutável transmitida de geração em geração? Ou deve ser apreendida como prática viva, em constante reconfiguração, tributária da realidade social, do contexto histórico e das dinâmicas de interação entre diferentes grupos e entre os membros de um mesmo grupo?

Um dos principais obstáculos a um pensamento crítico da cultura reside em sua sacralização contemporânea; a transformação do cultural em cultural (Elhajji, 2013), que a noção erige em marcador identitário rígido, engessado em grades de representação vedadas e definitivas. Concebida enquanto essência, a cultura se torna uma entidade abstrata e a-histórica, que se transmite sem alteração, como se existisse independentemente daqueles que a vivem, a praticam ou a contestam.

Sabemos que essa ideia, herdada do culturalismo evolucionista, que por muito tempo estruturou as ciências humanas, foi alvo de críticas acadêmicas e científicas desde muito cedo; principalmente por Boas (1940), que em suas contribuições pioneiras, demonstrou sua inconsistência ao insistir no caráter construído, aprendido, contextual e evolutivo das práticas culturais. Da mesma forma que Geertz (1973), por exemplo, ressalta que a cultura não é um objeto que se possui, mas um tecido de significados compartilhados, em perpétua elaboração.

Toda cultura é, nesse sentido, um processo interpretativo: um ato contínuo de produção, codificação / decodificação / recodificação do real por meio de práticas simbólicas de ordem ritualística, estéticas, linguística, etc. Ou, se retomarmos o conceito anteriormente citado de “semiosfera”, proposto por Lotman (1999), o que chamamos de cultura funcionaria como um espaço semiótico abrangente, no qual se operam as trocas de signos, a construção de significados e a elaboração de identidades.

Contudo, nos usos discursivos dominantes, a ideia de uma cultura-essência persiste e é, frequentemente, instrumentalizada com o objetivo de traçar fronteiras identitárias rígidas entre “eles” e “nós”; essencializando as diferenças e naturalizando pertencimentos que, na realidade, são historicamente construídos. A tentação de fossilizar a cultura em uma entidade objetivável e claramente definível responde, de fato, a uma lógica de poder. Já que, como aprendemos com Foucault (1966) , “nomear” equivale sempre a exercer um poder simbólico; o de, neste caso, ditar o que é “próprio a um povo”, “tradicional” ou “autêntico”.

Um gesto aparentemente descritivo, mas que, conforme observa Eagleton (2003), se revela fortemente prescritivo; na medida em que fixa fronteiras, hierarquiza práticas ou impõe uma memória coletiva específica / parcial em detrimento de outras narrativas ou expressões marginalizadas. Realidade que fica ainda mais flagrante no contexto migratório, quando a noção de cultura serve de álibi para enclausurar indivíduos e grupos em identidades culturais presumidamente imutáveis, percebidas como exógenas ou incompatíveis.

Não há dúvida, de todo modo, de que esse ideal essencialista de cultura se apoia também no fantasma de pureza que supõe que as culturas seriam blocos fechados, estanques e autossuficientes, e justifica, conseqüentemente, a rejeição de tudo que remete à diferença e à presença do Outro, entendido como interferência ou ruído (Ardener, 1975) que deve ser eliminado para que o processo socio-comunicativo seja completo. Uma ficção ideológica, recorrentemente mobilizada para fins de exclusão ou dominação, que passa pela negação do caráter histórico inevitavelmente mestiçado de todo espaço cultural, necessariamente o resultado de cruzamentos e inevitavelmente atravessado pela alteridade e pelas influências recíprocas contidas nas dinâmicas relacionais que o sustentam — sejam elas pacíficas e harmoniosas ou violentas e conflituosas.

É, com efeito, nas brechas e através das tensões veiculadas pelos processos de tradução, contaminação ou creolização (de natureza evidentemente relacional / comunicacional) que o fato cultural floresce e libera toda a sua expressividade. Ainda mais em um mundo movido por fluxos simbólicos, materiais e humanos, como bem lembra Appadurai (Appadurai, 2005) , ao insistir na dimensão relacional, mas sobretudo móvel e translocal do fenômeno cultural na atualidade.

Na verdade, não são as culturas em si que são homogêneas, mas as narrativas que as fetichizam; a exemplo do multiculturalismo institucional que, ao atribuir aos grupos práticas ou valores definidos como inalteráveis, acaba reproduzindo visões engessadas das identidades e da diferença. Essa armadilha, que Stuart Hall (1997) qualifica indireta, mas recorrentemente, como “centralidade perversa da cultura”, consiste em transformar a diversidade em coleção de particularismos, sem historicidade nem conflituosidade.

As práticas culturais nunca são neutras ou consensuais, mas constituem quase sempre espaços simbólicos de tensão entre conservadorismo e inovação, tradição e subversão, assinação e autonomia. Elas não remetem a uma identidade fixa, mas antes, a performances sociais; na medida em que não são heranças a serem reproduzidas fielmente, e sim narrativas continuamente atualizadas, reinventadas e ressignificadas, cuja finalidade é sempre, de um modo ou de outro, a negociação do poder simbólico e dos modos de organização social (Coelho, 2008).

Vale sublinhar, aqui, que essa performatividade cultural não se limita a manifestações espetaculares ou codificadas, mas encarna-se na trivialidade dos gestos do cotidiano e nas escolhas linguísticas, vestimentárias ou alimentares, nas práticas de socialização, de cuidado, de educação ou de transmissão. A cultura se performa no espaço doméstico, na rua, nas redes sociais; se reencena e se reformula a cada interação. É o que se observa, com mais clareza ainda, nos contextos migratórios, em que os indivíduos,

confrontados com novas normas culturais, recompõem suas referências, adaptam suas práticas e renegociam seus pertencimentos.

Assim, nos parece pertinente, senão necessário, propor uma virada conceitual e semântica radical, ainda que não seja inédita. Esse mesmo autor já o havia antecipado em estudos anteriores (2013), em consonância com abordagens semelhantes empreendidas por autores de diversos horizontes, tais como Wallerstein (1994), Bragança (2000) Hall (1997), Coelho (2008) ou, ainda, Appadurai (2005). Uma virada que, longe de ser apenas retórica e além de evitar a “armadilha perversa” ligada à centralidade da cultura, visa desconstruir a ilusão ontológica da qual o substantivo “cultura” é prenhe.

A passagem do substantivo ao adjetivo não significa que a cultura não exista, mas que ela só existe enquanto prática; que não é universal nem imutável; que é relacional, situada e plural; que não precede os sujeitos, mas é uma emanção deles e é em contínua evolução / transformação; que não determina os pertencimentos, mas os negocia; que não diz quem somos, e sim o que fazemos para nos tornarmos aquilo que somos. E é justamente nessa perspectiva (nem identitária / exclusivista, nem substancialista, nem museal) que a comunicação intercultural pode operar, enquanto espaço simbólico de tradução e de produção de sentido, e até como “linha de fuga” (Deleuze & Guattari, 1980) propícia ao surgimento de novos modos de produção de subjetividade e de possibilidades plurais de estar-juntos.

O reconhecimento da cultura como prática convida a pensar o intercultural não como uma exceção ou um caso-limite, mas como a própria norma de toda prática cultural; na medida em que toda cultura é, necessariamente, atravessada por influências exógenas, por trocas e empréstimos. O intercultural não é o que acontece quando duas culturas “puras” se encontram, mas antes, o processo semântico / semiótico subjacente a toda forma de culturalidade.

Razão pela qual a interculturalidade, como explicamos na sequência deste estudo, não deve ser pensada como um dispositivo “agenciado” a posteriori, mas como expressão existencial constitutiva do nosso “estar-no-mundo” (Maffesoli, 1997).

Da interculturalidade

Antes mesmo de se tornar uma abordagem reflexiva e sistematizada, a comunicação intercultural pode ser considerada uma atitude / postura social ou (inter) pessoal de ordem existencial, inerente ao gênero humano. O ato de ir ao encontro do outro em sua diferença e de desejar trocar (simbolicamente e/ou materialmente) com esse desconhecido não é de hoje, mas representa, antes, uma predisposição psicossocial permanente e constitutiva do processo de hominização da espécie.

Assim, durante o Paleolítico, quando várias espécies humanas (Homo sapiens, Neandertal e Denisovano, sobretudo) percorriam simultaneamente os mesmos territórios, formas primitivas de comunicação intercultural (ou, ao menos, proto-intercultural) provavelmente já se manifestavam. Esses encontros regulares, resultado de uma mobilidade ditada por imperativos ecológicos e climáticos, implicavam necessariamente a confrontação com a alteridade, impondo a necessidade de negociar simbolicamente ou materialmente.

Trocas de ferramentas, compartilhamento de espaços, aprendizados mútuos, mestiçagem... essas interações já representavam manifestações precoces dessa disposição humana fundamental para entrar em diálogo com a alteridade, muito antes de qualquer reflexão estruturada sobre o intercultural. À semelhança dos desafios contemporâneos, esses grupos provavelmente tiveram de superar barreiras de linguagem e de cultura para transmitir saberes úteis à sobrevivência, adaptar-se mutuamente ou tomar emprestadas certas práticas. Apesar das poucas informações precisas disponíveis, esses encontros pré-históricos já ilustram

dinâmicas fundamentais de troca, adaptação e coabitação intercultural. As evidências de miscigenação genética, sobretudo, testemunham um contato estreito que evoca formas modernas de mestiçagem cultural.

Como, então, estranhar que emergja hoje, como supostamente inédito, um fenômeno que, na verdade, acompanha a humanidade desde suas origens? A comunicação intercultural, longe de ser um produto exclusivo da modernidade globalizada, constitui, de fato, um traço permanente, intrínseco à nossa espécie, resultante naturalmente das mobilidades incessantes que marcam nossa história evolutiva. A cada época, diante de cada encontro migratório ou intercultural, o ser humano reproduz esse ato ancestral fundamental: tentar compreender e comunicar com o Outro; integrando, assim, o intercultural no cerne de sua existência e de sua evolução enquanto espécie.

Em seu “grau zero”, a comunicação intercultural, tal como definida, notadamente, por Gudykunst & Kim (Gudykunst & Kim, 1996), consiste em um conjunto de mecanismos de interação verbal ou não verbal entre atores oriundos de meios culturais distintos, conscientes da decalagem existente entre seus próprios códigos e suas expectativas recíprocas, mobilizando, por e para isso, quadros simbólicos de referência distintos. A finalidade primeira desse tipo de interação é, como em toda situação comunicacional, reduzir as incertezas, evitar os mal-entendidos potenciais e melhorar a compreensão mútua.

Essa descrição bastante mecanicista, embora não reflita a complexidade histórica, subjetiva e cognitiva do fenômeno, ainda assim nos lembra que a manifestação do intercultural não se limita a contextos excepcionais ou circunstâncias artificiais, mas constitui, antes, uma constante antropológica, profundamente enraizada na dinâmica relacional do cotidiano. É o que podemos chamar de “intercultural orgânico”; que não precisa ser teorizado ou aprendido para que tome forma e faça sentido.

Evidentemente, essa organicidade / espontaneidade aparente está longe de ser ingênua ou simplista; na medida em que não deixa de mobilizar uma inteligência simbólica capaz de operar rapidamente as associações e as sintonizações cognitivas necessárias para assegurar certa inteligibilidade mútua. É precisamente essa dimensão intuitiva e imediata que torna o intercultural ao mesmo tempo constante e onipresente, lançando implicitamente as bases para uma reflexão disciplinar mais formalizada.

De fato, uma vez integrada às ciências humanas, a noção de comunicação intercultural não parou de evoluir e de se complexificar no cruzamento de um amplo leque de quadros teóricos e campos de pesquisa; tais como a antropologia, a sociologia, a linguística, a psicologia social, as ciências da comunicação, a educação e as relações internacionais. Se, hoje, seu desenho conceitual se aplica a toda situação de encontro ou contato entre culturas diferentes (seja presencial ou a distância / em contexto local ou global), sua edificação teórica remonta ao pós-guerra, e sua evolução disciplinar pode ser reconstituída na ordem que se segue:

- A primeira fase, descritiva (anos 1950-70), é marcada pelos trabalhos dos antropólogos culturais norte-americanos, em particular Edward T. Hall (1984), considerado o "pai fundador" da comunicação intercultural, a quem devemos, dentre outros, os conceitos de distância proxêmica, tempo monocrônico/policrônico e contexto fraco/forte. Ao mesmo tempo, a abordagem funcionalista e sistêmica que se desenvolve nos Estados Unidos busca compreender e aprimorar as interações entre pessoas de culturas distintas, sobretudo nos âmbitos diplomático, militar e comercial. No plano epistemológico, essa etapa permanece dominada por correntes positivistas e funcionalistas, centradas na descrição das diferenças culturais em termos de valores, comportamentos e estilos de comunicação.

- A segunda fase, interpretativa (anos 1980-90), corresponde a um deslocamento de foco: a comunicação intercultural passa a ser compreendida como processo de negociação de sentidos entre indivíduos e grupos. Essa orientação é reforçada pelo surgimento, especialmente na Europa, de abordagens influenciadas pelo pós-estruturalismo, que abrem caminho para perspectivas críticas e hermenêuticas, como a análise do discurso, a sociolinguística crítica, as teorias da Alteridade etc. Nela, a ênfase recai sobre as modalidades de representação do Outro, os equívocos interculturais e as técnicas que favorecem uma interação bem-sucedida (Trager, 1958). Do ponto de vista epistemológico, o campo se enriquece com uma forte componente construtivista, reconhecendo a dimensão interpretativa e situada das práticas de comunicação.

- A terceira fase, crítica (desde os anos 2000), questiona a reificação da cultura e integra algumas das perspectivas pós-coloniais. As pesquisas ligadas a essa corrente enfatizam as relações de poder e a dominação simbólica, sem deixar de considerar os pertencimentos múltiplos, as identidades híbridas e as lógicas transnacionais. Em seu nível epistemológico, essa etapa procura superar o nacionalismo metodológico, adotando quadros analíticos mais abertos como o transnacionalismo ou o policentrismo, que destacam os modos de circulação dos significados e a complexidade das ancoragens identitárias.

Assim, além de se inscrever claramente no último bloco, a abordagem aqui proposta é de ordem especificamente psicossocial, fundada no paradigma da “dupla grade simbólica” elaborado por Schütz (Schütz, 2024)., no afã de significar a tensão subjetiva constitutiva de toda experiência migratória ou de estrangeiridade que opõe, na mente do estrangeiro / sujeito migrante, a grade simbólica interna (o sistema de referências herdado de sua socialização primária) à grade simbólica externa, própria à sociedade de acolhimento. A primeira molda sua percepção do mundo, orienta suas interpretações e guia seus comportamentos; a segunda

estrutura o universo de sentido compartilhado pelos membros do novo grupo.

Nessa zona de interseção entre dois sistemas simbólicos e duas lógicas culturais diferentes, o estrangeiro se vê compelido a abandonar a familiaridade de seu próprio quadro de pensamento sem, no entanto, dominar totalmente o do outro; o que o coloca em uma postura subjetiva e existencial simultaneamente “de dentro” e “de fora”; entre lucidez e vulnerabilidade. Pois, a vocação da dupla grade simbólica é constituir, por um lado, uma interface individual e subjetiva de comunicação e de apreensão do real, e, por outro, em escala coletiva, um dispositivo organizador das percepções, normas e práticas de um dado grupo em um dado momento.

Na “situação típica” (Ibid) do encontro entre o migrante e os membros do grupo de acolhimento, quando as duas grades simbólicas (pessoal / interna e coletiva / externa) entram em interação, se faz necessário que ambas as partes procedam a uma adequação parcial ou “sintonização” de seus respectivos quadros simbólicos de referência, para que as duas subjetividades culturalmente estruturadas possam trocar de modo inteligível e eficaz. Ainda que o processo de sintonização em questão, longe de exigir uma equivalência exata, funcione, antes, por aproximação e associação discursiva e/ou imagética, em que a verossimilhança prevalece sobre a pretensão de verdade. O importante é que faça sentido e que a informação elaborada (por vezes por ricochete) seja formalmente operacional.

Isso porque o “paradigma da dupla grade” pode e deve ser apreendido como “forma cognitiva aberta” (Elhajji, 2021) , uma gramática comunicativa que permite ler ou decodificar as práticas culturais à maneira de uma língua, como fazem os *Cultural Studies* de Birmingham (Hall, 1997) ou a (primeira) semiologia francesa (Barthes, 1957) . Do mesmo modo que, na perspectiva aqui adotada, a noção de cultura deve ser entendida em um acepção ampla: como registro simbólico, semântico e semiótico constitutivo tanto da

realidade social quanto da subjetividade dos indivíduos e do ethos da coletividade – em consonância com o conceito de semiosfera elaborado por Lotman e anteriormente explicitado (Elhajji, 2007).

O que sugere que:

- De um lado, a operacionalidade dessa forma cognitiva aberta não se limitaria às relações “interculturais” ou “interétnicas” stricto sensu, mas abrangeria toda interação entre entidades identitárias portadoras de subjetividade ou de ethos diferenciados.

- E, por outro lado, o descompasso epistemológico entre comunicação intercultural, intracultural ou mesmo interpessoal / intersubjetiva se reduz, na verdade, a uma questão de nível ou grau, e não de natureza; dado que toda subjetividade é, antes de tudo, um registro informativo, simbólico e semiótico.

Observemos, aliás, que esses diferentes níveis ou graus de abertura não são estratificados separadamente ou de forma isolada, mas estão, na realidade, enredados, fundidos uns nos outros; à imagem de nossas identidades polifônicas ou polifonias identitárias. A título de ilustração, se tomarmos o caso empírico do encontro entre uma pessoa estrangeira / imigrante e uma pessoa local / nativa (seja em situação de turismo, de imigração ou de conquista militar), as duas partes em contato são, por certo, portadoras de cultura, mas também de subjetividade e de inúmeros registros identitários naturalmente interseccionais, como sexo, gênero, etnia, classe social, faixa etária etc.

A mesma premissa nos autoriza, aliás, a afirmar que toda configuração cultural ou identitária (seja ela individual ou comunitária) é necessariamente modelada pelas estruturas comunicativas que a contêm, na mesma medida em que essas estruturas comunicativas são, por sua vez, de ordem cultural, no sentido que são a emanção dos códigos e registros simbólicos em circulação; que, em suma, como afirma E. T. Hall (1984), a cultura é comunicativa do mesmo modo que a comunicação é cultural.

Assim, o aspecto formal (da ordem da forma) de nossa equação lhe confere grande operacionalidade semiótica, forte adaptabilidade à topografia social de seus agentes e atores, e importante capacidade de agenciamento à ecologia tecnológica que caracteriza nossa época em geral e o contexto migratório transnacional em particular (Elhajji, 2021). Ao conjugar formas possíveis e conteúdos potenciais, a comunicação intercultural se revela ser uma constante que pontua o devir social e subjetivo de nossa atualidade.

Sua forma cognitiva aberta lhe permite acolher, absorver e otimizar uma multiplicidade de conteúdos humanos e sociais — sejam eles de ordem psicológica, linguística, estética ou outra. O que contribui para ampliar o leque de seus campos de significância e facilitar o trânsito entre os diferentes registros simbólicos constitutivos do real; e nos leva a conceber o intercultural não apenas como objeto de estudo, mas também como modelo de inspiração metodológica de análise transdisciplinar de uma grande variedade de situações, problemas e fenômenos sociais e culturais — dentre os quais, em primeiro lugar, o contexto migratório transnacional.

Das migrações transnacionais

Seria necessário justificar a excepcional convergência de sentido entre migrações transnacionais e comunicação intercultural?

Em termos quantitativos, a importância do fenômeno migratório transnacional é relativa e/ou paradoxal: ao mesmo tempo em que se trata de um contingente de mais de 300 milhões de indivíduos (o equivalente às populações do Brasil e do México somadas), esse número representa apenas 3,7% do conjunto da Humanidade (OIM, 2025). E, para termos uma ordem de grandeza histórica, lembremos que a população migrante no mundo já chegou, na onda das grandes migrações do início do século XX, a representar 8,5% dos habitantes do planeta! (Dehesa, 2008).

Vale notar, todavia, que o impacto material e simbólico da mobilidade humana na atualidade é, sob mais de um aspecto, significativo. A proporção do contingente emigrado de certos países (como Romênia, Moldávia, Líbano ou Bósnia e Herzegovina), por exemplo, pode ultrapassar um quarto da população total (OIM, *Ibid*). Ao passo que a presença de imigrantes, em outros, pode, por sua vez, ultrapassar um quarto dos habitantes do país; como é o caso da Áustria, da Nova Zelândia, da Austrália ou da Suíça (*Ibid*).

Por outro lado, em grande número de países emissores de migrantes, esse impacto assume uma dimensão material vital, dada a importância da contribuição dos emigrados para a economia nacional — principalmente por meio das remessas, que podem representar mais de 20% do PIB; como ocorre no Haiti (onde a diáspora é, com razão, apelidada de “25ª província”), na Jamaica, na Nicarágua ou no Nepal (DataBankWorld, 2023). O verdadeiro impacto, contudo, é sobretudo de ordem simbólica e imaginária, consequência direta das representações sociais locais acerca do emigrado e da imagem de prosperidade e bem-estar material que ele projeta em suas breves passagens pelo país de origem — a tal ponto que, no creole haitiano, por exemplo, o termo “diáspora” pode significar literalmente “riqueza material”. Sem esquecer, obviamente, o efeito das mídias transnacionais e das imagens em circulação, que contribuem fortemente para a produção de um imaginário planetário em que o exotismo, a injunção ao consumo desenfreado e o desejo de conhecer o mundo formam terreno fértil para a instalação de um habitus migratório global e em contínua expansão.

Entre real e realidade, entre diversidade e adversidade, o intercultural encontra sempre um modo de se imiscuir nos interstícios do tempo e do espaço que compõem e articulam tanto nosso “estar-juntos” quanto nosso “estar-no-mundo”. Pois, longe de se limitar à sua dimensão territorial, as migrações transnacionais constituem, hoje, um fator existencial maior de reconfiguração das modalidades de produção de subjetividade, de apreensão da

alteridade e de significação do real; sobretudo quando se considera que o cenário global atual é particularmente marcado pela centralidade dos dispositivos de mobilidade, pela preponderância dos meios de comunicação e das mídias eletrônicas, pela intensificação dos deslocamentos humanos e pela aceleração das trocas materiais e simbólicas entre as diferentes partes do globo.

Razão pela qual a teoria dos Fluxos (Appadurai, 2005) sustenta que a noção de mobilidade, em sentido amplo, é mais eficiente para a apreensão e compreensão da sociedade contemporânea do que suas estruturas, instituições e organizações fixas. É, com efeito, a mobilidade, enquanto arquétipo / protótipo tecnológico, desejo / ideal subjetivo e forma / estrutura organizacional, que ritma e pontua a marcha da espécie no presente e em direção ao futuro. Segundo essa abordagem, o sujeito social encontra-se, hoje, confrontado a dois tipos de fluxos: os fluxos humanos representados pelas migrações transnacionais e os fluxos simbólicos encarnados pelas mídias igualmente transnacionais. Por vezes, inclusive, em interseção: imerso no fluxo migratório, atravessado pelos fluxos simbólicos e em busca dos fluxos materiais.

Ora, num caso como no outro, o sujeito contemporâneo é, de todo modo, transportado material e/ou simbolicamente, desterritorializado e atravessado por uma multiplicidade de discursos e imagens vindos de diferentes horizontes sociais e culturais, carregados dos mais diversos registros simbólicos, semióticos e ideológicos. O que não apenas recoloca a questão do intercultural, conjugada ao fenômeno migratório e às tecnologias da informação e da comunicação (TICs), no centro de gravidade da sociedade global contemporânea, mas significa sobretudo que o intercultural constitui a carne e a substância do fato migratório transnacional — em seus diversos níveis.

De fato, não há como não reconhecer que as migrações transnacionais representam a “situação típica”, por excelência, que Schütz (2024) evoca em seu esforço de conceituação do encontro

entre o migrante / estrangeiro e a sociedade de acolhimento, quando as duas grades simbólicas (pessoal / interna e coletiva / externa) entram em interação e as duas partes se esforçam a sintonizar seus respectivos quadros simbólicos de referência para ajustá-los e tornar suas trocas inteligíveis. O contexto migratório transnacional se revela, então, ao mesmo tempos, um catalisador e um amplificador da máquina intercultural; ajudando a aprimorar suas engrenagens e mecanismos internos e a maximizar o alcance de seus efeitos materiais e simbólicos externos.

Assim, em toda disposição subjetiva por parte do migrante (seja de ordem social, profissional ou outra), há sempre, por meio da função enunciativa expressiva-emotiva já exposta (Jakobson, 1963), uma estratégia (espontânea ou refletida) de negociação identitária, de pertencimento ou de reconhecimento. Quando se trata da escolha profissional, por exemplo, não há dúvida de que, para além dos imperativos materiais (e na medida do possível, evidentemente), o “negócio étnico” (culinário, artesanal, estilístico ou outro) é também uma “negociação identitária” — uma estratégia dissimulada ou declarada de afirmar afinidades e laços simbólicos com a sociedade de acolhimento (uma maneira de dizer: olhem como somos próximos!) ou de demonstrar o aporte positivo de sua presença em seu novo país (olhem como somos especiais, criativos, disciplinados, produtivos, etc.).

Pois, no contexto migratório transnacional, o migrante é levado a produzir e organizar amplos panos de sua subjetividade em consonância com os quadros de comunicação vigentes e com os discursos sociais em circulação; no afã de, ao mesmo tempo, assimilar os códigos implícitos da nova ecologia cultural que o envolve e propor a seus interlocutores traduções inteligíveis, verossímeis ou funcionais de suas próprias grades simbólicas. Uma tradução (ou transdução?) que mobiliza uma autorreflexividade criativa e frequentemente desemboca na formação “ad hoc” de

dialetos interculturais, ricos em empréstimos, alternâncias de códigos e outras bricolagens semânticas.

É justamente essa relação com o discurso, com a língua e também com o conjunto de linguagens inerentes ao nosso “estar-juntos” (a linguagem corporal, a vestimenta, o gestual, a proxemia, etc.) que sustenta o trabalho de reconfiguração da identidade narrativa do migrante, estimula o processo de suas múltiplas hibridações em devir e lhe permite transitar entre as diferentes esferas constitutivas de seu novo “estar-no-mundo”. Um “dentro-fora”, um “*in-betweenness*” (Hall, 1997) que, como a imagem linguística bem o restitui, significa, ao mesmo tempo, um tateamento contínuo, devido ao não domínio total da gramática social compartilhada, e certa capacidade cética de não se submeter passivamente à ordem estabelecida pelos “ídolos da tribo” (Kristeva, 1985).

Os deslocamentos espaciais, sociais, culturais e subjetivos do migrante o obrigam a aderir corporal e mentalmente a uma multiplicidade de lugares e territórios, a imergir sensível e inteligivelmente em suas realidades, a traduzi-las e a deixar-se traduzir em sua gramática própria. Entre percursos espaciais e trajetórias sociais, o sujeito migrante é levado a ressignificar as referências simbólicas e materiais do território que o interpela, no afã de poder projetar narrativamente as espacialidades que o contêm e reatar mnemonicamente as territorialidades que o atravessam (Elhajji & Escudero, 2019).

. A cada etapa do trajeto e/ou da trajetória, o sujeito redefine suas referências culturais, forjando uma identidade híbrida capaz de aticar suas capacidades de adaptação e criatividade; fazendo da identidade um projeto incessantemente reescrito e ressignificado pela experiência migratória.

Sem esquecer que a conectividade digital generalizada vem amplificando, senão complexificando, essas mesmas dinâmicas. As TICs, como já aprofundamos em estudos anteriores (Ibid),

contribuem para a substituição da “dupla ausência” denunciada por Sayad (Sayad, 1999) pela “dupla presença” enunciada, notadamente, por Glick-Schiller (Glick-Schiller, Basch & Blanc-Szanton, 1992); insistindo ainda mais na dimensão substancialmente intercultural da mobilidade humana em nossa época. Práticas de tradução cultural, redes diaspóricas, trocas digitais e comunicação comunitária tornam-se dispositivos de negociação em que as fronteiras simbólicas são incessantemente reconfiguradas.

Uma dupla (ou múltipla) inscrição que nos lembra que a identidade deve sempre ser percebida como processo dinâmico: em situação de mobilidade, valores, práticas e pertencimentos se negociam ainda mais do que nos tradicionais contextos sedentários. Uma dupla cena que faz do sujeito migrante um mediador intercultural capaz de circular entre diferentes códigos (um “*code-switching*” contextual) e diferentes regimes de significação heterogêneos; redefinindo, assim, tanto a experiência individual da mobilidade quanto as representações coletivas da diversidade. Nesses espaços sociais transnacionais, o sujeito migrante experimenta simultaneamente o reconhecimento e o distanciamento, cultivando um sentimento de pertencimento plural que foge da lógica binária do nacionalismo metodológico.

Por fim, além do fato evidente de que toda interação / interlocução por parte dos membros da sociedade de acolhimento com os recém-chegados contém, em si, uma negociação dos direitos e deveres de cada um, é essa mesma comunicação, naturalmente intercultural, que também servirá de base no esforço social, comunitário ou institucional de integrar o migrante / estrangeiro no seio da sociedade, e de lhe atribuir o lugar e o papel que dele se espera. Desde as tratativas afetivas mais íntimas até as políticas públicas e a ordem societal daí emanada, passando pelos arranjos de natureza profissional ou comercial, a comunicação intercultural se impõe sempre como interface simbólica indispensável à

conformação das relações humanas, sociais, políticas ou subjetivas no quadro migratório transnacional.

Uma relação complexa

O percurso reflexivo aqui desenvolvido nos permitiu superar os aspectos instrumentais e funcionalistas dos termos da equação que nos propusemos a examinar. À luz desse esclarecimento, a noção de comunicação não se limita às ações mecanicistas de emissão, transmissão e recepção, mas abrange os processos de enunciação de si, de vinculação com a alteridade, de afetação e de contágio intersubjetivo. A cultura e a noção de identidade cultural se emancipam do lastro da imanência substantiva para assumir seu devir evolutivo de prática histórica. A comunicação intercultural, por sua vez, transborda sua assinação funcionalista pontual para abraçar todo o seu potencial de forma cognitiva aberta; sublinhando, em especial, a reciprocidade atributiva de seus componentes conceituais — o substrato cultural da comunicação e a vocação comunicacional da cultura. Já o contexto migratório transnacional revela-se, antes de tudo, um espaço social articulado em torno de um conjunto de campos de ação materiais e simbólicos de ordem necessariamente intercultural.

Assim, toda exploração das possibilidades de uso da comunicação intercultural como estrato analítico e/ou tensor metodológico para a apreensão da realidade migratória transnacional e dos quadros sociais, subjetivos, institucionais e epistemológicos dela decorrentes deve levar em conta as teses resultantes desse percurso reflexivo: questionando as concepções binárias, as abordagens funcionalistas, as definições essencializantes que, muitas vezes, acompanham as *démarches* positivistas herdadas das origens de formação desse campo de conhecimento e ação; mas também superando as abordagens estreitas, exclusivistas, binárias e deterministas do nacionalismo metodológico; e inscrevendo-se na linhagem epistemológica do corpo teórico da Complexidade.

Em termos genéricos, a comunicação intercultural pode ajudar a compreender melhor as dinâmicas de negociação e acomodação identitária vividas pelos migrantes em contexto intercultural; identificar os mecanismos que facilitam ou dificultam as relações entre migrantes e sociedade de acolhimento e, assim, poder edificar estratégias de comunicação e educação eficazes para a promoção da coesão social por meio do diálogo intercultural e da compreensão mútua; e estimular uma visão inclusiva, aberta e dinâmica da interculturalidade, desconstruindo as concepções essencialistas das culturas e expondo a incoerência ou a parcialidade dos preconceitos e estereótipos ligados às representações da alteridade e da diferença (Camilleri, 1990).

No plano prático, pode-se apontar, entre as aplicações mais difundidas e consolidadas da comunicação intercultural no contexto migratório transnacional atual: a implementação de políticas locais, regionais ou nacionais de integração profissional de migrantes, facilitando o acesso ao mercado de trabalho por meio de redes sociais comunitárias, da mediação intercultural, da sensibilização para os benefícios da diversidade no ambiente de trabalho e da formação em “competências interculturais” necessárias a uma adaptação bem-sucedida; o acompanhamento social / comunitário e educativo, por meio de iniciativas destinadas a incentivar a participação ativa dos migrantes na vida local, social, comunitária ou associativa; e a transmissão, através de redes comunitárias (online ou por meio da organização de encontros e atividades culturais), das práticas e valores culturais de origem no seio de famílias transnacionais e/ou interculturais (Cohen-Émerique, 2015).

De modo geral, as formulações teóricas e as aplicações empíricas da comunicação intercultural visam facilitar o encontro entre indivíduos e grupos portadores de quadros de referência culturais distintos, favorecendo a inserção dos recém-chegados e a preparação da sociedade de acolhimento para esse tipo de encontro. Isso significa que há também todo um trabalho de formação a ser

feito; por um lado, no interior da universidade (incubadora privilegiada dos quadros conceituais da comunicação intercultural enquanto campo de conhecimento e ação); e, por outro, nas esferas associativas e institucionais onde as iniciativas comunitárias e as políticas públicas são experimentadas (Martuccelli, 2006).

Daí a necessidade de conceber meios estratégicos e logísticos de articulação entre as finalidades teóricas (a longo prazo) da academia e os objetivos práticos (e imediatos) do mundo associativo e institucional; no afã de melhor aproveitar essa práxis sociocultural, fruto da sinergia teórico-empírica que, além de seu papel social e político, comprova que a comunicação intercultural constitui, doravante, um domínio central dos estudos migratórios contemporâneos. O problema que se coloca, no entanto, é que a comunicação intercultural, tal como é concebida e praticada hoje, parece ainda fortemente marcada por sua herança funcionalista e por seus pressupostos de causalidade linear, em claro descompasso com a realidade complexa do fenômeno migratório, cuja configuração depende de fatores e variáveis de tal heterogeneidade, diversidade e instabilidade que qualquer tentativa de sistematização só pode se revelar insuficiente, quando não inoperante.

A crítica dessa genealogia funcionalista não é nem nova nem inédita. Citemos, a título de exemplo, as análises de Holliday (2011), que denuncia a marca de um certo “positivismo organizacional”, reformulado em um “neo-essencialismo” que converte a alteridade em exotismo consumível e reduz as relações entre sujeitos sociais de culturas distintas a um processo mecanicista de transferência de informações e dados previsíveis — como se a própria ideia de cultura se limitasse a um registro de variáveis fixas, transmitidas de forma linear por procedimentos comunicacionais exclusivamente técnicos a um sujeito estático e unidimensional. McSweeney (McSweeney, 2002) , por sua vez, alerta para o fato de que tal quadro ignora a historicidade do fenômeno e subestima a importância das relações de poder e das variações intraculturais que sempre existiram no seio

de todas as comunidades humanas. Críticas que convergem para mostrar que o funcionalismo, ao privilegiar a causalidade linear e as análises descritivas, revela-se inadequado para a apreensão dos aspectos complexos e imprevisíveis dos percursos migratórios e da condição diaspórica.

Dervin (2015) , por sua vez, leva o questionamento ainda mais longe ao demonstrar que a noção-chave de “competências interculturais” é, na verdade, apenas uma reciclagem da lógica gerencial que propõe um repertório universal de aptidões mensuráveis e quantificáveis, engessa as identidades humanas, fundamentalmente diversas, em perfis culturais que mais se assemelham a retratos-falados, e cria uma nova hierarquia “meritocrática” entre “competentes” e “deficientes” / “capazes” e “ínaptos”; pois, como ele explica, a padronização “fordista” do intercultural acaba, paradoxalmente, por reforçar os estereótipos que a comunicação intercultural pretendia combater. Assim, é preciso reconhecer que a comunicação intercultural não pode ser pensada como um manual de procedimentos nem como um capital de competências estocáveis, mas como uma prática relacional, situada e evolutiva, capaz de reintegrar a dimensão (inter) subjetiva e plural da realidade migratória e evitar, assim, que a “sistematização” do intercultural reproduza a compartimentalização que ambicionava, justamente, abolir.

É justamente nesse mesmo espírito que já explicitamos nossas reservas em relação às teorias neoclássicas e ao seu apêndice método-nacionalista quando se trata do contexto geral das migrações transnacionais; insistindo, por exemplo, na oportunidade, senão urgência, de introduzir, na equação migratória, as dimensões subjetivas e simbólicas e de conjugá-las aos princípios da teoria da Complexidade (Elhajji, 2023). Pois, como tivemos ocasião de demonstrar, não é razoável pretender reduzir um fenômeno tão antigo quanto a história da própria humanidade e tão complexo e

imprevisível quanto nossa marcha evolutiva à lógica sistêmica linear do *push-pull*.

Quer se trate dos percursos migratórios, dos modos de organização diaspóricos, das dinâmicas de negociação / reformulação identitária ou das manifestações culturais (sejam de ordem artística, religiosa, linguística ou outra), o andaime epistêmico funcionalista não consegue explicar (ou, mais ainda, prever) tudo aquilo que escapa à lógica causal. Ao passo que as abordagens teóricas e metodológicas baseadas ou inspiradas na teoria da Complexidade, ao reintegrar as possibilidades subjetivas de dúvida, incerteza, experimentação, bricolagem e improvisação, fornecem uma perspectiva filosófica e uma linguagem conceitual aptas a superar a estreiteza analítica decorrente dos estudos migratórios clássicos.

Diversas pesquisas sobre as migrações transnacionais em nossa época já puderam demonstrar a pertinência desse tipo de abordagem, notadamente ao adotar um quadro estratificado do social e ao combinar uma análise institucional, um enfoque transnacional emancipado do peso redutor do nacionalismo metodológico e uma temporalidade adequada, a fim de avaliar o verdadeiro impacto das mobilidades humanas. É o que ocorre, por exemplo, nos trabalhos de Portes (2008), quando evidencia, de maneira bastante contraintuitiva, que, ao contrário do que preconizam as teorias neoclássicas e o princípio do *push-pull*, o enriquecimento das economias emergentes não enfraquece os fluxos migratórios, mas transforma sua origem social. Ou, ainda, quando afirma que a maior parte dos fluxos migratórios modifica apenas a superfície das sociedades de acolhimento, ao mesmo tempo em que pode abalar em profundidade as sociedades de origem.

Com efeito, quando pensado como um sistema aberto (Bertalanffy, 1973) de atores, territorialidades, temporalidades e sociabilidades heterogêneas (migrantes, famílias, redes, ONGs,

Estados, TICs, etc.), o fato migratório transnacional desvela sua realidade não linear e demonstra que a migração não é uma soma de decisões atomizadas, mas uma ecologia relacional marcada pela pluralidade, pela hibridez e por uma contínua interação / retroação entre agentes e estruturas (Wolfel, 2002). Do mesmo modo, quando concebido como uma forma cognitiva aberta, o intercultural abraça naturalmente a lógica da complexidade; deixando transparecer a amplitude das possibilidades de arranjos / agenciamentos simbólicos, subjetivos, sociais e políticos que decorrem do contexto migratório e suas repercussões sobre os trajetos (geográficos) e trajetórias (sociais) do migrante e de sua comunidade.

A adoção das bases conceituais do intercultural e dos quadros teóricos da comunicação intercultural como tensor metodológico exige, justamente, não ceder à tentação essencializante das noções de cultura, identidade cultural ou cultura nacional no singular; não cair na armadilha da “centralidade perversa da cultura” (Hall, 1997); e não sacralizar fórmulas tutorais frequentemente impregnadas de sistematismo binário. Apropriar-se proativamente da vocação complexa da interculturalidade não se reduz apenas a admitir e destacar sua dimensão plural, multifacetada, evolutiva, contextual e histórica, mas a explorar seu potencial cognitivo de forma aberta, a fim de melhor apreender a mutabilidade contínua de suas configurações semióticas e de suas projeções semânticas.

Em vez de considerar a noção de grades simbólicas sugerida por Schutz (2024) como estruturas definitivas, de sentido único e predefinido, seria mais oportuno concebê-las como tramas fluidas, pregnantas de significância social e aptas a atualizar seu modo operativo em função do quadro histórico que as contém. Seria necessário para este fim, todavia, que o pesquisador, além de evitar projetar seus esquemas mentais (fruto tanto de seu próprio *background* simbólico quanto dos *frames* teóricos adquiridos no universo acadêmico) sobre a realidade observada, contextualizasse

os fatos observados / examinados e tentasse compreendê-los em sua dinamicidade.

De fato, não se trata de restituir, por decalque, um sentido já impresso na declaração do informante ou na expressão social e cultural do grupo, mas de apreender a narrativa potencial que a palavra ou o gesto anunciam ou prenunciam. No lugar de interpretações formais, descritivas e estáticas, seria mais adequado indagar o que o discurso ou a manifestação querem significar e que narrativa de si o sujeito ou a comunidade desejam transmitir naquele exato momento e em circunstâncias específicas. A questão subjacente à observação não deve contentar-se em saber “o que isso significa nos termos da cultura de origem do sujeito ou do grupo observados?”, mas, antes, “o que eles querem dizer pela palavra ou pelo ato performado?”, “que faceta de sua identidade desejam pôr em destaque?” ou, ainda, “que reivindicações sociais e/ou políticas se escondem por trás de suas narrativas aparentemente de ordem exclusivamente identitária ou cultural?”.

Evidentemente, esse “querer dizer” não constitui necessariamente um ato intencional ou premeditado, mas diria respeito, antes, a uma “pregnância discursiva” que corresponde a uma configuração particular da semiosfera ambiente. A retroalimentação contínua entre práticas discursivas e práticas sociais (Fairclough, 2001), historicamente situadas, faz com que certas modulações semióticas surjam e se imponham como narrativas reivindicatórias ou explicativas evidentes.

Em todo caso, o uso metodológico da comunicação intercultural (no contexto migratório transnacional, mas não apenas) não deve se limitar a relatar ou traduzir um conteúdo formal numa perspectiva positivista, e sim buscar decodificar os aspectos semióticos do ato enunciativo e subjetivo em si; à maneira de uma análise crítica do discurso “aumentada” ou enriquecida pelos aportes psicológicos de uma “escuta sensível”: superar a narração protocolar dos fatos sociais e culturais e procurar revelar a dimensão oculta do

ideológico, frequentemente categorizado como “ruído” para poder ser ignorado, e/ou do subjetivo que, não raro, se imiscui nas brechas e se abriga no não dito.

Referências

Appadurai, A. (2005). *Après le colonialisme: les conséquences culturelles de la globalisation*. Paris, Francia: Payot.

Ardener, E. (1975). The Problem revisited. En, Ardener, Shirley (Ed): *Perceiving Women*. Oxford, Estados Unidos: Berghahn Books, 1975.

Bakhtine, M. (1998). *Problèmes de la poétique de Dostoïevski*. Lausanne: Lausanne: Francia: Éd. L'age D'homme, DL, Cop.

Barthes, R. (1972). *Mythologies*. Mythologies. Paris, Francia: Seuil, 1957.

Bateson, G. (1995). *Vers une écologie d'esprit*. Paris, Francia: Seuil.

Bertalanffy, K. L. (1975). *Théorie générale des systèmes: physique, biologie, psychologie, sociologie, philosophie*. Paris, Francia: Dunod.

Boas, F. (1940). *Race, language, and culture*. Chicago, Estados Unidos: University Of Chicago Press.

Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire*. Paris, Francia: Fayard.

Bragança de Miranda, J.A. (2000). A cultura como problema. *Revista de Comunicação e Linguagem*, 28, pp. 13-42.

Camilleri, C. (1990). *Stratégies identitaires*. Paris, Francia: Presses Universitaires de France - PUF.

Coelho, T. (2008). *A cultura e seu contrário*. São Paulo, Brasil: Itaú Cultural.

Cohen-Emerique, M. (2015). *Pour une approche interculturelle en travail social: théories et pratiques*. Rennes, Francia: Presses De L'école Des Hautes Études En Santé Publique.

World Bank (n.d.). *World Development Indicators* | <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators/Series/BX.TRF.PWKR.DT.GD.ZS>.

Dehesa, G. (2008). *Comprender la inmigración*. Madrid, España: Alianza.

Deleuze, G & Guattari, F. (1980); *Mille Plateaux: Capitalisme et schizophrénie*. Paris, Francia: Minuit.

Dervin, F. (2015). *Mors et resurrectio: Towards "realism" in the (r)evolution of Intercultural Competence (IC)?* Keynote address présenté au colloque international "Intercultural Competence in Communication and Education", Universiti Putra Malaysia, Seri Kembangan, 8-9 avril 2015. Retrieved from <https://blogs.helsinki.fi/dervin/files/2015/04/Dervin-IC.pdf>.

Eagleton, T. (2005). *A idéia de cultura*. São Paulo, Brasil: Unesp.

Elhajji, M; Escudero, C. Webdiaspora, migration transnationales et mémoire collective: entre récits et repères. En Zouari, K. (2019). *Migrations contemporaines, territorialité, information et communication*. Paris, Francia: Michel Houdiard Éditeur, 2019, p. 13-29.

Elhajji, M. (2013). Le culte à la culture : évolution, révolution et régression. In : DERVIN, F. (Org.) *Le concept de culture : comprendre*

et maîtriser ses détournements et manipulations. Paris, Francia: L'Harmattan.

Elhajji, M. (2023). *O intercultural migrante: Teorias & Análises.* Porto Alegre, Brasil : Fi, 2023.

Elhajji, M. (2007). As Esferas da Interculturalidade. En MACHADO (Org.) *Semiótica da cultura e semiosfera.* São Paulo, Brasil: Annablume.

Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social.* Brasília, Brasil: Editora Universidade De Brasília.

Foucault, M. (1966). *Les Mots Et Les Choses : Une Archéologie Des Sciences Humaines.* Paris, Francia: Gallimard.

Geertz, C. (1973). *The Interpretation of Cultures: Selected Essays.* New York, Estados Unidos: Basic Books.

Giddens, A. (1994). *Les conséquences de la modernité.* Paris, Francia: Editions L'harmattan.

Glick, N; Basch, L & Szanton Blanc, C. (1992). *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered.* New York, Estados Unidos: New York Academy of Sciences.

Goffman, E. (1959). *The Presentation of Self in Everyday Life.* New York: Anchor Books.

Gudykunst, W.B & Young Y.K. (1996). *Communicating with strangers : an approach to intercultural communication.* Boston, Estados Unidos: McGraw-Hill.

Habermas, J. (1987). *Théorie de l'agir communicationnel*. Paris, Francia: Fayard.

Hall, E. T; Mesrie, J & Niceall B. (1984). *Le Langage silencieux*. Paris, Francia: Points.

Hall, S. (1997). *Representation: cultural representations and signifying practices*. Londres, Inglaterra: The Open-University, 1997.
Hall, S. The centrality of culture: notes on the cultural revolutions of our time. En Thompson, Kenneth. (1997). *Media and cultural regulation*. London; Thousand Oaks, Estados Unidos: Sage Publications; Milton Keynes.

Heidegger, M. (1986). *Être et Temps*. Paris, Francia: Gallimard.

Holliday, A. (2011). *Intercultural communication and ideology*. Londres, Inglaterra: SAGE Publications.

IOM's Achievements & Insights (2025). *Rapport annuel 2024*. Genova IOM' <https://www.iom.int/msite/annual-report-2024>.

Jakobson, R. (1963). *Essais de linguistique generale II : rapports internes et externes du langage*. Paris, Francia: Editions De Minuit.

Kristeva, J. (1985). *Etrangers à nous-mêmes*. Fayard.

LotmanI, Y.M. (1999). *La sémiosphère*. Limoge, Francia: PUL.

Luhmann, N. (1995). *Social systems*. Stanford, Estados Unidos: Stanford Univ. Press.

Maffesoli, M. (1997). *Du nomadisme : vagabondages initiatiques*. Paris, Francia: Livre de Poche.

Martuccelli, D. Penser l'interculturel *Sociétés contemporaines*, n° 62, p. 21-44. 2006.

Maturana, H & Varela, F. (2005). *De Máquinas y Seres Vivos: Autopoiesis: la Organización de lo Vivo*. Buenos Aires, Argentina: Lumen Editorial. Merleau-Ponty, M. (1945).

Mcsweeney, B. Hofstede's Model of National Cultural Differences and Their Consequences: A Triumph of Faith – A Failure of Analysis. *Human Relations*, vol. 55, n° 1, p. 89-118. 2002.

Merleau-Ponty, M. (1945). *Phénoménologie de la perception*. Paris, Gallimard. Organisation Internationale pour les Migrations.

Portes, A. (Julio de 2008). Migration and Social Change: Some Conceptual Reflections. En *Conference on Theories of Migration and Social Change*, (Oxford University) <http://www.imi.ox.ac.uk/pdfs/alejandro-portes-migration-and'02social-change-some-conceptual-reflections>.

Ricoeur, P. (1990). *Soi-même comme un autre*. Paris, Francia: Le Seuil. Sayad, A. (1999). *La Double Absence. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*. Paris, Francia Le Seuil.

Schütz, A. (2024). *L'Etranger. Un essai de psychologie sociale*. Paris, France: Allia, 2024.

Trager, G.L. (1958). *Paralanguage. a first approximation*. New York, Estados Unidos: University of Buffalo.

Uexküll, J. (1956). *Mondes animaux et monde humain*. Paris, Francia: Denoël, 1984.

Wallerstein, I. A Cultura como campo de batalha ideológico do sistema mundial moderno. En: Featherstone, Mike, Brunetta, Atílio & Wallerstein, Wallerstein, Immanuel Maurice. (1998). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes.

Wolfel, R. (2002). Migration in the New World Order: Structuration Theory and Its Contribution to Explanations of Migration. *Communication présentée à la conférence NESTVAL*, New Bedford, Estados Unidos.

LETRAMENTO INFORMACIONAL E EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA: práticas pedagógicas no combate à desinformação entre jovens

Igor Arnaldo Soares de Alencar
Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior

Introdução

A consolidação da cultura digital reconfigura profundamente as formas de produção, circulação e apropriação da informação, estabelecendo um ambiente comunicacional marcado pela descentralização das fontes e pela intensificação da participação dos sujeitos nos fluxos informacionais. Nesse contexto, a informação deixa de ser mediada exclusivamente por instituições tradicionais e passa a circular em redes dinâmicas, nas quais indivíduos assumem simultaneamente os papéis de produtores e consumidores de conteúdo. Tal transformação está diretamente associada à constituição de uma sociedade estruturada em redes, na qual os

fluxos informacionais assumem centralidade na organização social e cultural (CASTELLS, 1999).

A ampliação dessas dinâmicas comunicacionais, embora contribua para a democratização do acesso à informação, também introduz novas problemáticas relacionadas à sua qualidade, confiabilidade e interpretação. A velocidade com que os conteúdos são produzidos e disseminados, associada à fragmentação das narrativas, favorece a circulação de informações descontextualizadas ou distorcidas, dificultando a construção de referenciais estáveis de verdade. Esse cenário se insere em uma lógica de fluidez característica da contemporaneidade, na qual estruturas sociais e cognitivas se tornam cada vez mais instáveis, impactando diretamente os processos de formação do conhecimento (BAUMAN, 2001).

Nesse ambiente, a cultura digital se caracteriza pela participação ativa dos sujeitos na criação e compartilhamento de conteúdos, configurando práticas comunicacionais colaborativas que ampliam as possibilidades de interação e engajamento. No entanto, essa mesma lógica participativa também contribui para a circulação ampliada de desinformação, uma vez que os critérios de validação do conteúdo tendem a ser substituídos por dinâmicas de visibilidade e engajamento. A produção coletiva de informação, quando desvinculada de processos críticos de análise, favorece a consolidação de um ecossistema informacional vulnerável à propagação de conteúdos imprecisos ou manipulados (JENKINS, 2009).

A desinformação, nesse sentido, não se apresenta apenas como um problema informacional, mas como um fenômeno social que impacta diretamente a forma como os indivíduos interpretam a realidade e tomam decisões. A exposição contínua a conteúdos não verificados, potencializada por algoritmos que priorizam a relevância baseada em engajamento, contribui para a formação de bolhas informacionais, nas quais visões de mundo são reforçadas sem o

devido confronto crítico. Esse processo evidencia a necessidade de desenvolvimento de competências que permitam aos sujeitos avaliar, interpretar e utilizar a informação de maneira consciente e responsável (SUNSTEIN, 2018).

Diante desse cenário, o letramento informacional emerge como elemento fundamental na formação de indivíduos capazes de atuar criticamente no ambiente digital. Ao envolver habilidades relacionadas à busca, seleção, análise e uso ético da informação, o letramento informacional ultrapassa a dimensão técnica, assumindo caráter formativo e emancipatório. Trata-se de um processo que exige não apenas o acesso à informação, mas a capacidade de interpretá-la criticamente, compreendendo seus contextos de produção e suas implicações sociais (SOARES, 2002).

Nesse contexto, a educação tecnológica assume papel estratégico ao possibilitar a integração entre o uso das tecnologias e o desenvolvimento do pensamento crítico. A incorporação de práticas pedagógicas voltadas à análise da informação e à problematização dos conteúdos digitais permite que os estudantes desenvolvam competências essenciais para enfrentar os desafios impostos pela desinformação. A mediação pedagógica, nesse sentido, torna-se elemento central na construção de uma formação que articule conhecimento técnico e reflexão crítica, contribuindo para a formação de sujeitos mais autônomos e conscientes (MORAN, 2015).

Diante dessas considerações, o presente artigo tem como objetivo analisar de que maneira práticas pedagógicas fundamentadas na educação tecnológica podem contribuir para o desenvolvimento do letramento informacional e, consequentemente, para o enfrentamento da desinformação entre jovens. Para tanto, adota-se uma abordagem de natureza qualitativa, orientada pela análise de práticas educativas e pela articulação com referenciais teóricos que discutem a cultura digital, a educação e os processos de construção do conhecimento.

Desinformação na cultura digital

A intensificação dos fluxos informacionais no ambiente digital tem ampliado não apenas o acesso à informação, mas também a circulação de conteúdos enganosos, imprecisos ou deliberadamente manipulados. Nesse contexto, a desinformação configura-se como um fenômeno multifacetado, que ultrapassa a simples noção de erro ou imprecisão, envolvendo estratégias distintas de produção, circulação e apropriação de conteúdos. A compreensão desse fenômeno exige a distinção entre diferentes categorias de informação problemática, considerando desde conteúdos falsos compartilhados sem intenção de causar dano até ações deliberadas de manipulação informacional. Essa tipologia permite compreender a desinformação como parte de um ecossistema informacional complexo, no qual diferentes agentes atuam com objetivos diversos (WARDLE, 2017).

A consolidação da desinformação está diretamente associada às transformações estruturais nas formas de comunicação contemporâneas, especialmente no que se refere à descentralização da produção de conteúdo. A ampliação do acesso às plataformas digitais possibilitou que indivíduos e grupos passassem a atuar como produtores de informação, reduzindo a centralidade de instituições tradicionalmente responsáveis pela mediação informacional. Embora esse processo represente um avanço no que diz respeito à democratização da comunicação, também contribui para a disseminação de conteúdos que não passam por processos rigorosos de verificação, ampliando a vulnerabilidade do ambiente informacional (DERAKHSHAN; WARDLE, 2017).

Nesse cenário, a noção de verdade passa a ser tensionada por dinâmicas sociais e cognitivas que privilegiam crenças, valores e emoções em detrimento da verificação factual. Esse deslocamento está relacionado ao conceito de pós-verdade, no qual a construção

de sentido ocorre menos a partir de evidências objetivas e mais por meio da identificação subjetiva com determinadas narrativas. A adesão a conteúdos desinformativos, nesse contexto, não depende exclusivamente de sua veracidade, mas de sua capacidade de mobilizar afetos e reforçar visões de mundo previamente estabelecidas, o que contribui para a sua ampla circulação no ambiente digital (DERAKHSHAN; WARDLE, 2017).

A lógica de funcionamento das plataformas digitais desempenha papel central na intensificação desse processo, especialmente por meio dos algoritmos responsáveis pela organização e distribuição dos conteúdos. Esses sistemas operam com base em critérios de relevância orientados pelo engajamento, priorizando conteúdos que geram maior interação entre os usuários. Como consequência, informações sensacionalistas, polarizadas ou emocionalmente apelativas tendem a alcançar maior visibilidade, independentemente de sua veracidade. Esse mecanismo contribui para a amplificação da desinformação e para a formação de ambientes informacionais segmentados (SUNSTEIN, 2018).

A segmentação do ambiente informacional, por sua vez, favorece a constituição de bolhas informacionais, nas quais os indivíduos são expostos predominantemente a conteúdos que confirmam suas crenças e valores. Esse processo reduz o contato com perspectivas divergentes, limitando a capacidade crítica e reforçando visões homogêneas da realidade. A formação dessas bolhas está diretamente relacionada à personalização algorítmica, que organiza os fluxos de informação de acordo com o histórico de comportamento dos usuários, criando um ambiente informacional filtrado e potencialmente enviesado (SUNSTEIN, 2018).

Paralelamente, a cultura digital contemporânea é marcada por uma sobrecarga informacional que impacta diretamente as formas de atenção e processamento cognitivo. A abundância de conteúdos disponíveis, associada à velocidade de sua circulação, dificulta a análise aprofundada das informações, favorecendo

práticas de consumo superficial. Nesse contexto, os indivíduos tendem a recorrer a atalhos cognitivos para lidar com o excesso de informação, o que pode aumentar a vulnerabilidade à desinformação. A saturação informacional, portanto, não implica necessariamente maior acesso ao conhecimento, mas pode resultar em desorientação e dificuldade de discernimento (HAN, 2017).

Além dos aspectos tecnológicos e cognitivos, a desinformação deve ser compreendida como um fenômeno que envolve dimensões sociais, culturais e políticas. A circulação de conteúdos desinformativos frequentemente está associada a disputas simbólicas e interesses específicos, nos quais diferentes atores buscam influenciar a percepção pública e orientar comportamentos. Nesse sentido, a desinformação pode ser utilizada como instrumento de poder, atuando na construção de narrativas que moldam a compreensão da realidade social (DERAKHSHAN, 2020).

Dessa forma, a desinformação na cultura digital configura-se como resultado da articulação entre fatores tecnológicos, cognitivos e socioculturais, que, em conjunto, criam um ambiente propício à circulação de conteúdos problemáticos. A complexidade desse fenômeno evidencia a necessidade de abordagens que ultrapassem soluções técnicas, demandando o desenvolvimento de competências críticas capazes de orientar a relação dos indivíduos com a informação. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender o papel do letramento informacional na formação de sujeitos capazes de atuar de maneira consciente e reflexiva no ambiente digital, aspecto que será aprofundado na seção seguinte.

Letramento informacional

O conceito de letramento informacional emerge no contexto das transformações sociais e tecnológicas que ampliaram significativamente o acesso à informação, tornando insuficiente a mera capacidade de leitura e escrita para a atuação plena na

sociedade contemporânea. Nesse cenário, o letramento passa a ser compreendido como um conjunto de práticas sociais relacionadas ao uso da linguagem em contextos específicos, envolvendo não apenas a decodificação de textos, mas a capacidade de atribuir sentido, interpretar e utilizar a informação de forma significativa. Essa perspectiva amplia a compreensão tradicional de alfabetização, deslocando o foco para a inserção crítica dos sujeitos em práticas sociais mediadas pela linguagem (SOARES, 2002).

A ampliação do conceito de letramento está diretamente relacionada à necessidade de formação de indivíduos capazes de lidar com a complexidade do ambiente informacional contemporâneo. O acesso facilitado a múltiplas fontes de informação exige o desenvolvimento de competências que permitam não apenas localizar conteúdos, mas também avaliá-los criticamente quanto à sua relevância, confiabilidade e intencionalidade. Nesse sentido, o letramento informacional se configura como uma competência essencial, voltada à formação de sujeitos capazes de atuar de maneira reflexiva diante da diversidade de informações disponíveis (BRUCE, 1997).

A compreensão do letramento informacional envolve, portanto, um conjunto articulado de habilidades que incluem a busca, a seleção, a organização e o uso ético da informação. Essas competências não se desenvolvem de forma automática, sendo resultado de processos formativos que consideram as experiências dos sujeitos e os contextos nos quais estão inseridos. A construção desse tipo de letramento demanda a integração entre aspectos cognitivos e sociais, reconhecendo que a relação com a informação é mediada por práticas culturais e institucionais (KUHLTHAU, 1991).

Nesse contexto, o letramento informacional assume papel central na formação de competências críticas, uma vez que possibilita aos indivíduos questionar a origem, a intencionalidade e os efeitos das informações com as quais interagem. A capacidade de analisar criticamente conteúdos informacionais torna-se

fundamental em um ambiente marcado pela circulação de desinformação, no qual a distinção entre fatos e interpretações nem sempre é evidente. O desenvolvimento dessa competência contribui para a formação de sujeitos mais autônomos, capazes de tomar decisões fundamentadas e de participar de forma mais consciente da vida social (BRUCE, 1997).

A dimensão crítica do letramento informacional pode ser compreendida a partir de sua relação com a leitura de mundo, conceito que ultrapassa a leitura textual e envolve a interpretação das relações sociais, culturais e políticas que estruturam a realidade. A leitura de mundo implica a capacidade de compreender os contextos de produção da informação, reconhecendo os interesses, valores e ideologias que permeiam os discursos. Nesse sentido, o letramento informacional não se limita ao domínio técnico da informação, mas envolve a formação de uma consciência crítica que possibilita a problematização da realidade (FREIRE, 1989).

A articulação entre letramento informacional e leitura crítica evidencia o caráter formativo e emancipatório desse conceito, ao possibilitar que os sujeitos se posicionem de maneira mais consciente diante das informações que consomem e produzem. A autonomia informacional, nesse contexto, não se refere apenas à capacidade de acessar conteúdos, mas à habilidade de interpretá-los, avaliá-los e utilizá-los de forma ética e responsável. Esse processo contribui para a construção de uma participação mais qualificada no ambiente digital, reduzindo a vulnerabilidade à desinformação (SOARES, 2002).

Além disso, o desenvolvimento do letramento informacional exige a consideração das dimensões afetivas e cognitivas envolvidas na relação dos sujeitos com a informação. O processo de busca e uso da informação é permeado por incertezas, dúvidas e estratégias de resolução de problemas, o que evidencia a necessidade de abordagens pedagógicas que considerem essas dimensões. A construção do conhecimento, nesse sentido, envolve não apenas

habilidades técnicas, mas também a capacidade de lidar com a complexidade do processo informacional (KUHLETHAU, 1991).

Dessa forma, o letramento informacional se configura como elemento central na formação de indivíduos capazes de atuar de maneira crítica e autônoma no contexto da cultura digital. Ao integrar competências técnicas, cognitivas e sociais, esse conceito contribui para a construção de uma relação mais consciente com a informação, fundamental para o enfrentamento dos desafios impostos pela desinformação. A partir dessa compreensão, torna-se possível avançar na análise do papel da educação tecnológica na promoção dessas competências, aspecto que será desenvolvido na seção seguinte.

Educação tecnológica e mediação pedagógica

As transformações promovidas pela cultura digital impõem à educação o desafio de superar modelos tradicionais de ensino centrados na transmissão de conteúdos, exigindo a incorporação de práticas pedagógicas mais dinâmicas, interativas e contextualizadas. A centralidade do professor como único detentor do conhecimento torna-se insuficiente diante de um cenário em que a informação está amplamente disponível, demandando uma reconfiguração do processo educativo. Nesse sentido, a educação passa a ser compreendida como um espaço de mediação, no qual o conhecimento é construído de forma colaborativa e situada, em diálogo com as experiências dos estudantes e com os contextos sociotécnicos nos quais estão inseridos (MORAN, 2015).

A incorporação das tecnologias no contexto educacional não deve ser reduzida a uma dimensão instrumental, limitada ao uso de ferramentas digitais como suporte às práticas tradicionais. Ao contrário, a educação tecnológica implica a integração crítica das tecnologias aos processos de ensino e aprendizagem, promovendo mudanças na forma como o conhecimento é produzido, compartilhado e apropriado. Essa perspectiva exige a construção de

ambientes de aprendizagem que favoreçam a participação ativa dos estudantes, estimulando a investigação, a experimentação e a resolução de problemas como elementos centrais do processo educativo (PAPERT, 1980).

A aprendizagem, nesse contexto, é compreendida como um processo socialmente mediado, no qual a interação entre sujeitos desempenha papel fundamental na construção do conhecimento. A mediação pedagógica assume, portanto, uma função central, ao orientar os estudantes na apropriação crítica das informações e no desenvolvimento de competências cognitivas mais complexas. A atuação do professor deixa de se limitar à transmissão de conteúdos e passa a envolver a organização de experiências de aprendizagem que possibilitem a construção significativa do conhecimento, considerando as potencialidades das tecnologias digitais como instrumentos de mediação (VYGOTSKY, 1991).

A utilização das tecnologias digitais no ambiente educacional amplia as possibilidades de aprendizagem ao permitir o acesso a múltiplas fontes de informação, a interação em rede e a produção colaborativa de conhecimento. No entanto, a simples presença dessas tecnologias não garante a qualidade do processo educativo, sendo necessária a mediação pedagógica para orientar o uso crítico e reflexivo dos recursos disponíveis. A ausência dessa mediação pode resultar na reprodução de práticas superficiais, nas quais o acesso à informação não se traduz em aprendizagem significativa (MORAN, 2015).

Nesse sentido, a educação tecnológica deve estar orientada para o desenvolvimento da aprendizagem ativa, na qual os estudantes assumem papel protagonista na construção do conhecimento. A participação ativa implica o envolvimento em atividades que exigem análise, reflexão e tomada de decisão, favorecendo o desenvolvimento de competências que vão além da memorização de conteúdos. A aprendizagem ativa, mediada pelas tecnologias, contribui para a formação de sujeitos mais autônomos,

capazes de lidar com a complexidade do ambiente informacional contemporâneo (PAPERT, 1980).

A complexidade dos processos educativos no contexto digital exige uma abordagem que considere a articulação entre diferentes dimensões do conhecimento, superando a fragmentação disciplinar e promovendo uma visão integrada da realidade. A educação, nesse sentido, deve favorecer o desenvolvimento do pensamento complexo, capaz de articular diferentes perspectivas e compreender os fenômenos em sua multidimensionalidade. Essa abordagem contribui para a formação de indivíduos capazes de analisar criticamente as informações e de compreender os contextos nos quais estão inseridos (MORIN, 2000).

A mediação pedagógica, articulada à educação tecnológica, desempenha papel fundamental na promoção do pensamento crítico, especialmente no que se refere à análise da informação no ambiente digital. A orientação do professor é essencial para que os estudantes desenvolvam a capacidade de questionar, interpretar e avaliar os conteúdos com os quais interagem, superando abordagens superficiais e acríticas. O desenvolvimento dessas competências é fundamental para o enfrentamento da desinformação, uma vez que permite aos sujeitos identificar inconsistências, reconhecer intencionalidades e tomar decisões informadas (VYGOTSKY, 1991).

Dessa forma, a educação tecnológica, quando articulada a práticas pedagógicas mediadoras, configura-se como um elemento estratégico na formação de sujeitos críticos e autônomos. Ao promover a aprendizagem ativa e o desenvolvimento do pensamento complexo, contribui para a construção de competências essenciais para a atuação no ambiente digital. Nesse contexto, a mediação pedagógica assume papel central na formação de indivíduos capazes de lidar de maneira consciente com a informação, estabelecendo as bases para o desenvolvimento do

letramento informacional e para o enfrentamento dos desafios impostos pela desinformação.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza aplicada, na medida em que busca produzir conhecimentos orientados à compreensão e à intervenção em uma problemática concreta, relacionada ao desenvolvimento do letramento informacional no contexto educacional. A investigação parte da necessidade de analisar práticas pedagógicas voltadas ao enfrentamento da desinformação entre jovens, considerando o ambiente digital como espaço central de produção e circulação de informações. A pesquisa aplicada, nesse sentido, articula fundamentos teóricos e práticas educacionais, contribuindo para a proposição de estratégias que possam ser incorporadas ao cotidiano escolar (GIL, 2008).

Quanto aos objetivos, a pesquisa assume caráter exploratório, uma vez que se propõe a aprofundar a compreensão de um fenômeno contemporâneo ainda em consolidação no campo educacional, permitindo maior familiaridade com o problema investigado. A abordagem exploratória possibilita a construção de hipóteses e a identificação de variáveis relevantes, contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre as relações entre educação tecnológica, letramento informacional e desinformação. Esse tipo de investigação é especialmente adequado em contextos nos quais o fenômeno estudado apresenta múltiplas dimensões e demanda análises interpretativas (MARCONI; LAKATOS, 2017).

No que se refere à abordagem, a pesquisa é qualitativa, priorizando a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às práticas educativas e às experiências vivenciadas no contexto da cultura digital. A abordagem qualitativa permite analisar fenômenos complexos em seus contextos naturais, considerando as interações sociais, os processos de construção de sentido e as

dinâmicas que não podem ser reduzidas a variáveis quantitativas. Essa perspectiva possibilita uma análise mais aprofundada das práticas pedagógicas e de seus impactos no desenvolvimento do letramento informacional (CRESWELL, 2014).

Os sujeitos da pesquisa são estudantes do ensino médio inseridos em contexto educacional mediado por tecnologias digitais, considerando sua condição de participantes ativos na cultura digital e sua exposição constante a fluxos informacionais diversos. A escolha desse público justifica-se pela centralidade que os jovens ocupam nas dinâmicas de produção e consumo de informação nas redes digitais, bem como pela relevância de investigar processos formativos que contribuam para o desenvolvimento de competências críticas nesse grupo. A seleção dos participantes foi realizada com base em critérios de acessibilidade e pertinência ao contexto investigado (GIL, 2008).

Como instrumento de coleta de dados, foram utilizadas atividades pedagógicas estruturadas com foco na análise e interpretação de conteúdos informacionais, especialmente relacionados à identificação de desinformação em ambientes digitais. Essas atividades foram elaboradas com o objetivo de estimular a reflexão crítica dos estudantes, permitindo observar suas estratégias de análise, seus critérios de validação da informação e suas dificuldades no processo de avaliação de conteúdos. A utilização de instrumentos pedagógicos como recurso de coleta de dados possibilita integrar o processo investigativo às práticas educativas (MARCONI; LAKATOS, 2017).

O procedimento metodológico consistiu na aplicação das atividades em ambiente de sala de aula, mediadas pelo professor, seguida da observação sistemática das interações dos estudantes e da análise das respostas produzidas. A observação foi conduzida de forma não participante, buscando registrar comportamentos, dificuldades e estratégias utilizadas pelos alunos no processo de análise informacional. Posteriormente, os dados foram organizados

e interpretados à luz dos referenciais teóricos adotados, permitindo estabelecer relações entre as práticas observadas e os conceitos discutidos ao longo do estudo (CRESWELL, 2014).

A análise dos dados seguiu uma perspectiva interpretativa, considerando os significados atribuídos pelos estudantes às atividades propostas e às informações analisadas. Esse processo envolveu a categorização das respostas, a identificação de padrões de comportamento e a interpretação dos resultados em diálogo com a literatura sobre letramento informacional e desinformação. A abordagem qualitativa da análise permitiu compreender não apenas os resultados obtidos, mas também os processos envolvidos na construção do conhecimento pelos sujeitos (GIL, 2008).

Dessa forma, a metodologia adotada possibilita uma análise aprofundada das práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento do letramento informacional, articulando teoria e prática em um contexto educacional real. A combinação entre abordagem qualitativa, instrumentos pedagógicos e análise interpretativa contribui para a compreensão das potencialidades e limitações das estratégias educativas no enfrentamento da desinformação, fornecendo subsídios para a reflexão e o aprimoramento das práticas docentes.

Análise e discussão

A análise das atividades pedagógicas desenvolvidas evidenciou que os estudantes apresentam familiaridade significativa com o uso de plataformas digitais, especialmente no que se refere ao consumo e compartilhamento de conteúdos. No entanto, essa familiaridade não se traduz, de forma automática, em competências críticas relacionadas à avaliação da informação. Observou-se que, diante de conteúdos potencialmente desinformativos, muitos estudantes demonstraram dificuldade em identificar inconsistências, baseando seus julgamentos em elementos superficiais, como aparência visual, número de compartilhamentos ou alinhamento

com crenças prévias. Esse comportamento indica que a inserção ativa na cultura digital não garante, por si só, a construção de critérios consistentes de validação informacional (JENKINS, 2009).

A interpretação desses dados permite compreender que a cultura participativa, embora amplie as possibilidades de engajamento e produção de conteúdo, também contribui para a naturalização de práticas informacionais pouco criteriosas. A facilidade de publicação e disseminação de informações favorece a circulação de conteúdos sem verificação, enquanto a lógica de engajamento reforça a visibilidade de informações que despertam reações imediatas. Nesse contexto, a participação ativa dos sujeitos nas redes digitais ocorre, muitas vezes, dissociada de processos reflexivos mais aprofundados, o que amplia a vulnerabilidade à desinformação (CASTELLS, 1999).

Durante a realização das atividades, também foi possível observar que os estudantes tendem a interpretar as informações a partir de referenciais prévios, frequentemente influenciados por experiências pessoais, valores e pertencimentos sociais. Essa tendência reforça a importância de compreender a construção do conhecimento como um processo mediado socialmente, no qual a interação com o outro e com o contexto desempenha papel central. A ausência de estratégias sistemáticas de problematização da informação dificulta a superação de interpretações imediatas, limitando o desenvolvimento de uma postura crítica diante dos conteúdos analisados (VYGOTSKY, 1991).

A análise das respostas produzidas pelos estudantes revelou, ainda, a presença de dificuldades relacionadas à identificação de fontes confiáveis e à compreensão dos contextos de produção da informação. Em diversos casos, conteúdos desinformativos foram considerados verdadeiros com base em sua aparência ou em sua circulação em redes sociais amplamente utilizadas. Esse dado evidencia que a credibilidade da informação, para muitos estudantes, está mais associada à sua visibilidade do que a critérios

objetivos de validação, o que reforça a necessidade de desenvolvimento de competências específicas voltadas ao letramento informacional (CASTELLS, 1999).

O confronto desses resultados com os referenciais teóricos permite compreender que a formação de sujeitos críticos no ambiente digital exige a superação de práticas pedagógicas centradas na transmissão de conteúdos. A educação, nesse contexto, deve assumir uma perspectiva problematizadora, na qual o estudante é convidado a questionar, interpretar e reconstruir o conhecimento a partir de sua realidade. A construção de uma postura crítica diante da informação está diretamente relacionada à capacidade de leitura de mundo, que envolve a compreensão das dimensões sociais, culturais e políticas que permeiam os discursos (FREIRE, 1989).

Nesse sentido, a mediação pedagógica mostrou-se elemento fundamental no desenvolvimento das atividades, especialmente no que se refere à orientação dos estudantes durante o processo de análise informacional. A intervenção do professor, ao propor questionamentos, destacar inconsistências e estimular a reflexão, contribuiu para a ampliação da capacidade crítica dos alunos. Esse processo evidencia que o desenvolvimento do letramento informacional não ocorre de forma espontânea, sendo resultado de práticas educativas intencionalmente estruturadas (FREIRE, 1989).

A articulação entre teoria e prática também evidenciou a importância de abordagens pedagógicas que considerem a complexidade dos fenômenos informacionais contemporâneos. A desinformação, enquanto fenômeno multifacetado, exige que os estudantes desenvolvam habilidades que vão além da identificação de conteúdos falsos, envolvendo a capacidade de compreender os contextos de produção, os interesses envolvidos e os impactos sociais da informação. Essa perspectiva está alinhada à necessidade de formação de um pensamento complexo, capaz de integrar

diferentes dimensões do conhecimento e de analisar os fenômenos em sua totalidade (MORIN, 2000).

Dessa forma, os resultados obtidos indicam que a educação tecnológica, quando articulada a práticas pedagógicas mediadoras, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento do letramento informacional e para o enfrentamento da desinformação. A promoção de atividades que estimulem a análise crítica, a problematização e a reflexão sobre os conteúdos digitais permite que os estudantes avancem em direção a uma postura mais consciente e autônoma no ambiente informacional. As implicações educacionais desses achados apontam para a necessidade de integração sistemática dessas práticas no contexto escolar, de modo a fortalecer a formação crítica dos jovens diante dos desafios da cultura digital.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que a desinformação se configura como um dos principais desafios da cultura digital contemporânea, especialmente no que se refere à formação de jovens inseridos em ambientes altamente mediados por tecnologias. A ampliação do acesso à informação, embora represente um avanço significativo em termos de democratização do conhecimento, não garante, por si só, a construção de competências críticas necessárias para a interpretação e validação dos conteúdos informacionais. Nesse sentido, evidencia-se que a problemática da desinformação está diretamente relacionada não apenas à disponibilidade de informações, mas à capacidade dos sujeitos de compreendê-las, analisá-las e utilizá-las de forma consciente.

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo, que consistiu em analisar de que maneira práticas pedagógicas fundamentadas na educação tecnológica podem contribuir para o desenvolvimento do letramento informacional, foi alcançado ao demonstrar que a

mediação pedagógica desempenha papel central na construção dessas competências. As evidências obtidas indicam que a familiaridade dos jovens com as tecnologias digitais não implica, necessariamente, domínio crítico sobre os conteúdos consumidos, reforçando a necessidade de intervenções educativas que promovam a análise reflexiva da informação. A articulação entre teoria e prática revelou que o letramento informacional deve ser compreendido como um processo formativo contínuo, que exige intencionalidade pedagógica e integração com as dinâmicas da cultura digital.

As implicações educacionais deste estudo apontam para a necessidade de reconfiguração das práticas pedagógicas, de modo a incorporar estratégias que estimulem o pensamento crítico, a problematização e a autonomia dos estudantes no ambiente informacional. A educação tecnológica, nesse contexto, não deve ser compreendida apenas como o uso de ferramentas digitais, mas como um campo de atuação que integra conhecimento técnico e formação crítica. A promoção de atividades que envolvam a análise de conteúdos, a identificação de inconsistências e a reflexão sobre os processos de produção da informação mostra-se fundamental para o enfrentamento da desinformação no contexto escolar.

Além disso, destaca-se a importância da atuação do professor como mediador do processo educativo, responsável por orientar os estudantes na construção de critérios de avaliação da informação e na compreensão dos contextos nos quais os conteúdos são produzidos e disseminados. A mediação pedagógica, quando orientada por princípios críticos, contribui para a formação de sujeitos mais conscientes, capazes de participar de forma ativa e responsável na sociedade digital. Nesse sentido, a escola assume papel estratégico na formação de cidadãos aptos a lidar com a complexidade informacional contemporânea.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a investigação sobre metodologias pedagógicas voltadas ao

desenvolvimento do letramento informacional, especialmente em contextos educacionais diversos. Estudos que integrem abordagens quantitativas e qualitativas, bem como análises comparativas entre diferentes realidades escolares, podem contribuir para o aprimoramento das práticas educativas e para a construção de estratégias mais eficazes no combate à desinformação. A continuidade dessas investigações mostra-se essencial para o avanço do campo e para a consolidação de uma educação alinhada às demandas da sociedade digital.

Referencias

Bauman, Z. (2001). **Modernidade líquida**. Zahar.

Bruce, C. (1997). **The seven faces of information literacy**. Auslib Press.

Castells, M. (1999). **A sociedade em rede** (6ª ed.). Paz e Terra.

Creswell, J. W. (2014). **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens** (3ª ed.). Penso.

Derakhshan, H., & Wardle, C. (2017). **Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Council of Europe.

Freire, P. (1989). **A importância do ato de ler: Em três artigos que se completam**. Cortez.

Gil, A. C. (2008). **Métodos e técnicas de pesquisa social** (6ª ed.). Atlas.

Han, B.-C. (2017). **Sociedade do cansaço**. Vozes.

Jenkins, H. (2009). **Cultura da convergência**. Aleph.

Kuhlthau, C. C. (1991). Inside the search process: Information seeking from the user's perspective. **Journal of the American Society for Information Science**, 42(5), 361–371.

ENSINO DE ACESSIBILIDADE NO JORNALISMO E NA COMUNICAÇÃO: pesquisa participante para experimentação docente

Samara Wobeto
Viviane Borelli

Introdução

A acessibilidade na comunicação e no jornalismo é temática emergente de pesquisa no cenário brasileiro. Os números de trabalhos em nível de pós-graduação aumentaram, principalmente a partir de 2015 (Autoria). No entanto, as interrelações destes com o ensino ainda não foram exploradas de maneira tão aprofundada. Pesquisas como as de Bonito (2015) e Beraldo (2021) evidenciam a sala de aula como espaço potencial para a transformação das culturas organizacionais de redações e tribos jornalísticas (Traquina, 2013) para a atuação acessível. Compreender a importância da acessibilidade desde a formação pode impactar positivamente no mercado de trabalho, a partir da inserção de tecnologias assistivas e de práticas e ferramentas para a construção de narrativas acessíveis.

Para as pessoas com deficiência, a realidade do acesso à comunicação e informação difere daquela prevista em legislação. A Lei nº 13.146, de 2015, também conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, estabelece que a acessibilidade é obrigatória em sites da internet que são mantidos por empresas que tenham sede ou representação comercial no país, além de órgãos governamentais (Brasil, 2015). Nesta definição, se encaixam os veículos jornalísticos, cuja maioria, hoje, tem alguma instância digital, seja ela textual, audiovisual, sonora ou imagética. Para Bonito (2015, p. 67), a realidade pode ser nomeada a partir da terminologia das 'legislações invisíveis', em que as leis "existem, mas não são cumpridas a rigor", o que "tem favorecido àquelas instituições que ocupam o lado hegemônico da cultura visiocêntrica e prejudicado os direitos civis conquistados pelas PDV no Estado de Direito em vigor no país".

Outro dado alarmante diz respeito aos veículos jornalísticos: apenas 3,4% dos portais de notícias não apresentam falhas de acessibilidade - é o que afirma pesquisa produzida pelo Movimento Web para Todos (WPT) junto ao *Big Data Corp* em 2024. O estudo, que fez testes de acessibilidade a partir das diretrizes para web elaboradas pelo *World Wide Web Consortium* - W3C, ainda escrutina que apenas 2,9% de todos os sites brasileiros foram aprovados em todos os testes feitos. Foram avaliados 26,3 milhões de sites (WPT, 2024). Ainda, apesar de 96,6% dos sites jornalísticos terem falhas significativas de acessibilidade comunicativa, o Web Para Todos afirma que o número caracteriza uma pequena melhora, principalmente por conta do uso de ferramentas de descrição automática.

É neste escrutínio, em que a acessibilidade é lacuna técnica e narrativa, mas também formativa, que esta pesquisa se insere. A partir da experiência na graduação em Jornalismo, em que foram poucas as oportunidades de aprendizado de acessibilidade em disciplinas curriculares, que a pesquisadora sentiu a necessidade de

compreender qual o espaço que a temática ocupa no ensino do jornalismo. Este anseio se concretizou no Mestrado em Comunicação, a partir da feitura de uma dissertação que pretendeu pensar proposições teórico-práticas de acessibilidade comunicativa na formação de jornalistas (Autoria). A intenção foi compreender quais as iniciativas já existentes a fim de propor formas de inserir a temática nas discussões sobre jornalismo, formas de narrar e discursar, tecnologias assistivas, práticas e ferramentas acessíveis, e no mercado de trabalho.

Neste artigo aborda-se um aspecto da dissertação que diz respeito à parte prática da investigação. A pesquisa é constituída, metodologicamente, por seis fases, não necessariamente temporais, mas simultâneas e flexíveis. São elas: 1) a revisão de literatura (Barrichello, 2016), com a feitura do estado da arte e o estabelecimento de eixos teóricos; 2) a análise documental (Moreira, 2009) de projetos pedagógicos, ementários e matrizes curriculares de cursos de Jornalismo de universidades federais brasileiras a fim de mapear iniciativas de práticas pedagógicas já existentes; 3) a pesquisa participante (Peruzzo, 2010; Martino, 2018), em conjunto com a observação (Gil, 2008) e o diário de campo (Winkin, 1998), por meio da docência orientada, para testar e experimentar práticas pedagógicas de ensino de acessibilidade comunicativa; 4) a entrevista semi-estruturada (Duarte, 2010) com os professores responsáveis pelas disciplinas mapeadas; 5) a análise dos conjuntos de dados por meio da análise documental (Moreira, 2009); e 6) a redação, qualificação e defesa.

Aqui, aborda-se a fase 3, em que a pesquisa adentra a sala de aula para experimentar o ensino da acessibilidade comunicativa no jornalismo e, conseqüentemente, coletar dados para a construção das proposições. Por meio da pesquisa participante, busca-se um olhar crítico e dialógico em que o espaço educativo é palco da práxis e da ação-reflexão-ação, princípios de Paulo Freire (1968; 1996; 1985) para uma educação libertadora. A busca é pela valorização das

e dos estudantes e de seus conhecimentos e experiências, em uma relação em que não somente a pessoa na posição de docente sabe, mas também aqueles que ali estão em formação. Conforme Freire (1968), a educação é uma via de mão dupla, em que o professor ensina ao mesmo tempo que aprende, e o estudante aprende na medida em que também ensina. Parte-se dos princípios da pedagogia do oprimido (1968) e da esperança (1992) para adentrar o campo de pesquisa de maneira crítica, atenta e aberta.

Pesquisar-participar: a acessibilidade adentra a sala de aula

Em pesquisas com um olhar propositivo, como é o caso desta, valer-se de metodologias que adentram o campo e tem contato com sujeitos de pesquisa é fundamental. A escolha de um conjunto de métodos e técnicas para compor o desenho metodológico desta dissertação tem isso como base. Além disso, não existem metodologias específicas voltadas para o estudo da acessibilidade na comunicação. O próprio campo encontra a mesma lacuna.

No caso desta pesquisa, por exemplo, não haviam conjuntos de dados a serem explorados: portanto, foi necessário criar o próprio *dataset*. Como dito, o desenho metodológico vale-se de seis fases concomitantes, com aplicação de diferentes métodos e técnicas. No entanto, a redação da dissertação valeu-se de dois grandes conjuntos de dados para momentos distintos de análise: o primeiro compreende as fases 2 e 4, que engloba a análise documental (Moreira, 2009), a entrevista estruturada (Duarte, 2010) e a entrevista semi-estruturada (Duarte, 2010). A intenção foi mapear, compreender e analisar as iniciativas de disciplinas já existentes sobre acessibilidade e comunicação. Estes aspectos analíticos não serão aprofundados aqui.

Já o segundo conjunto de dados foi coletado por meio de pesquisa aplicada, como já dito, pela pesquisa participante (Peruzzo, 2010; Martino, 2018). Este é um método que surge nas Ciências

Sociais por volta de 1980, acompanhando os movimentos de abertura democrática latino-americana (Peruzzo, 2010). Entende o pesquisador como participante da realidade estudada, e, em vez de ignorá-las, assume suas subjetividades, que interferem na mesma. Brandão (1999) defende que só é possível conhecer certos aspectos culturais ou sociais por meio de envolvimento e comprometimento entre quem pesquisa e aquilo que se pesquisa. Só assim, de acordo com a autora, pode-se aprofundar o conhecimento.

Na Comunicação, a participação como método começa a ser usada a partir de 1990 (Peruzzo, 2010), especialmente nos grupos estudados: enquanto os grupos sociais estão no foco de pesquisas antropológicas e etnográficas, a Comunicação adentra formas de consumo e apropriação de mídias distintas. Não há ciência de pesquisa com desenho metodológico semelhante a esta, em que a pesquisa adentra a sala de aula por meio da experimentação docente a fim de coletar dados. Apesar disso, entende-se como possível o uso da pesquisa participante para efetivá-la metodologicamente. Isto porque, por um lado, a instância do contato com as e os estudantes como docente orientanda proporciona uma outra visada sobre o ensino, para além daquela protocolar e burocrática - mas igualmente importante - dos documentos analisados. As percepções a serem registradas envolvem o olhar de pesquisadora entrelaçado à experiência docente.

A fim de coletar e registrar os dados de pesquisa, são usados, respectivamente, as técnicas de observação (Gil, 2008) e do diário de campo (Winkin, 1998). A primeira é "o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano" (Gil, 2008, p. 100). Pode ser usada para a construção científica e é essencial para o processo da pesquisa. Gil (2008) ainda aponta que, no momento de coleta dos dados, ela geralmente é combinada com outras técnicas. Aqui, utiliza-se especificamente a observação participante, que é técnica ativa e "consiste na participação real do conhecimento

na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo” (Gil, 2008, p. 103).

Em conjunto com a observação, portanto, está a técnica do diário de campo com o objetivo de registrar os dados. Para Yves Winkin (1998), é instrumento que deve ter constância e regularidade, mas também atravessa fases de formas de registro. Segundo o autor, é comum que no início da coleta de dados, os registros sejam mais intensos e detalhados. Conforme se adentra no campo e o compreende, a ou o pesquisador conseguem filtrar melhor quais dados são essenciais e aqueles secundários, e melhorar qualitativamente as anotações, já fazendo conexões e inferências.

A pesquisa participante foi realizada em duas disciplinas. A primeira é a obrigatória ‘Jornalismo Impresso II’, curricularmente inserida no terceiro semestre do curso de Jornalismo da Universidade, e que tem a produção de uma revista-laboratório (Barbosa, 2021) como objetivo. A Revista é feita por todas as alunas e alunos, que se tornam repórteres, ao mesmo tempo em que assumem uma segunda função, a variar entre revisão, edição, editoração, diagramação, fotografia, redes sociais, capa, e revisão de descrição de imagens. A acessibilidade adentra a disciplina em 2017, por meio do projeto ‘Desenvolvimento de revistas digitais acessíveis no curso de Jornalismo’. No início, era feita a audiodescrição de toda a revista - incluídas descrição de fontes, diagramação, layout, entre outros elementos - com a produção de uma versão acessível em pdf. O processo incluía consultoria de audiodescritores do Núcleo de Acessibilidade da Universidade e da Comissão de Audiodescrição.

Com o tempo, o entendimento mudou: compreendeu-se que a versão acessível das matérias publicadas no digital é mais efetiva em termos de acessibilidade do que a geração do pdf com descrição de todos os elementos. Isto porque audiodescrições muito detalhadas podem confundir na formação da imagem mental. Em trocas com os audiodescritores responsáveis, compreendeu-se que

não era possível aprofundar o aprendizado da audiodescrição em apenas uma disciplina - por esta ser uma formação específica. Além disso, a rotina acelerada das redações e do mercado de trabalho da comunicação, realidade que será enfrentada por estes estudantes em formação, não permite o tempo necessário para a lapidação de uma audiodescrição - e que envolve construção do roteiro, revisão por audiodescritores consultores e um movimento de ir e vir até que se considere que a versão do texto forma uma imagem mental sem confusão.

Por isto, a partir da pandemia e com a necessidade de reformulação das práticas pedagógicas e produtivas, começou-se a adotar a descrição de imagens como prática efetiva da produção laboratorial. Esta segue os mesmos princípios e diretrizes da audiodescrição, mas não é revisada por audiodescritor consultor - que precisa necessariamente ser uma pessoa cega. O projeto foi renovado em 2024, sob o título 'Desenvolvimento de práticas acessíveis na produção de revista-laboratório'.

A inclusão da descrição de imagens no processo produtivo da revista foi motivo para a escolha desta para a experimentação da pesquisa participante. Foi espaço formativo da pesquisadora na graduação - um dos únicos em que a acessibilidade foi abordada. Os aspectos observados tem como foco a inserção de tecnologias e ferramentas assistivas ao longo do processo produtivo jornalístico, que vai desde a apuração até a divulgação. Todas as e os estudantes eram responsáveis por produzir a descrição das imagens de suas reportagens, o cuidado com o contraste cromático (Pereira, 2021) de fotografias, infográficos, gráficos e páginas de diagramação, além de inserção de legendagem para surdos e ensurdecidos - LSE (EBC, 2018) e descrição de imagens dinâmicas de materiais audiovisuais. Além disso, uma das segundas funções consistia na revisão das descrições de imagens, feita por uma dupla de estudantes e supervisionada pelas pesquisadoras.

Já a segunda disciplina, 'Comunicação e Acessibilidade', foi criada a partir desta dissertação como optativa, e ofertada para os quatro cursos de Comunicação Social da Universidade: Jornalismo, Produção Editorial, Publicidade e Propaganda, e Relações Públicas. Por conta dessa característica, a ementa e plano de ensino tem referências e aulas mais gerais, focadas na Comunicação. Ou seja, se na disciplina de Jornalismo Impresso II as tecnologias assistivas e ferramentas de acessibilidade são voltadas para as práticas jornalísticas, em Comunicação e Acessibilidade aspectos mais gerais do campo da comunicação foram discutidos. Alguns desses temas envolvem discurso e representações de pessoas com deficiência, termos corretos e incorretos para se referir a esses públicos, o que são tecnologias assistivas, quais são as principais, e questões técnicas de acessibilidade para o visual, auditivo e cromático, principalmente. Também envolveu trabalhos práticos: análise de representações de pessoas com deficiência na mídia, análise técnica de acessibilidade em produtos comunicacionais, e a construção de um produto comunicacional acessível - que poderia ser alinhado a projetos práticos feitos em outras disciplinas.

Nas duas disciplinas foram aplicadas duas entrevistas estruturadas (Duarte, 2010) por meio de formulários eletrônicos do *Google Forms*. Um foi feito no início das aulas, e o outro no término das mesmas. A intenção foi comparar os conhecimentos sobre acessibilidade comunicativa que as e os estudantes tinham antes e depois das aulas. Ainda, foi feito um protocolo de pesquisa participante a fim de padronizar a forma de coleta de dados, além do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), que foi assinado pelas e pelos estudantes que aceitaram participar do projeto, e que garantia os direitos dos sujeitos participantes. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa antes do início da pesquisa participante. Para a análise dos dados, utilizou-se a análise documental (Moreira, 2009), compreendida

como “a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim” (Moreira, 2009, p. 271).

Experimentações pedagógica

O espaço da sala de aula como campo de pesquisa e de coleta de dados foi organizado por meio dos planos de ensino das disciplinas, atualizados para incorporar as temáticas da acessibilidade comunicativa, e também por meio do plano de trabalho da docência orientada, documento que descreve as aulas, datas e conteúdos abordados pela pesquisadora, e que foi submetido e aprovado pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. No aspecto que compreende o geral, no plano de ensino, as aulas, conteúdos e tarefas previstas sobre acessibilidade estão listadas a seguir:

Jornalismo Impresso II: aula teórica e prática sobre audiodescrição e descrição de imagens; aula teórica sobre acessibilidade no processo de produção jornalística, com tarefa prática; exercício de descrição de imagens e identificação da ferramenta em algum produto jornalístico; atividade de identificação de representações midiáticas capacitistas, e de presença ou ausência de acessibilidade das cores e em legendas, além do planejamento da acessibilidade das próprias reportagens; descrição das imagens das próprias reportagens; inserção de legendas e descrição de imagens dinâmicas no caso de uso de vídeos ou áudios; testagem de contraste cromático nas paletas de cores para diagramação ou de gráficos e infográficos; uso de descrição de imagens, legendas e outras tecnologias assistivas nas redes sociais; e a descrição de imagens como segunda função - já explicada no tópico anterior.

Comunicação e Acessibilidade: são 15 aulas com foco em acessibilidade, divididas nos seguintes tópicos temáticos:

- 1 - Apresentação da disciplina.
- 2 - Conceitos básicos, tipos de acessibilidade e de barreiras, tecnologias assistivas, desenho universal e capacitismo.
- 3 - Legislações invisíveis e direitos humanos.
- 4 - Lacunas e inserção da acessibilidade na comunicação.
- 5 - Representações midiáticas capacitistas e o campo da Comunicação inacessível.
- 6 - Apresentação de trabalhos: análise de representações midiáticas sobre pessoas com deficiência.
- 7 - Tecnologias assistivas para a comunicação e suas aplicabilidades.
- 8 - Acessibilidade visual - teoria: audiodescrição, descrição de imagem e braille.
- 9 - Acessibilidade visual - práticas de autodescrição e descrição de imagens.
- 10 - Acessibilidade sonora - conceitos: Legendagem para Surdos e Ensurdidos (LSE), Libras e Janela de Libras, legenda comum. Exercícios de prática e edição de legendas.
- 11 - Acessibilidade cromática - teoria: principais conceitos e aplicabilidade, contraste.
- 12 - Acessibilidade cromática - prática: resolução de problemas de acessibilidade, construção de paletas de cores acessíveis e contraste.
- 13 - Apresentação de trabalhos: análises técnicas de produtos comunicacionais.
- 14 e 15 - Apresentação de produto comunicacional acessível.

A partir dos dados coletados e da análise documental, foi possível perceber algumas características analíticas: Jornalismo Impresso II

1. Pauta e hierarquização de fontes: destaque da incorporação da temática da acessibilidade desde a pauta, especialmente naquelas que tratam da temática e que ouvem pessoas com deficiência. Também, ao entrevistar as mesmas e incorporar

suas falas ao texto, deve-se cuidar a hierarquização de fontes, ou seja, quem fala primeiro e quem fala por último - e que ganham maior importância e peso na narrativa. Em outras palavras, a fala das pessoas com deficiência deve ser priorizada sempre que possível.

2. Planejamento da acessibilidade das reportagens: a incorporação do planejamento de inserção de tecnologias e ferramentas assistivas nas reportagens, em Jornalismo Impresso II, se mostrou eficaz. Com o planejamento e acompanhamento, as e os estudantes souberam, desde a pauta, o que precisavam fazer em termos de acessibilidade. Como qualquer produção jornalística, alguns formatos e paletas de cores previstos mudaram ao longo do tempo, mas o planejamento permitiu maior consciência e conscientização sobre a inserção das TA's.
3. Descrição de imagens: o exercício de descrição de imagens feito no início da disciplina de Jornalismo Impresso II mostrou várias dificuldades das e dos estudantes, o que é esperado visto ter sido o primeiro contato com a prática. A partir das correções e explicações por meio de feedback, as descrições feitas posteriormente, para as reportagens, já apresentavam melhora. Além disso, a evolução das estudantes responsáveis pela revisão da descrição de imagens durante o decorrer do processo indica que o aprendizado é possível. Caso fosse usada em todas as disciplinas do curso, poderia haver constância de prática e aplicação da tecnologia assistiva. Da mesma forma, formatos como a entrevista são reforçados e aplicados em diferentes disciplinas, o que permite aperfeiçoar a prática.
4. Redes sociais digitais: as tecnologias assistivas usadas foram o contraste cromático na construção dos cards, a legenda nos vídeos de stories, a descrição de imagens postadas no feed, e a autodescrição quando cada dupla apresentava a

reportagem em vídeo nos stories. Por conta dos formatos de tempo dos stories, houve necessidade de adaptação do roteiro de autodescrição original, com a diminuição de detalhamento das características físicas da pessoa falante.

5. Presença-incômodo de pessoas com deficiência: muitas e muitos das e dos estudantes foram colegas de uma pessoa cega em outras disciplinas. Por conta disso, alguns já haviam feito práticas de autodescrição em momentos anteriores, e mesmo acompanhado a estudante da sala até em casa e vice-versa, como guias. É possível perceber, pelos relatos, que a presença de pessoas com deficiência na universidade representa um incômodo: ao mesmo tempo em que estar na universidade questiona as estruturas existentes - que excluem corpos com deficiência -, o espaço universitário não é acessível para recebê-los.
6. Proatividade e construção de compromisso profissional: no processo de produção da revista, foi possível perceber a proatividade da inserção da acessibilidade em dois momentos. O primeiro foi na apresentação das propostas de capa da revista, em que uma das duplas trouxe a imagem já com o teste cromático feito. Na apresentação da proposta de layout para redes sociais, a mesma testagem foi feita. Nas duas ocasiões, não foi necessário cobrar e orientar as e os estudantes para a inserção das técnicas de acessibilidade. Isso indica a importância desse conteúdo ser abordado em sala, em aula específica, porque incorpora a construção do compromisso profissional na inserção da acessibilidade nas práticas produtivas.

Comunicação e Acessibilidade

7. Diálogo com outros perfis profissionais: a disciplina de 'Comunicação e Acessibilidade' mostrou a necessidade de

dialogar com outros perfis profissionais. Para além do jornalismo, conhecer e compreender as nuances da Publicidade e Propaganda, das Relações Públicas e da Produção Editorial permite que as e os estudantes estejam melhor preparados para o mercado de trabalho, afinal, em redações e outros meios de comunicação há uma mescla de jornalistas, publicitários e publicitárias, relações públicas e produtores editoriais.

8. 'Nada sobre nós, sem nós': como o próprio lema da comunidade de pessoas com deficiência aponta, não há como discutir efetivamente a acessibilidade e suas representações sem incluir no debate suas vozes. Além de convidar profissionais da comunicação com deficiência para compartilhar suas experiências, na disciplina também buscou-se materiais audiovisuais, campanhas, artigos científicos e outros tipos de trabalho que tragam relatos, produções jornalísticas e científicas destes públicos.
9. Exemplo para o estímulo do debate: as aulas que contaram com distintos tipos de materiais como exemplo para o conceito ou conteúdo a ser explicado renderam maior estímulo ao debate. Instigar as e os estudantes a compartilharem aquilo que já consumiram, assim como suas percepções, é uma forma de começar.
10. Dinâmicas interativas: usar a sala de aula como espaço para proporcionar dinâmicas diferentes das tradicionais aulas expositivas é interessante. Na disciplina de Comunicação e Acessibilidade isso aconteceu algumas vezes: uma com a prática da autodescrição; e também com uma atividade com cores, em que a professora aplicou filtros de cores feitos com papel celofane sobre a mesma imagem, de bananas e tomates. As e os estudantes tiveram que adivinhar se as frutas estavam maduras, e responder se comprariam as mesmas no mercado. A intenção foi simular formas diversas

de ver as cores, o que acontece no daltonismo, e mostrar como, sem acessibilidade, certos aspectos da vida cotidiana se transformam em barreiras, como comprar frutas no supermercado.

Entrelaçamentos

11. Autodescrição: ambas as turmas fizeram a atividade de autodescrição. Na turma de Jornalismo Impresso II, como dito, grande parte das e dos estudantes já tinham feito autodescrição anteriormente, por conta de terem sido colegas de uma pessoa cega. Já na turma de Comunicação e Acessibilidade, apenas um dos estudantes já tinha se autodescrito. A primeira vez que fizeram a prática gerou alguns esquecimentos de características pessoais, como uso de piercings, tatuagens e barba, por exemplo. A partir do relato das e dos estudantes, foi possível perceber que, se a prática tivesse maior inserção ao longo da disciplina e do curso, tornaria-se algo natural como prática profissional.
12. Termos incorretos e reprodução de estereótipos: em ambas as turmas houve um momento para falar sobre os termos incorretos usados para se referir às pessoas com deficiência, como 'especiais' e 'portadores de deficiência'. Mesmo assim, em alguns momentos das aulas ou em apresentações de trabalhos, alguns estudantes incorriam na reprodução destes termos e, consequentemente, de estereótipos. Isso demonstra o quanto os mesmos estão incrustados na sociedade e são reproduzidos, muitas vezes, de forma automática, mesmo em aulas que tratam sobre o tema. Isto traz para o debate a importância e o poder da linguagem no apagamento de identidades, e o quanto aspectos como estes precisam ser apontados e corrigidos em

sala de aula, de maneira gentil. Pelo debate e pela crítica, as e os estudantes começam também a se tornar vigilantes.

13. Representações de pessoas com deficiência: trabalhos apresentados pelas e pelos estudantes e que analisaram representações midiáticas destes públicos permitiram compreender o potencial do debate sobre esse tema. Foram análises interessantes, que apontaram, em sua maioria, representações capacitistas e estereotipadas, e se valeram de teorias abordadas em sala de aula como embasamento analítico. Estas e estes estudantes, em suas práticas discursivas no mercado de trabalho, terão maior consciência sobre seu papel enquanto jornalistas e serão mais vigilantes quando abordarem as temáticas da acessibilidade e das pessoas com deficiência.
14. Prática e primeiro contato com tecnologias assistivas: foi comum o relato das e dos estudantes com relação à dificuldade no primeiro contato com tecnologias assistivas, especialmente na legendagem (LSE). No entanto, nas duas disciplinas houve pouco tempo para aprofundar as práticas de tecnologias assistivas, o que foi apontado por alguns estudantes. Elas e eles também evidenciaram que a dificuldade se deu por conta do primeiro contato, mas que, se as práticas fossem inseridas em outras disciplinas e desde o início do curso, seria mais fácil incorporá-las.
15. Construção de produtos acessíveis: a atividade demonstrou criatividade e interesse dos estudantes pela inserção da acessibilidade em suas produções. Houve criação de sites jornalísticos, podcasts, campanha publicitária, cartilha, guia em pdf, material para redes sociais, livro infantil, reportagem, entre outros.
16. Valorização da opinião e experiência das e dos estudantes: perguntar o que as e os estudantes acham sobre determinado tema é importante para incluí-los no debate e,

consequentemente, envolvê-los na aula. Reservar um espaço da aula para questionar sobre os consumos de produtos midiáticos sobre acessibilidade e quais as percepções das e dos estudantes é uma forma de fazer isso.

17. Prática acessível como preceito profissional: a partir dos dados dos formulários aplicados no início e ao final das disciplinas, foi unânime a resposta afirmativa, das duas turmas, das e dos estudantes sobre aplicar os aprendizados em suas práticas profissionais futuras. O dado demonstra o interesse e, principalmente, a conscientização destes estudantes sobre a importância da acessibilidade como preceito profissional.

Considerações

A docência orientada como espaço de experimentação de pesquisa mescla dois papéis distintos, e foi potencial para a percepção dos elementos destacados na análise. Caso tivesse restringido a pesquisa somente à análise documental que mapeou as iniciativas existentes do tipo, haveria apenas um olhar de reconhecimento sobre a realidade - o que não tira sua importância. Porém, a entrada em campo permitiu deparar-nos com desafios e singularidades, tanto do ensino quanto da pesquisa. Isso envolve a característica da pesquisa participante, em que o olhar da pesquisadora é fundamental, incluídas as suas subjetividades, mas é preciso ter vigilância sobre suas percepções e juízos para que a coleta dos dados não se resuma a isso.

Além de espaço formativo para estudantes de pós-graduação, a docência orientada foi fundamental para um aprofundamento sobre as questões do ensino da acessibilidade no jornalismo - e nas outras áreas da Comunicação. Nesta pesquisa, valeu-se dos ensinamentos de Paulo Freire sobre as bases de uma educação libertadora: para a construção da crítica e da reflexão, são

importantes a pergunta, o diálogo e o contexto; já para a prática e a ação, são fundamentais a autonomia, a esperança e os temas geradores (Freire, 1968; 1992; 1996; Freire & Faundez, 1985). O adentrar em teorias pedagógicas também trouxe à tona o pouco preparo que a pós-graduação traz, em termos de metodologias e pedagogias de ensino. Apesar da docência orientada ter papel fundamental na prática da sala de aula, não há uma preparação das e dos estudantes de pós-graduação quanto às formas de ensino.

Ainda sobre a pedagogia freireana, a experiência de sua apropriação na experimentação docente relatada mostrou a necessidade da inter-relação entre teoria e prática, entre reflexão e ação, o que permite construir a crítica. Além disso, trazer abordagens diversas, multidisciplinares e dialógicas, que valorizem a pergunta e estimulem o debate, torna-se crucial para envolver as e os estudantes no processo de construção do conhecimento e fazer com que se interessem pela temática estudada.

Esta dissertação ainda tem outras nuances, como a análise documental, que permitiu estabelecer uma radiografia do ensino em acessibilidade comunicativa no Brasil, além de maiores detalhamentos sobre os elementos encontrados na análise. As questões de consumo de informação e comunicação por pessoas com deficiências e a acessibilidade como estratégica para o campo da Comunicação também são questões a serem aprofundadas em outros artigos.

Referências

Barbosa, K. G. (2021). Revista-laboratório. In A. Zamin & R. Schwaab (Orgs.), **Tópicos em jornalismo: Redação e reportagem** (pp. 205–214). Insular.

Barichello, E. (2016). A autoria na elaboração de uma tese. In C. P. de Moura & M. I. V. de Lopes (Orgs.), *Pesquisa em comunicação: Metodologias e práticas acadêmicas* (pp. 129–152). EdUPUCRS.

Beraldo, C. (2021). *“Quem cabe no seu todos?” Jornalismo e deficiência visual: Um estudo sobre a acessibilidade e usabilidade em notícias em redes digitais* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia].

Bonito, M. (2015). *Processos da comunicação digital deficiente e invisível: Mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil* [Tese de doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos].

Brandão, C. (Org.). (1999). *Repensando a pesquisa participante*. Brasiliense.

Brasil. (2015). *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*.

Duarte, J. (2010). Entrevista em profundidade. In J. Duarte & A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2ª ed., pp. 62–83). Atlas.

Empresa Brasil de Comunicação. (2018). *NOR 704*.

Freire, P. (2011). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra. (Obra original publicada em 1996).

Freire, P. (2022). *Pedagogia da esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* (32ª ed.). Paz e Terra. (Obra original publicada em 1992).

Freire, P. (2022). *Pedagogia do Oprimido* (84ª ed.). Paz e Terra. (Obra original publicada em 1968).

Freire, P., & Faundez, A. (1985). *Por uma pedagogia da pergunta*. Paz & Terra.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.

Martino, L. (2018). *Métodos de pesquisa em comunicação: Projetos, ideias, práticas*. Vozes.

Moreira, S. (2010). Análise documental como método e como técnica. In J. Duarte & A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2ª ed., pp. 269–279). Atlas.

Pereira, T. (2021). *Guia de acessibilidade cromática para daltonismo: Princípios para profissionais da indústria criativa*. Universidade Federal de Santa Maria.

Peruzzo, C. (2010). Observação participante e pesquisa-ação. In J. Duarte & A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2ª ed., pp. 125–145). Atlas.

Todos, Web Para. (2024). *Apenas 2,9% dos sites brasileiros foram aprovados em todos os testes de acessibilidade, aponta pesquisa*. Web Para Todos.

Traquina, N. (2013). *Teorias do jornalismo: Vol. 2. A tribo jornalística: Uma comunidade interpretativa transnacional*. Insular.

Winkin, Y. (1998). *A nova comunicação: Da teoria ao trabalho de campo*. Papirus.

PESQUISA APLICADA EM JORNALISMO E O DESAFIO DA INSERÇÃO MERCADOLÓGICA: uma análise da produção acadêmica no Nordeste

Emanuela Bezerra Gueiros
Guilherme Gonçalves Carvalho
Alexsandro Teixeira Ribeiro

Introdução

O jornalismo, enquanto campo de conhecimento, teve sua teorização iniciada antes mesmo de sua incorporação no ensino ou na formação acadêmica para o exercício dessa profissão (Melo, 2012). Segundo Franciscato (2006, p. 1), “as pesquisas em jornalismo têm estado à mercê de um conjunto de problemas, dilemas e impasses que estas ciências enfrentam”.

Um dos desafios da pesquisa científica na área do jornalismo é aprimorar metodologias que respondam aos problemas identificados no campo, propondo soluções viáveis que conectem as demandas reais da prática profissional à produção acadêmica. De

acordo com Meditsch (2004, p. 99) “a indústria jornalística brasileira vem, nos últimos anos, buscando apoio das universidades para a solução de seus problemas, sem encontrar interlocutor interessado ou capacitado para esta parceria”.

Apesar das contribuições e da relevância da pesquisa aplicada para o jornalismo, sua realização configura-se como um desafio. Isso ocorre porque, conforme aponta Franciscato (2007), uma das principais dificuldades reside na dependência do jornalismo em relação a áreas afins das ciências humanas e sociais, o que acaba relegando a segundo plano as questões específicas do próprio campo jornalístico.

Esse fator, aliado às dificuldades de fazer pesquisa na área, pode ser a explicação para o baixo número de pesquisas aplicadas em jornalismo no país, onde “a quase inexistência deste tipo de pesquisa somente revela o quanto deveríamos avançar para constituirmos condições aceitáveis de pesquisa, em que, como área, fossemos capazes de atender às demandas da sociedade” (Machado, 2005, p. 4).

O presente trabalho integra o projeto de pesquisa “Tecnologias da comunicação e a formação em jornalismo”, desenvolvido desde 2022 no âmbito do Grupo de Pesquisa Comunicação, Tecnologia e Sociedade, do Centro Universitário Internacional Uninter, em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Considerando o complexo debate apresentado até aqui, realizou-se uma análise qualitativa fundamentada na análise documental de dissertações e teses que adotam metodologia experimental em pesquisa aplicada, publicadas entre 2020 e 2024 na região Nordeste do Brasil. Os trabalhos examinados foram selecionados a partir do Observatório da Pesquisa Aplicada em Jornalismo no Brasil (OPAJor), plataforma dedicada ao mapeamento e à sistematização da produção científica voltada à pesquisa aplicada no campo jornalístico brasileiro.

A partir desse mapeamento, foram realizadas entrevistas com pesquisadores autores das dissertações e teses selecionadas, defendidas em programas de pós-graduação *stricto sensu* da região. O objetivo das entrevistas foi compreender as motivações que levaram esses pesquisadores a optarem pela pesquisa aplicada no campo do jornalismo, bem como analisar de que maneira os resultados dessas investigações se articulam com o mercado e com as práticas profissionais contemporâneas.

A problemática deste estudo consiste em investigar se as teses e dissertações em pesquisa aplicada, embora ainda minoritárias em relação às pesquisas de natureza básica, têm contribuído de maneira efetiva para o desenvolvimento do jornalismo, especialmente no que se refere à redução do distanciamento histórico entre a formação universitária e as demandas do mercado profissional. Parte-se da hipótese de que, embora ainda minoritárias em termos quantitativos, as pesquisas aplicadas em jornalismo apresentam potencial significativo de resposta às demandas do campo profissional, contribuindo para a aproximação entre universidade e mercado, ainda que de forma desigual ou limitada.

A pesquisa aplicada em jornalismo: desafios e metodologias

No campo jornalístico, a pesquisa aplicada assume papel estratégico por estar diretamente vinculada à resolução de problemas práticos e à inovação de processos e produtos. De acordo com Guerra (2016), a pesquisa aplicada em jornalismo parte da sistematização de conceitos e práticas para identificar limitações do modo convencional de fazer jornalismo, propondo soluções capazes de melhorar o desempenho da atividade. Diferentemente da pesquisa básica, que se dedica à compreensão teórica do objeto, a pesquisa aplicada orienta-se por objetivos concretos e pragmáticos.

Embora a pesquisa básica seja fundamental para o aprofundamento conceitual da área, autores como Franciscato

(2016) defendem que o jornalismo, enquanto atividade social prática, necessita da pesquisa aplicada para responder às exigências contemporâneas impostas por transformações tecnológicas, econômicas e culturais. Nesse sentido, a pesquisa aplicada permite operacionalizar conhecimentos teóricos, promovendo inovações e contribuindo tanto para o campo profissional quanto para a sociedade.

Apesar de sua relevância, dados do OPAJor indicam que a produção de pesquisas aplicadas em jornalismo ainda é reduzida no Brasil. Entre os fatores que explicam esse cenário estão a escassa tradição institucional, a dicotomia entre teoria e prática, o distanciamento entre universidade e mercado e a carência de docentes e pesquisadores especializados nesse tipo de investigação (Meditsch, 2012). Além disso, Santos (2018) aponta como desafio a necessidade de formação de equipes multidisciplinares capazes de renovar abordagens metodológicas e ampliar perspectivas analíticas.

Nesse contexto, Carvalho, Teixeira Ribeiro e Ferro (2025) reforçam a dimensão epistemológica do problema ao evidenciar a fragilidade das bases conceituais que sustentam a pesquisa aplicada no campo jornalístico.:

Tendo em vista estes desafios que indicam ora uma adoção forçada de ciências pouco apropriadas ao jornalismo, ora uma orfandade que revela a ausência de raízes teórico-metodológicas mais consistentes, a pesquisa aplicada, como uma vertente da pesquisa jornalística no Brasil, precisa ser reconhecida, compreendida e localizada. Este ponto de partida exige o esforço de definição conceitual e de taxonomia, que precisa ser retomado com certa frequência,

diante da incompreensão ou da inexistência deste tipo de produção no ambiente acadêmico-científico, como ocorre na maior parte das escolas de jornalismo do país (Carvalho; Ribeiro; Ferro, 2025, p. 5).

A partir dessa perspectiva, observa-se que o desafio não se restringe à ampliação quantitativa da produção aplicada, mas envolve, sobretudo, o seu reconhecimento enquanto campo legítimo de investigação, dotado de fundamentos teórico-metodológicos próprios e capaz de dialogar criticamente com as demandas sociais e profissionais do jornalismo contemporâneo.

No que se refere às metodologias adotadas na pesquisa aplicada, estas se diferenciam daquelas empregadas na pesquisa básica pelo seu caráter eminentemente prático. Segundo Renó (2014), a experimentação é um elemento central nesse tipo de investigação, pois permite testar soluções em contextos reais e validar sua aplicabilidade. A pesquisa experimental, nesse sentido, constitui um pilar da ciência aplicada, ao possibilitar a articulação entre teoria e prática, conforme destacado por Fernandes (1972).

Entretanto, a pesquisa aplicada em jornalismo não se restringe ao método experimental. Franciscato (2016) ressalta que outros métodos, como a pesquisa descritiva e a pesquisa bibliográfica, também desempenham papéis importantes. A pesquisa descritiva contribui para o mapeamento e a compreensão de fenômenos jornalísticos sem intervenção direta, enquanto a pesquisa bibliográfica oferece sustentação teórica e segurança conceitual para o desenvolvimento de soluções práticas (Renó, 2014; Rudio, 1986).

A combinação desses métodos possibilita a construção de modelos metodológicos capazes de articular teoria e prática de forma sistemática. O modelo proposto por Franciscato (2007) exemplifica essa articulação ao integrar etapas de formulação do

problema, desenvolvimento metodológico e aplicação prática. Assim, a construção de metodologias próprias para a pesquisa aplicada em jornalismo configura-se como um desafio central, mas também como uma condição indispensável para o amadurecimento científico do campo.

Metodologia

A análise qualitativa desenvolvida neste estudo teve como objetivo mapear e compreender a produção de dissertações e teses com foco em pesquisa aplicada defendidas na região Nordeste entre os anos de 2020 e 2024, buscando compreender, a partir da perspectiva dos pesquisadores, de que maneira essas pesquisas se desenvolveram e se inseriram no mercado jornalístico. Para chegar a este recorte, foi realizada uma busca sistemática na plataforma OPAJor, utilizando os filtros disponíveis no banco de dados, o que possibilitou quantificar esses trabalhos, identificar aqueles que utilizam metodologia experimental, além de verificar sua distribuição por ano, estado e instituição de ensino superior. Os trabalhos disponíveis no OPAJor resultam de um levantamento anual realizado pelo grupo de pesquisa, considerando os programas de pós-graduação *stricto sensu* da área de Comunicação e Informação listados pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), dos quais 12 estão localizados na região Nordeste.

O objetivo da entrevista realizada com os pesquisadores foi compreender, a partir da perspectiva deles próprios, de que forma suas pesquisas contribuíram para o mercado jornalístico, quais impactos geraram e qual a situação atual dos produtos ou experimentos desenvolvidos. A entrevista, entendida como uma técnica de interação direta entre pesquisador e pesquisado, conforme define Severino (2016), mostrou-se essencial para captar percepções, experiências e avaliações sobre o processo e os resultados das pesquisas.

Optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, por oferecerem maior flexibilidade e possibilidade de aprofundamento, conforme aponta Manzini (2004). Ao todo, foram entrevistados seis pesquisadores cujos trabalhos foram defendidos nos programas de pós-graduação em Comunicação ou Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco(UNICAP), Universidade Federal de Pernambuco(UFPE), Universidade Federal do Sergipe(UFS) e (Universidade Federal da Paraíba (UFPB). As entrevistas ocorreram entre os meses de outubro e novembro de 2024, majoritariamente de forma síncrona via Google Meet, com um dos participantes optando por responder o questionário por e-mail. O instrumento de coleta consistiu em um questionário com oito questões, voltadas à motivação para a escolha da pesquisa aplicada, aos problemas enfrentados no mercado jornalístico, aos recursos utilizados, às dificuldades encontradas e à continuidade ou inserção dos resultados após a conclusão da pós-graduação.

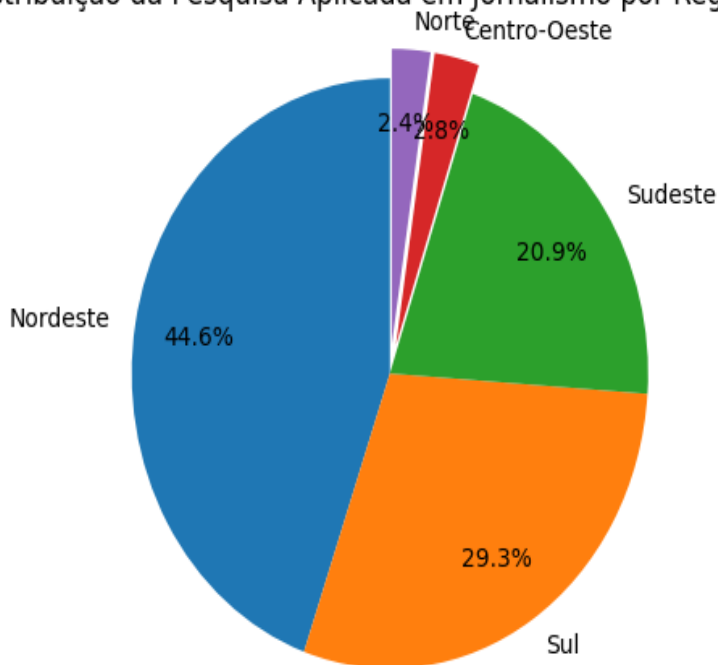
De modo geral, as entrevistas contribuíram de forma significativa para aprofundar a compreensão sobre o papel da pesquisa aplicada no jornalismo, evidenciando seus desafios, potencialidades e impactos tanto no campo acadêmico quanto no mercado profissional e na sociedade. Apesar de nem todos os pesquisadores contactados terem respondido, os depoimentos obtidos permitiram consolidar a análise proposta, reforçando a importância da pesquisa aplicada como estratégia para aproximar o ensino, a prática profissional e as demandas sociais contemporâneas.

Pré-resultado: análise quantitativa

Os dados do OPAJor indicam um crescimento significativo da pesquisa aplicada em jornalismo nos últimos anos, com destaque para a região Nordeste, que concentra a maior parte (44,6%) da produção nacional, como indica a figura 1.

Gráfico 1: Pesquisa aplicada em jornalismo por região

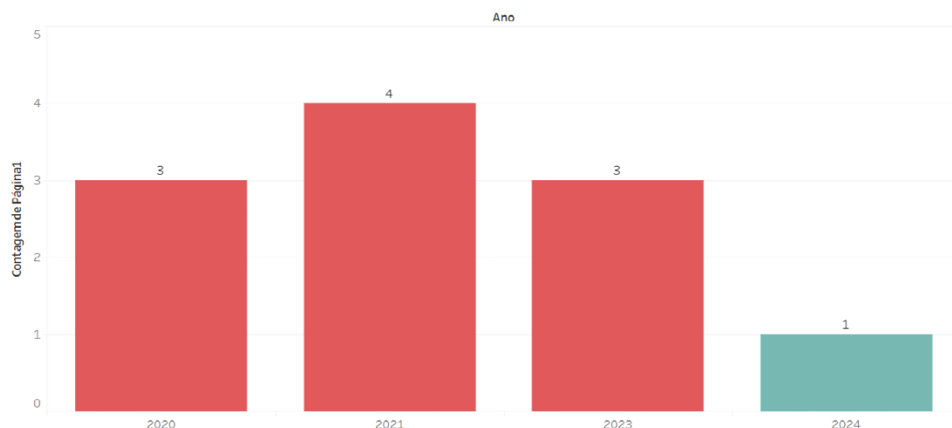
Distribuição da Pesquisa Aplicada em Jornalismo por Região (%)



Fonte: OPAJor 2025

Partindo para a filtragem que envolve o *corpus* desta pesquisa, identificou-se 11 trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* com metodologia experimental: 10 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado. Dentro desse *corpus*, o ano de 2021 destacou-se como o de maior incidência, não havendo registros desse tipo de pesquisa em 2022, como mostra a figura 2:

Gráfico 2: Distribuição de dissertações e teses em pesquisa aplicada por ano



Fonte: OPAJor 2025

Analisando esses tipos de pesquisa por estado, Pernambuco lidera com 6 trabalhos, sendo 5 dissertações e 1 tese. As pesquisas de dissertações fazem parte do mestrado profissional em Indústrias Criativas, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), enquanto que a tese de doutorado é pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A alta nos trabalhos em pesquisa aplicada nessa região pode ser explicada pelas propostas de ensino no programa da UNICAP, que tem como principal objetivo trazer pesquisas voltadas para o mercado. Nessa busca constatou-se também 3 trabalhos da Paraíba, tendo 2 deles defendidos no mestrado profissional em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba(UFPB) nesse período. O Maranhão com uma dissertação no mestrado profissional da Universidade Federal do Maranhão se igualou ao estado de Sergipe que teve uma dissertação com a metodologia experimental defendida em 2023 no programa de mestrado em Comunicação na Universidade de Sergipe(UFS).

A pesquisa aplicada e seus pesquisadores

As entrevistas com os pesquisadores geraram debates à respeito da pesquisa aplicada no jornalismo e como se deu o desenvolvimento de seus trabalhos. Cada entrevista trouxe contribuições acerca de como é conduzido esse tipo de estudo e quais principais desafios e dificuldades, tendo como foco principal entender sua relevância no jornalismo e se de fato houve a inserção da pesquisa no mercado.

Ao serem questionados sobre essa temática, foi possível observar através das respostas uma visão diversificada acerca da pesquisa aplicada no jornalismo, assim como também pôde-se entender os caminhos e áreas que esses estudos têm percorrido academicamente falando ou nas atividades jornalísticas profissionais.

Por questões éticas, cada entrevistado será citado de forma numérica. São eles: Entrevistado 1 e Entrevistado 2, ambos do programa de Indústria Criativa, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); Entrevistado 3, do programa de pós-graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Entrevistado 4, da Universidade Federal do Sergipe (UFS); Entrevistado 5 e Entrevistado 6, com seus trabalhos defendidos no programa profissional em Jornalismo da Universidade Federal de João Pessoa (UFJP).

A escolha pela pesquisa aplicada

A escolha pelo tipo de pesquisa a ser realizada em um mestrado ou doutorado é um dos momentos mais cruciais e estratégicos da formação acadêmica. Essa decisão impacta diretamente no desenvolvimento e na contribuição científica que o pesquisador fará ao seu campo de estudo. A escolha pela pesquisa aplicada no campo jornalístico dentro desse contexto, implica em diversos fatores que partem do objetivo que o pesquisador atribuiu

à sua pesquisa. Nesse sentido, sua natureza está diretamente vinculada às demandas sociais, tecnológicas e mercadológicas que atravessam o jornalismo contemporâneo, exigindo articulação entre fundamentação teórica sólida e aplicabilidade prática. Assim, mais do que produzir conhecimento sobre o jornalismo, a pesquisa aplicada propõe-se a produzir conhecimento para o jornalismo, contribuindo para a inovação de processos, linguagens e modelos narrativos.

A respeito desse dilema, as entrevistas realizadas mostraram que um dos motivos da escolha para desenvolver uma pesquisa aplicada partiu de um desejo pela parte dos pesquisadores de ter uma formação que atuasse mais próximo do mercado. A exemplo disso, temos a entrevistada 1, cujo pesquisa intitulada “Aplicativo de notícias ao pé do ouvido: inclusão digital e garantia de autonomia nas apropriações de notícias online por pessoas com deficiência visual” foi defendida no ano de 2021.

Ainda na graduação eu já tinha o desejo de fazer um mestrado, porém não via interesse em partir para a área academicista, pois estava inserida no mercado e queria algo mais prático. Mas, conversando com uma professora, ela me abriu os olhos sobre elaborar algo voltado para o mercado, então foi aí que eu decidi entrar nesse programa de mestrado. (Entrevistada 1, 2024)

A entrevistada 2, que atuou na TV Tupi de Pernambuco durante 6 anos e teve em seu estudo de mestrado a dissertação “Produção do telejornalismo em tempos de mídias digitais: fluxograma de aproveitamento de conteúdo criado para a TV Clube/ Record TV”, já praticava soluções para melhoria das atividades jornalísticas dentro da emissora. Ela compartilha também do

mesmo critério para escolha de fazer uma pesquisa aplicada que poderia agregar em seu espaço de trabalho.

Fazer pesquisa aplicada, partiu da abertura de mente de meu orientador que me falou da possibilidade de fazer pesquisa aplicada e eu fiquei encantada, porque eu tinha vontade de fazer um mestrado, mas ficava na dúvida porque eu sempre fui voltada para o mercado e quando fui convidada para o mestrado, que é um mestrado profissional, tinha mais esse viés, então minha pesquisa não seria diferente, pois meu curso todo foi voltado para isso, para criar soluções para o mercado. (Entrevistada 2, 2024)

Ambas jornalistas fizeram parte do mestrado profissional em Indústrias Criativas, da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) que, de acordo com os dados quantitativos levantados nesse trabalho, foi a instituição que mais apresentou dissertações e teses em pesquisa aplicada no Nordeste. Esses dados, aliados às entrevistas realizadas, permite inferir que os profissionais da área de jornalismo que pretendem fazer pesquisa aplicada nessa região tendem a buscar esse programa de mestrado por apresentar um viés voltado para o mercado. Isso fica claro em uma das falas da entrevistada 1 (2024): “a Universidade Católica tem a fama de formar o jornalista para o mercado de trabalho, o que leva os profissionais à correrem atrás dessa produção de mercado em si”.

Outros critérios, como a necessidade de se entender de que forma a pesquisa aplicada poderia melhorar as práticas jornalísticas, estiveram presentes nas falas dos pesquisadores. O entrevistado 4, autor da dissertação “A população em situação de rua na agência de notícias – prefeitura de Aracajú e o impacto nos sites G1 Sergipe e

infonet”, analisou as matérias envolvendo pessoas em situação de rua.

Eu sempre acreditei no Jornalismo como uma ferramenta de inclusão social e no meu dia-a-dia como repórter eu percebia que a população de rua nunca tinha oportunidade de falar e, quando falava, era uma fala terceirizada ou passada para os órgãos oficiais. E nos raros casos que eram ouvidos, era para cancelar algum benefício que o governo fez e queria usar a fala deles para se autopromover, mas nunca era visto como protagonista. Então eu queria entender porque isso acontecia e a vontade de tentar entender isso fez com que eu buscasse a pesquisa com uma metodologia voltada mais para aplicação no mercado. E, a partir disso, discutir os resultados não só com a academia, mas com colegas profissionais para encontrar uma forma de melhorar a cobertura com mais inclusão social. Estudando isso, eu acreditava que poderia levar para o mercado e trazer uma melhoria, através de um jornalismo mais humanizado (Entrevistado 4, 2024)

Dar continuidade ao projeto também foi um dos critérios usados para escolher a pesquisa aplicada. O entrevistado 3 autor da tese “A reportagem especial transmídia: uma proposta de roteirização”, iniciou suas pesquisas ainda na graduação, com foco em transmídia, que também foi tema de sua dissertação de

mestrado. A respeito de incluir a pesquisa aplicada em sua tese de doutorado, ele pontua o seguinte:

No mestrado já tínhamos pensado em fazer um capítulo que pudesse não apenas ser analítico, mas também como fazer na prática. Porém, como o mestrado é pouco tempo, não teria como fazer isso e, de fato, colocamos isso como proposta de doutorado e foi aí que entrou a metodologia da pesquisa aplicada que veio para complementar a pesquisa que fiz na graduação e mestrado, levando agora para um viés de experimentação. (Entrevistado 3, 2024)

Em se tratando dos livros-reportagens classificados como pesquisa aplicada de acordo com o OPAJor(2024), os pesquisadores entrevistados quando questionados sobre a escolha desse produto para o mercado jornalístico, compactuaram com a mesma linha de pensamento, que era dar visibilidade à alguma área que necessitava ser retratada com mais profundidade. Como ressalta a entrevistada 5:

O jornalismo, hoje em dia, está tão imediato, ele está tão instantâneo, está tão curto. Então, um livro-reportagem dá a chance de um jornalista poder elaborar mais o texto, fazer um texto melhor elaborado, mesclando a literatura e o jornalismo, e isso faz com que se aproxime mais das pessoas, do público, mais do que se igualando a qualquer pessoa

que posta alguma coisa na internet.
(Entrevistado 5, 2024)

Partindo dessa visão trazida pelos entrevistados, é possível concluir que a escolha pela pesquisa aplicada no campo jornalístico não se configura apenas como uma decisão metodológica, mas como um posicionamento epistemológico e profissional diante do próprio papel do pesquisador. Observa-se que há uma convergência entre três dimensões centrais: a trajetória prévia no mercado, o desejo de produzir impacto concreto na prática jornalística e a mediação institucional exercida por programas de pós-graduação com viés profissional.

Outro aspecto que pode ser inferido é que a pesquisa aplicada aparece como estratégia de conciliação entre dois campos historicamente tensionados: academia e mercado. Ao optarem por esse modelo, os pesquisadores não rejeitam a fundamentação teórica, mas buscam articulá-la à experimentação e à proposição de soluções concretas. Isso indica que a pesquisa aplicada, nesse contexto, funciona como um espaço híbrido de produção de conhecimento, no qual teoria e prática deixam de ocupar polos opostos e passam a operar de forma complementar.

Objetivos e problemáticas

Partindo do tema de mídias digitais, a acessibilidade nas matérias jornalística foi um dos assuntos debatidos nas pesquisas analisadas. A entrevistada 1, que criou um aplicativo de notícias no intuito de garantir autonomia aos deficientes visuais, explica o objetivo que desencadeou seu estudo:

O objetivo principal da minha pesquisa foi garantir que a informação jornalística chegue com qualidade nas pessoas com deficiência visual. Então eu optei por

solucionar o problema de acesso à notícias, onde inicialmente analisei os principais portais de Pernambuco para entender a acessibilidade desses portais. Posteriormente a isso decidi criar um aplicativo agregador de notícias para que os deficientes pudessem se informar sem que houvessem barreiras. (Entrevistada 1, 2024)

Além do objetivo, a problemática de pesquisa em um estudo aplicado enfrenta o desafio inicial de identificar um problema prático que precisa de uma solução. Esse problema pode surgir de várias fontes, como foi observado pela entrevistada 1 em seu ambiente de trabalho:

Eu trabalhava na assessoria de imprensa de um órgão do estado de Pernambuco, que é um secretaria que tem o apoio a pessoas com deficiência como atuação. Um dia um dos gerentes dessa empresa que apresenta uma deficiência visual me questionou sobre a falta de acessibilidade no site dessa secretaria, o que tornava muito contraditório termos uma secretaria que atua para essa causa e não garantir informação para todos que é de interesse público. Esse mesmo gerente me mostrou uma configuração de leitor de tela para acessibilidade presentes nos dispositivos móveis, porém ele explicou que os portais de notícias apresentavam muitas imagens que não conseguiam dizer o que é, tornando inacessível para os portadores de deficiência

visual. A partir disso, acendeu uma luz em minha cabeça e fiquei me questionando como as pessoas com deficiência visual tinham acesso aos conteúdos de notícias. (Entrevistada 1, 2024)

Observar como a imprensa produzia as matérias com foco nos moradores de rua e como essas matérias repercutiam nos meios comerciais também fez parte dos objetivos citados pelos pesquisadores. O entrevistado 4 relata que a partir dessa observação pôde pensar em gerar estratégias para melhorar a divulgação desses tipos de notícias, focando no cidadão em situação de rua e dando voz a ele. Segundo o pesquisador, a problemática que desencadeou esse objeto de estudo surgiu da necessidade de se fazer um jornalismo mais humanizado.

Os meios de comunicação não fazem um jornalismo tão humanizado como deveria, colocando o entrevistado como protagonista, para que ele pudesse falar seus problemas e, nos casos dos moradores de rua, não serem julgados pelo estereótipos. O problema era justamente entender como essa cobertura era feita e porquê tem tanto silenciamento, já que eu percebia que esse grupo da população não tinha tanto espaço. Havia uma pseudo escuta e silenciamento. (Entrevistado 4, 2024)

Trazendo a pesquisa aplicada para o tema de inovação, o entrevistado 3, cujo projeto de doutorado buscou desenvolver aspectos de transmídia através de análise de reportagem da Folha de S. Paulo, explica sua problemática de pesquisa:

A problemática parte principalmente dos jornalista não terem digamos que um guia para o desdobramento de tema para fazer uma reportagem transmídia. Não tinham um método determinado para fazer reportagens especiais em transmídias e queríamos comprovar isso. A gente queria propor um método para roteirizar, não no sentido restrito da palavra, mas no sentido de planejamento e como eu vou apurar, pois como se trata de levar para diversas mídias, precisa de um certo planejamento e um horizonte, pois sem ter isso você vai se perder no meio do caminho. (Entrevistado 3, 2024)

Ainda sobre jornalismo digital, a entrevistada 2 explica que seu objetivo de estudo surgiu bem antes de iniciar o mestrando, quando, na sua rotina de atividade em TV, criou um método de checagem para levar as informações vindas do público de uma forma ágil e com credibilidade. Em suas palavras, sua pesquisa “foi um projeto que não saiu da academia e foi para o mercado, mas saiu do mercado, foi melhorado pra academia e voltou para o mercado.” A incorporação da sua pesquisa no trabalho jornalístico se deu por meio da proposta de implantação de um método que otimizava as informações vindas das ruas pela população durante a apresentação do programa.

A problemática seria dar uma ferramenta para emissoras de pequeno porte poderem seguir pulando etapas, que não tivessem que passar por todo processo para criarem suas

próprias ferramentas. E obvio que o objetivo era evitar fake news, notícias falsas. A ferramenta me ajudou a ser mais ágil. (Entrevistado2, 2024)

Segundo a análise dos temas abordados nas pesquisas presentes nesse estudo, o jornalismo regional esteve presente em dois dos trabalhos, onde ambos foram desenvolvidos em formato de livro-reportagem que, de acordo com as entrevistas, tinham o objetivo de abordar alguma área referente ao jornalismo e sua região. A entrevistada 5, cujo produto resultou em um livro-reportagem que tem como título “Paraíba no Prato, Orgulho no Peito: a gastronomia armorial paraibana e a trajetória do chef Onildo Rocha”, exemplifica bem isso em sua pesquisa:

Eu sempre quis fazer um livro-reportagem. E o meu interesse era unir a área da gastronomia com o jornalismo e fazer um produto que pudesse ser acessível para que as pessoas conhecessem. Além disso, eu tinha a pretensão de tornar mais conhecido um grande chefe de cozinha chamado Onildo Rocha aqui de Paraíba que é muito bom, muito reconhecido nacionalmente, mas que ainda tem muita gente que não sabe quem ele é e o que ele faz. Então a minha intenção foi que ele se tornasse conhecido, mais conhecido aqui, localmente. (Entrevistada 5, 2024)

No que se refere à problemática no campo do jornalismo que buscou enfrentar em sua pesquisa, ela explica que :

O problema a ser solucionado no meu projeto foi fazer as pessoas entenderem mais sobre jornalismo gastronômico, já que em termo de pesquisa é um pouco escasso e no mercado não se vê reportagens aprofundadas sobre esse tema. E meu objetivo era fazer isso através do livro-reportagem. Sabemos que a gastronomia sempre esteve presente nos meios de comunicação, desde a televisão. No meu caso, eu queria mostrar a culinária mais local através da cultura gastronômica dessa região, pois a gastronomia faz parte da cultura. (Entrevistada 5, 2024)

O jornalismo regional também esteve presente também no livro-reportagem “Bom Dia Paraíba, a história de um telejornal que já nasceu político”, do entrevistado 6, cujo objetivo era resgatar a história da cobertura política do telejornal. Segundo ele, a pesquisa buscou “compreender a evolução da cobertura ao longo de 30 anos, com as transformações provocadas pelo tempo e novas tecnologias” (Entrevistado 6, 2024).

A partir do conjunto das pesquisas analisadas neste tópico, é possível observar que a problemática na pesquisa aplicada em Jornalismo nasce, majoritariamente, da prática profissional e da experiência concreta dos pesquisadores em seus ambientes de trabalho. Diferentemente de investigações cuja questão emerge prioritariamente de lacunas teóricas, os estudos aqui apresentados partem de tensões vivenciadas no cotidiano das redações, emissoras ou do contato direto com sujeitos sociais invisibilizados. Assim, pode-se concluir que as problemáticas tratadas neste tópico convergem para três eixos principais: (1) inclusão e democratização do acesso à informação; (2) inovação metodológica e organizacional

nas práticas jornalísticas; e (3) valorização de narrativas e contextos regionais, conforme mostra o quadro 1:

Quadro 1: Eixos centrais das problemáticas na pesquisa aplicada em Jornalismo

Eixo	Descrição	Implicação para pesquisa aplicada
1. Inclusão e democratização do acesso à informação	Iniciativas voltadas à acessibilidade, ampliação de vozes historicamente silenciadas e fortalecimento da dimensão social do jornalismo.	Proposição de soluções concretas que ampliem o acesso à informação e promovam maior equidade comunicacional.
2. Inovação metodológica e organizacional nas práticas jornalísticas	Desenvolvimento de métodos, ferramentas, fluxos produtivos e estratégias transmídia que qualifiquem o fazer jornalístico.	Sistematização de práticas e criação de modelos replicáveis que dialogam diretamente com o mercado profissional.
3. Valorização de narrativas e contextos regionais	Fortalecimento do jornalismo regional, da memória midiática e de produções culturais locais por meio de formatos aprofundados, como o livro-reportagem.	Reafirmação do espaço regional como campo legítimo de inovação, produção de conhecimento e intervenção social.

Fonte: Elaboração própria (2026)

Aplicação no mercado jornalístico

A pesquisa aplicada desempenha um papel fundamental no mercado jornalístico que através de métodos científicos, permite aos jornalistas e empresas de mídia um entendimento melhor dos fenômenos sociais, culturais, econômicos e políticos, orientando a produção de notícias, reportagens e análises.

Levando em consideração o distanciamento histórico entre universidade e mercado, torna-se necessário promover uma maior articulação entre esses dois campos, de modo que o conhecimento produzido no âmbito acadêmico possa efetivamente dialogar com a prática profissional. Para que os saberes desenvolvidos na academia alcancem o jornalista atuante no mercado, é fundamental romper as barreiras institucionais, culturais e epistemológicas que ainda separam esses setores, como enfatizou a Entrevistada 1:

No meu processo de pesquisa entendi que na maioria das vezes quando estamos fazendo um projeto de mestrado ou doutorado, recorremos muito aos livros, artigos, bibliografias e não nos atentamos ao que diz o mercado. Muitas vezes estamos imersos no estudo e não perguntamos ao profissional que está atuante no mercado e acabamos não indo além da academia. Eu quis aproximar o ensino com o mercado rompendo essa barreira e me aproximando do profissional, para entender o que ele pensava a respeito do meu tema e como eles atuavam nesse segmento. Isso fez com que eles também se questionassem a respeito do que estavam fazendo para dar acessibilidade

de notícia aos portadores dessa deficiência.(
Entrevistada 1, 2024)

Um dos questionamentos principais desse trabalho gira em torno de descobrir a que passo anda os projetos de pesquisa aplicada após o término do mestrado ou doutorado.

O aplicativo gerado pela minha pesquisa recebeu o nome de Lume e eu precisei tirar ele do ar pois no momento não temos mais recurso para mantê-lo e é aí que está uma outra dificuldade da pesquisa aplicada. O Google fomentou a gente por apenas 1 ano e durante esse tempo conseguimos manter os portais e aplicativo. Sendo assim, o aplicativo ficou no ar por apenas um ano, depois tentamos manter por conta própria, mas isso não durou muito tempo. Atualmente conseguimos a aprovação de um outro recurso, dessa vez pela FACEPE e iremos retomar a Lume, dessa vez buscando também acessibilidade para os deficientes auditivos. (Entrevistada 1, 2024)

A falta de recursos, que será detalhada mais adiante, foi um dos pontos decisivos sobre como se deu o andamento de cada projeto sua continuidade. Outros pesquisadores, como o entrevistado 4, que buscou trazer visibilidade às pessoas em situação de rua por meio de seu estudo, tem buscado essa efetivação os seus resultados no mercado jornalísticos.

As lacunas da minha pesquisa começaram a ser preenchidas. essa lacuna de tentar trazer

essa aproximação, de fazer universidade e mercado de trabalho pensar um pouco mais sobre o que é produzido, sobre aquele produto. Então, esse foi o objetivo principal. E eu acho que eu comecei metade, pelo menos. Eu vi muitas matérias que tinham, teoricamente, problemas não técnicos, mas problemas de respeito mesmo ao cidadão. Uma escuta mais qualificada, que acaba impactando na qualidade que você entrega. Então, eu acho que nesse ponto, a dissertação conseguiu chegar a essa intervenção de que é preciso dar uma parada, dar uma analisada, refletir mais antes de escrever, antes de colocar a notícia no ar. Eu acho que nesses três pontos a dissertação, pelo menos, conseguiu trazer de contribuição essa reflexão, de repensar a forma, refletir sobre como um produto ele chega, a essência do jornalismo, que eu acho que é fundamental, desde a faculdade até a academia.(Entrevistado 4, 2024)

Ele relatou que planeja dar continuidade à pesquisa em um programa de doutorado, que por apresentar uma maior duração, pode trazer resultados mais concretos que se adequem ao mercado jornalístico.

Sobre a continuidade da pesquisa, no momento tenho uma plataforma digital que trata do tema, e uma série no YouTube, onde busco dar protagonismo a essas pessoa... Eu tenho pretensão de trazer mais aplicação a

ela no mercado dentro do doutorado e assim dar continuidade, ouvindo a população, a imprensa e fazer o produto que seria o guia. (Entrevistado 4, 2024)

Por outro lado, o projeto de roteirização de transmídia pensou em trazer essa aproximação com o mercado através da formação de estudantes de jornalismo, que utiliza métodos nas quais podem também ser aplicados nas redações. A respeito disso, o entrevistado 3 explica:

Do ponto de vista como a gente pensou, queríamos aproximar do mercado a partir da formação dos estudantes, no contexto que a gente estava de testar somente, de fazer a aplicação do método com estudantes. Então a contribuição da pesquisa foi essa, o método dele foi pensado pra o ensino, mas ele pode ser aplicado nas redações. Na verdade estou tentando fazer um experimento agora no serviço onde estou trabalhando, que é um jornal impresso. Acredito que não existe essa cultura nas redações. Acho que a contribuição para uma empresa que se deseja investir em jornalismo de qualidade é utilizar diversas plataformas para discutir um assunto em pauta e se aprofundar. Enquanto o método, a medida que os profissionais conseguem pegar a lógica, acaba se tornando algo rotineiro e redefinido pelo profissional. (Entrevistado 3)

Dessa forma, ele explica que algumas limitações como a falta de recursos e a pandemia fizeram com que o projeto não se efetivasse no mercado como planejado. Atualmente, o pesquisador tem planejado inserir os resultados de sua pesquisa dentro de seu ambiente de trabalho, no intuito de mostrar que é possível criar um método de fazer uma reportagem transmídia de modo que venha a ser eficaz e alcançar um maior público.

No momento estamos pensando em aplicar a pesquisa em algum veículo público de comunicação e dentro das limitações estou tentando introduzir a temática onde estou trabalhando e mostrar que é possível (transmídia) pois os veículos da minha empresa não se conversam com os conteúdos. (Entrevistado 3)

A pesquisa aplicada na TV apresentada nesse trabalho, de acordo com a fala da entrevistada 2, teve como proposta trazer soluções que já haviam sido experimentadas em seu ambiente de trabalho e buscou a academia para que o método pudesse ser aperfeiçoado. Segundo ela, os resultados encontram-se ainda em prática e serviram de estudo ensino nas universidades:

Gerou resultados e hoje ainda continua sendo praticado na TV Clube, na emissora de Santa Catarina e em algumas universidades como modelo de estudo para estudantes na disciplina de TV e mídias digitais. Mas é mais utilizada a título de pesquisa e estudo, não é uma ferramenta que foi vendida como produto. É mais na contribuição acadêmica mesmo, até porque ele é uma ferramenta

fácil de ser replicada, então não fazia sentido vender um produto que qualquer pessoa olhando meu projeto podia replicar. (Entrevistada 2)

Os livros-reportagens, por sua vez, não se inseriram no mercado devido às dificuldades enfrentadas durante a sua pesquisa e produção. O entrevistado 6 explicou que após o fim do programa de mestrado não buscou uma forma de publicá-lo. O mesmo ocorreu com a entrevistada 5:

Não conseguimos publicar por falta de recursos, mas disponibilizamos na versão digital para jornalistas e para o público em geral. No final acabei tendo meu objetivo alcançado que era divulgar essa área do jornalismo ainda pouco explorada e divulgar também a cultura regional. No momento não houve continuidade. Já pensei em ir em busca de recurso para publicar o livro físico, mas acabei não indo atrás. (Entrevistada 5)

Dessa forma, pode-se ver que apesar da relevância e importância dos projetos no meio jornalísticos, os resultados obtidos não estão atuantes no mercado como se propõe a pesquisa aplicada. A explicação para isso pode estar nas dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores do desenvolvimento da pesquisa, detalhados por eles a seguir.

Os desafios segundo os pesquisadores

A pesquisa aplicada no jornalismo apresenta diversos desafios específicos, tanto na sua execução quanto na implementação, sendo necessário encontrar um equilíbrio entre a

teoria e a prática. Ao abordar esse tema na entrevista, tem-se uma compreensão melhor dos desafios particulares.

Dentre as principais dificuldades, estão a durabilidade do programa de pesquisa e falta de recurso.

Um dos grandes desafios em se fazer pesquisa aplicada está no tempo de duração do mestrado, pois além de pesquisar muito tem que ter contato com o público e mercado, o que exige mais tempo. A segunda dificuldade está nos recursos oferecidos pela instituição, pois dependendo do que você propõe, a universidade não vai ter estrutura para proporcionar além de um protótipo. A Católica não teve como me proporcionar uma equipe de desenvolvimento para eu constuir de fato um aplicativo. Eu consegui fazer minha pesquisa porque tive o financiamento do Google e com isso paguei os desenvolvedores. Então dependendo da instituição que você está fazendo a pesquisa, não irá conseguir sair de lá com um produto concreto. (Entrevistada 1, 2024)

Segundo os pesquisadores, os programas de pós-graduação que não apresentam proposta profissional tendem a ter mais dificuldade com o que se propõe a pesquisa aplicada.

A primeira dificuldade foi a universidade entender qual era a proposta da minha pesquisa, que era justamente trazer um problema do mercado para a academia

resolver. Esse foi o principal problema que eu tive, de não conseguir fazer essa ponte do mercado com a universidade. O segundo problema foi a pouca experiência em pesquisa; eu não sabia mesmo pesquisar. (Entrevistada 4, 2024)

Outro fator relevante citado nas entrevistas estava na falta de compreensão teórica à respeito do que era uma pesquisa aplicada e como conduzir esse tipo de metodologia no jornalismo. Essa dificuldade, aliada à pandemia da Covid-19 que coincidiu no tempo em que estava concluindo o doutorado, foram os principais desafios enfrentados pelo entrevistado 3:

O primeiro desafio foi entender o que é pesquisa aplicada. No projeto de tese não estava posto que seria uma pesquisa aplicada. Foi no decorrer do processo que vimos que precisava ter essa metodologia. Outro desafio específico foi a pandemia e, na etapa de testagem do método, nós pressupomos que os estudantes já tinham um certo conhecimento dessa divisão temática. Então levamos o método e explicamos que precisava ter uma noção anterior de como se organiza um mapa e fomos também atrás de elementos para pensar no processo ensino aprendizagem.

Esse desafio também foi sentido na pesquisa do entrevistado 6 durante a elaboração do seu livro-reportagem.

Era um período de pandemia de Covid-19 e pelo menos duas vezes precisei parar a pesquisa. Os entrevistados eram pessoas idosas. Com alguns tive contato por telefone e eles faleceram pouco depois, sendo um deles por Covid-19. Então, a principal dificuldade foi em razão da eclosão dessa pandemia, pouco após de iniciada minha pesquisa. (Entrevistado 6, 2024)

Para a entrevistada 6, que também produziu um livro-reportagem, os desafios encontrados se resumiram mais ao processo pré-produção, sobretudo, a realização das entrevistas, que dependiam do agendamento e disponibilidade das fontes de informação.

Por outro lado, a entrevistada 2 detalha que em alguns casos como o dela, a dificuldade não está em executar a parte prática da pesquisa e sim na ausência de referências sobre o tipo de produto que ela se propôs a desenvolver.

Eu achava que iria enfrentar mais, mas como a pesquisa foi baseada em algo que eu criei, implantei e executava, o desafio foi buscar referências daquilo que eu fazia e não encontrei naquela época referências de ferramentas semelhantes, então não tinha nada sobre isso. Eu não encontrei referências sobre as ferramentas e sim sobre a importância delas. Esse foi um dos desafios, mas fiquei feliz em saber que aquilo que eu fazia no improviso se tornou uma ferramenta importante para pequenas emissoras.

Em suma, pode-se ver que os desafios enfrentados para realizar uma pesquisa aplicada variam conforme a escolha dos procedimentos adotados, os recursos utilizados e até mesmo o quanto o pesquisador tem afinidade com o tema, podendo interferir no resultado final do projeto.

A importância dos recursos

A importância dos recursos financeiros na realização de uma pesquisa acadêmica é fundamental para garantir a qualidade, a profundidade e a credibilidade do trabalho desenvolvido. Segundo dados do Instituto de Estatística da Unesco, o Brasil investe cerca de 1,3% do PIB em ciência e tecnologia, um nível semelhante ao de Portugal, bem abaixo da Coreia do Sul, com cerca de 5%, mas bem acima de outros países latino-americanos como México e Chile.

Na pesquisa aplicada, a obtenção de recursos financeiros permite que o pesquisador planeje de maneira mais robusta e eficiente as atividades do projeto, estabelecendo os recursos necessários para alcançar os objetivos propostos.

A entrevistada 1 cita a importância desses recursos em sua pesquisa que, segundo ela, só foi possível ser finalizada após o mestrado, quando recebeu um fomento para dar continuidade ao que havia iniciado na pós-graduação:

Acredito que se não recebemos recursos e nenhum tipo de apoio ou fomento, é muito difícil a gente conseguir concretizar uma pesquisa aplicada. Então, para nós pesquisadores dessa área, as BigTechs são de extrema importância, como o Google, como a Meta, ou até então o Twitter. As BigTechs estão olhando para as academias querendo

ver produtos saindo de lá, investindo dinheiro.

As chamadas “big techs”, citadas pela pesquisadora, são grandes organizações de empresas de tecnologia que atuam na maior parte do globo. É o caso de empresas como o Google e a Microsoft, por exemplo, que trouxeram grandes mudanças na forma de pesquisar e produzir.

Eu ganhei um recurso do Google para colocar meu projeto em prática. Eu criei o aplicativo e o Google fomentou. Eles investiram R\$ 700 mil em meu projeto, que proporcionou que eu montasse uma equipe. O produto vem muito do que a gente estuda e pesquisa nas universidades. Isso faz com que eu tenha uma certa esperança que isso que cada vez mais as BigTechs vão ter consciência da importância dessas pesquisas e investir cada vez mais, principalmente nas universidades particulares. Quando eu terminei o mestrado e consegui esse recurso do Google foi aí que apliquei ainda mais. (Entrevistada 1, 2024)

Quando se trata de livros-reportagens na pesquisa aplicada, o recurso também é um fator decisivo para que a pesquisa possa ser concluída e inserida no mercado. O entrevistado 4 relatou como isso interferiu na pesquisa de seus colegas de mestrado:

É sempre bom e importante ter recurso quando se faz algum produto. Vi de perto exemplos de colegas de pesquisa na época

do mestrado que tinham muita dificuldade de concluir suas pesquisas por não terem um incentivo financeiro. Aqui no Brasil é muito escasso e isso é lamentável. No meu caso, o recurso financeiro foi fundamental para viabilizar as viagens realizadas com o objetivo de entrevistar pessoas que não aceitavam conceder entrevistas via Meet; no entanto, essas despesas foram custeadas com recursos próprios.

O contexto político em que o país se encontra também se torna decisivo para que os programas de pós-graduação recebam os recursos necessários para o desenvolvimento de seus projetos. Além de fomento, inclui-se também bolsas de estudos que contribuem para que o pesquisador consiga se manter até finalizar o tempo de curso.

Não recebi recurso para o projeto, inclusive, só nos últimos dois anos foi que consegui uma bolsa, então precisei conciliar a pesquisa com o trabalho. E também tem o fato de que inicialmente não tínhamos pensado em ser uma pesquisa aplicada e tem a questão do contexto em que se encontrava as universidades pública naquela época no governo Bolsonaro que houve corte de bolsas e as áreas de humanas acabam sendo bem mais prejudicadas. Mas, de fato, se tivéssemos tido recurso, teríamos feito um projeto interdisciplinar, pois vemos a vocação disso (pesquisa aplicada) para interdisciplinaridade, não “pega” apenas

jornalismo. E não conseguimos isso, então tivemos que usar o mínimo de pesquisa aplicada para tentar dar conta de alguma coisa. (Entrevistado 3, 2024)

Considerações finais

No recorte analisado foram identificados 11 trabalhos com metodologia experimental, dos quais 10 correspondem a dissertações, evidenciando o protagonismo do mestrado na produção desse tipo de pesquisa. A etapa de entrevistas com os pesquisadores apresentou limitações, sobretudo em razão da dificuldade de contato e adesão, resultando na participação de seis autores, o que configurou um dos principais desafios metodológicos do estudo.

As entrevistas permitiram compreender as motivações dos pesquisadores, que majoritariamente optaram pela pesquisa aplicada por já atuarem no mercado jornalístico e buscarem investigações com potencial de aplicação prática a partir da sua própria experiência. Os resultados também demonstram que a pesquisa aplicada possui possibilidade de inserção em diferentes áreas do jornalismo, com potencial inovador e mercadológico. No entanto, evidenciou-se uma dificuldade recorrente na articulação entre academia e mercado.

A análise das entrevistas revela que a inserção dos projetos de pesquisa aplicada no mercado jornalístico ocorre de forma desigual. Entre os casos investigados, apenas parte das iniciativas conseguiu manter atuação efetiva após a conclusão do mestrado.

O projeto desenvolvido pela Entrevistada 2 apresenta a inserção mais consolidada, permanecendo em prática na TV Clube e sendo utilizado como modelo de estudo em universidades. Já o Entrevistado 4 mantém uma plataforma digital e uma série no YouTube em funcionamento, o que indica atuação prática, ainda que em processo de expansão.

Por outro lado, o aplicativo Lume, da Entrevistada 1, encontra-se temporariamente desativado por falta de recursos, embora haja previsão de retomada com novo financiamento. O método de transmídia do Entrevistado 3 está em fase de tentativa de implementação no ambiente profissional, mas ainda não consolidado. Quanto aos livros-reportagens dos Entrevistados 5 e 6, os mesmos não foram inseridos no mercado editorial. Assim, pode-se ver que, apesar da vocação interventiva da pesquisa aplicada, sua permanência no mercado depende sobretudo de financiamento e de maior articulação entre universidade e campo profissional.

Entre as principais dificuldades apontadas pelos entrevistados destaca-se a falta de financiamento e a insuficiente compreensão sobre os fundamentos e a operacionalização da pesquisa aplicada. Esses achados reforçam a necessidade de maior inserção desse tipo de abordagem ainda na graduação em jornalismo, como forma de qualificar a formação profissional. Outro aspecto relevante refere-se à influência dos orientadores no direcionamento das pesquisas. Parte significativa dos pesquisadores relatou que inicialmente não visualizava a possibilidade de desenvolver uma pesquisa aplicada, sendo essa perspectiva incentivada ou construída a partir da orientação acadêmica. Nesse sentido, os programas de pós-graduação assumem papel central no avanço e na consolidação da pesquisa aplicada no Brasil, tanto pela mediação dos orientadores quanto pela definição de suas diretrizes formativas.

Embora os pesquisadores reconheçam a relevância de seus trabalhos para a academia e para o campo jornalístico, os resultados indicam que a hipótese inicial, de que essas pesquisas reduziriam o distanciamento entre ensino e mercado, não pôde ser confirmada, devido a ausência de aplicação efetiva dos resultados, o que evidencia que os desafios da pesquisa aplicada em jornalismo não são apenas quantitativos, mas sobretudo qualitativos, relacionados à sua efetiva incorporação pelo mercado.

Por fim, o estudo aponta a importância de ampliar o recorte empírico e aprofundar o diálogo com outros pesquisadores, de modo a compreender com maior profundidade como a pesquisa aplicada em jornalismo tem sido desenvolvida e incorporada, tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional.

Referências

Carvalho, G., Ribeiro, A. T., & Ferro, J. (2025). Panorama da pesquisa aplicada em jornalismo no Brasil (2011–2022). **Revista Observatório**, 11(1), a34. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2025v11n1a34pt>.

Fernandes, F. (1972). **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. Editora Nacional.

Franciscato, C. (2007). Delimitando um modelo de pesquisa aplicada em jornalismo. In **Anais do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste** (9.). Intercom. <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2007/resumos/R0596-1.pdf>.

Guerra, J. (2016). Qualijor – sistema de gestão da produção jornalística orientado para a qualidade editorial: Pesquisa aplicada e de desenvolvimento experimental em jornalismo. **E-Compós**, 19(3). <https://doi.org/10.30962/ec.1291>.

Machado, E. (2005). A pesquisa aplicada em jornalismo como fator de desenvolvimento. In **Anais do Intercom**. Intercom.

Manzini, E. J. (2004). Entrevista semi-estruturada: Análise de objetivos e de roteiros. In **Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos** (Vol. 2, pp. 10–20). https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista-semi-estruturada.pdf.

Meditsch, E. (2004). Estudos em jornalismo. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, 27(2), 93–107.

Renó, D. (2014). Pesquisa aplicada em comunicação: Uma tendência necessária. **Comunicação & Sociedade**, 36(1), 7–30.

Rudio, F. V. (1986). **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Vozes.

Santos, M. C. (2018). Pesquisa aplicada em comunicação: O estranhamento da interdisciplinaridade que nos assombra. **Comunicação & Inovação**, 19(41), 18–33.

Severino, A. J. (2016). **Metodologia do trabalho científico** (24^a ed.). Cortez.

JORNALISMO DE DADOS COMO MÉTODO DE INTERVENÇÃO SOCIAL: uma experiência interdisciplinar na prototipagem em 3D para animais com deficiência

Mayane Batista Lima
Laís Maida Pinto Lima

Introdução

Na primeira metade do século XX, aquilo a que se chamou reportagem de dados foi simultaneamente atravessada pela pesquisa social que buscava instaurar a eficiência das reportagens (Anderson, 2018, p. 30). Tal prática obcecada pela coleta e pela exibição de dados, era desprovida das técnicas analíticas que posteriormente foi ampliada pelas ciências sociais, uma mudança que veio no início da segunda metade do mesmo século com o jornalista Philip Meyer (1930-2023), em sua genealogia o jornalismo de dados mostra a experiência pioneira de Meyer (2002) nos tumultos de Detroit o levantamento de dados, a estatística, a computadorização e a observação participante de campo na

intercessão entre Ciências Sociais e a programação computacional (Gehrke e Mielniczuk, 2017).

Assim, o jornalismo de dados, o jornalismo computacional e suas derivações devem ser compreendidos como parte de um corolário sociotécnico, no qual a expansão da capacidade de processamento e de armazenamento de dados corroboram com a integração de outras modalidades de descrição, no mesmo bojo, o ingresso dos computadores na reportagem, que viria a ser nomeada como Reportagem Assistida por Computador (RAC), acompanha o processo de popularização das máquinas computadoras, cujo ponto de inflexão técnico foi a invenção do circuito integrado em 1958 por Robert Noyce e, em seguida, a formulação da chamada Lei de Moore em 1965 em conjunto com a miniaturização e a disseminação dos processadores contribuíram para a popularização os computadores pessoais e a comunicação em rede (Lima, 2020).

Seguindo os mesmos passos de Meyer (2002), os demais jornalistas de dados, ainda que situados em tempos, geografias e agendas distintas, compartilham em alguma medida o mesmo propósito, a observação do social e devolução à coletividade, por meio da articulação entre estatísticas, narrativas e observação participante. É precisamente nesse sentido que Constantaras (2021) situa o jornalismo de dados em contextos de precariedade estrutural, ao mostrar que, mesmo em países marcados pela pobreza, pela ausência de educação formal e pela violência, jornalistas transformam dados em instrumentos de mobilização política, de enfrentamento à propaganda e de reinvenção da autonomia coletiva. O dado, nesse contexto é matéria política que, ao ser processada e reapropriada, torna injustiças visíveis, desigualdades mensuráveis e, potencialmente, solucionáveis.

No Brasil, o jornalismo de dados encontra em iniciativas como Gênero e Número e a produção de informação concebida não apenas como relato, mas como gesto de insurgência epistemológica. A investigação de Coelho (2025) evidencia a maneira pela qual os

algoritmos, funcionam como operadores de violência semiótica, orientando fluxos discursivos que materializam, em escala massiva, o assédio e o linchamento simbólico de corpos e identidades dissidentes. De acordo com Lima (2025, p.42) essa perspectiva algorítmica se sustenta na discussão em que algoritmos de visão computacional, entre outros, são produtores de realidades sociais e há em seu texto a recusa da separação entre técnica e política, código e mundo, engenharia e etnografia, para a autora, a máquina aprende o mundo e o reconstrói, linha por linha, bit por bit, decisão por decisão. (Lima, 2025, p.42). Assim, o jornalismo de dados, ao se apropriar desses mesmos dados para expor os mecanismos de produção da violência devolve ao espaço público a possibilidade de pensar a técnica como campo de disputa cosmopolítica, onde narrativas contra-hegemônicas podem reconfigurar a cartografia do visível e reinscrever as existências ameaçadas no circuito da escuta social.

Dentre algumas das organizações também se encontra a Fiquem Sabendo, organização sem fins lucrativos especializada no acesso a informações públicas. Seu processo de atuação é uma cadeia de gestos ontológicos, localizar o problema, denunciar a opacidade, forçar a abertura, revisar e corrigir, redistribuir, movimentar o debate público e, finalmente, instituir redes que expandem a capacidade coletiva de apropriação da informação. Cada uma dessas etapas constitui uma operação que demonstra como o poder estatal busca ocultar sob a retórica da burocracia o dado bruto em matéria-prima de uma insurgência cívica. Assim, o Fiquem Sabendo inscreve-se na tradição do jornalismo de dados como prática de intervenção social, no qual a informação é o meio de representação e a condição de possibilidade para a reinvenção do espaço público.

Dito de outro modo, o jornalismo de dados pode ser compreendido como uma pauta dotada de uma temporalidade própria, distinta daquela que rege o fluxo cotidiano da notícia, pois

exige uma apuração demorada e criteriosa, dessa forma a morosidade deve-se à necessidade de articular múltiplas vertentes de dados que surgem a todo instante sob formas diversas: ora como números, ora como registros etnográficos advindos da observação participante, de áudios, vídeos, fotografias, notas, planilhas, e-mails entre outros. Nesse sentido, o apurar no jornalismo de dados não é apenas verificar fatos ou confirmar informações, mas, como descreve, Vogel (2022, p. 81) é perseguir e coletar os elementos de enredo que permitirão construir uma narrativa capaz de integrar fragmentos dispersos em um quadro inteligível. Assim, a prática jornalística que se funda no dado não se reduz à ordenação estatística, mas constitui um exercício hermenêutico em que números e narrativas se entrelaçam e cabe à pessoa jornalista o papel de ouvir, traduzir, interpretar e organizar o meio pelo qual se dará o campo de tradução.

O jornalismo de dados, tal como se consolidou nas últimas décadas, tem sido amplamente reconhecido por sua capacidade de visibilizar desigualdades sociais, denunciar opacidades institucionais e mobilizar coletividades em torno de problemáticas estruturais que afetam populações humanas marginalizadas, como evidenciam as investigações de Constantaras (2021) em contextos de colapso político-econômico, ou as experiências brasileiras conduzidas por iniciativas como a Gênero e Número (2025) e Fiquem Sabendo (2025) entre outros. No entanto, observa-se que há uma lacuna na medida em que a prática jornalística, ao articular números e narrativas, se restringe a atores sociais humanos, relegando à invisibilidade outros sujeitos que compõem a vida social. De acordo com Pinto (2021) o debate sobre direitos animais atravessa o jornalismo em sua condição de agente cultural, mediador e ordenador do tempo presente. A autora propõe uma inflexão não antropocêntrica e não especista, perguntando se e em que medida a voz de outras espécies é incorporada às práticas jornalísticas contemporâneas. Essa interrogação deixa em evidência que o

jornalismo em dar a ver e ouvir apenas os humanos, repete o gesto colonial de silenciamento ontológico das demais espécies.

Quando os dados encontram espécies companheiras

O presente artigo apresenta uma experiência interdisciplinar realizada em um curso de *Mundo Maker* e impressão 3D realizado na Universidade Estadual do Amazonas (UEA) em setembro de 2025. Todo o curso foi voltado para a experiência de criação aprendizado baseado em problema com impressão 3D e com a apresentação de um *pitch* ao final do curso. Desenvolvedores de tecnologias precisam apresentar seus produtos [...] em geral, esses *pitches* combinam uma apresentação oral com o apoio de slides (frequentemente elaborados em *PowerPoint* ou *Keynote*) [...] direcionado aos *stakeholders* (Spinuzzi et al., 2015).

De acordo com Lima (2025), eventos de tecnologia de programação ou *hackathons* são continuamente orientados para o momento do *pitch*. A autora descreve a experiência do desenvolvimento de um algoritmo e observa que todo o processo, desde a concepção da ideia, passando pelo planejamento e pela prototipação, convergem para a apresentação final, em que é necessário “vender” a solução construída, com isso o *pitch* não se limita a uma etapa de comunicação do produto, mas constitui performance de todo o percurso projetivo, condensando o pensar, o planejar, o prototipar e o apresentar diante de avaliadores e pares.

Entendidas as regras, constituímos a equipe, nomeada por intermédio de um sorteio como “equipe 4”. Após as apresentações iniciais, nomes e áreas de estudo, sentamo-nos em torno das mesas e dos computadores. Tínhamos duas horas para pensar, inventar e apresentar uma proposta. A primeira ferramenta que consideramos foi uma ferramenta que fosse capaz de otimizar processos de trabalho como uma broca, mas os demais integrantes compreenderam que o fator social é um fator que deve ser pensado quando se trata de criar algo na área da tecnologia. Se, como

demonstra Feenberg (2002, p. 23), a tecnologia é compreendida sob o signo da mera instrumentalidade, despojada de valores, então o debate em torno de seu design dissolve-se na neutralidade da eficiência, como se o artefato fosse apenas meio e nunca fim, a broca nesse contexto é intercambiável, objeto cujo destino é reiterar a economia da repetição (Feenberg, 2002, p. 23), não que o produto cogitado por um dos integrantes fosse irrelevante, pelo contrário, funcionava, mas funcionava no mesmo regime de equivalência de noventa por cento das demais equipes, que também orbitavam em torno de soluções técnicas voltadas ao âmbito doméstico.

Diante desse panorama, formou-se o consenso de que seria pertinente investir em algo atravessado pelo fator social, mas em qual direção? Nesse ponto, uma das integrantes comentou sobre um de seus familiares propondo que pensássemos a acessibilidade como campo de intervenção. A sugestão, abriu espaço para um debate sobre capacitismo e a armadilha de projetar soluções que reforçam a deficiência como falta. Decidimos então empreender sobre animais não humanos (Haraway, 2022), como cães e gatos que possuem deficiência motora no Brasil, mais especificamente em Manaus, o campo da pesquisa. Com isso fizemos um levantamento de dados no qual haviam lacunas de dados sistematizados sobre o quantitativo de animais não humanos com algum tipo de deficiência em uma única base de dados o que encontramos foram fragmentações entre reportagens, iniciativas de ONGs e narrativas isoladas.

Tal invisibilidade demandou algumas técnicas do jornalismo de dados e da ciência de dados que foram entrelaçadas em um mesmo plano de experimentação. O primeiro movimento foi reunir fragmentos de informação noticiosa, relatórios institucionais de centros de zoonoses, levantamentos parciais de organizações não governamentais, de órgãos governamentais e narrativas midiáticas locais. Esses materiais, embora heterogêneos em formato e confiabilidade, foram integrados segundo a perspectiva da

heterogeneidade informacional (Doan et al., 2012), que reconhece a necessidade de traduzir sistemas distintos, registros jornalísticos, sites, documentos, base de dados em um mapeamento do tema abordado, somado a esse processo nos articulamos em torno da netnografia (Kozinets, 2014) uma extensão da etnografia para os ambientes digitais.

Por meio dessa convocação traçamos um panorama do abandono de animais com deficiência em Manaus em fragmentos de bancos de dados não estruturados para produzir um quadro interpretativo e de algum modo dar rosto social àquilo que se esconde por trás dos números e dar ouvidos à eles. O abandono de animais em centros urbanos é um fenômeno recorrente e, de certo modo, estrutural (Em Tempo, 2015; G1 Am, 2013, 2025; Pinheiro et al., 2019; Pêsoa, 2025) além das ruas esse ato se estende também ao abandono nos campus das universidades situadas na cidade de Manaus (Silva et al., 2022; Grana, 2023). O Brasil possui quase 185 mil (184.960) animais abandonados ou resgatados após maus-tratos, sob a tutela de organizações não governamentais (ONGs) e grupos de protetores, desse percentual 177.562 (96%) são cães e 7.398 (4%) são gatos (Puente, 2022).

Desses números cães e gatos com limitações motoras por efeitos de acidentes, doenças ou deformidades congênitas, partilham do abandono e diversos tipos de exclusão além de sofrerem com mordedura 32,5% e/ou seguido de atropelamento 28% (Rocha, et. al, 2023). Por demandarem cuidados específicos, animais com algum tipo de deficiência tornam-se sujeitos de uma quase invisibilidade pois são menos propensos à adoção, muitos levam até quatro vezes mais tempo para serem adotados. Apesar do problema, há escassez de dados públicos e sistematizados sobre o abandono de animais com deficiência no Brasil (Almeida, 2025), o que contribui para a invisibilidade e do debate social e midiático, essa ausência estatística limita a formulação de políticas públicas e

a mobilização de organizações da sociedade civil e a sensibilização da opinião pública.

Em Manaus, o Centro de Zoonoses recebe cerca de 600 animais abandonados por mês, muitos com deficiências físicas que dificultam sua locomoção. Aproximadamente das centenas de animais abandonados, cerca de cinco por cento possuem deficiência física (Neto, 2019). Nesses dados a deficiência é uma espécie de “marcador de descartabilidade”, que os condena a vulnerabilidade em que o abandono não é apenas um ato individual, mas um sintoma das hierarquias que estruturam a convivência entre humanos e não humanos no espaço social. No âmbito das políticas públicas, o cenário de banco de dados governamental animal não é diferente não há dados que informem acerca dos animais abandonados e quais destes tenham algum tipo de deficiência motora, no entanto, espera-se que esse cenário seja alterado com o Sistema de Cadastro Nacional de Animais Domésticos (SinPatinhas) coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, no âmbito do ProPatinhas. Essa base de dados pretende retirar cães e gatos da invisibilidade estatística, reunindo informações sobre castração, vacinação, microchipagem e abandono em torno do CPF do tutor. Ainda que represente um avanço no planejamento de políticas públicas de bem-estar animal, o cadastro estatal não contempla os sujeitos centrais deste artigo, cães e gatos em condição de abandono e deficiência.

Com isso, costuma-se afirmar, no âmbito do jornalismo, que o papel do repórter é dar voz àqueles que estão silenciados, no entanto, tal formulação emprega em si mesma uma armadilha conceitual, pois a voz já está sempre presente, mesmo quando inaudível para os dispositivos de enunciação o que falta não é voz, mas a escuta (Arantes, 2025), isto é, a disposição de reconhecer a alteridade como produtora de sentido e não como matéria-prima a ser traduzida em narrativa. Escutar, nesse caso, não significa apenas registrar, mas amplificar, modos de existência que a linguagem

estatística tende a invisibilizar, mesmo que essa voz nesse caso dos animais não-humanos (Haraway, 2022, p.107) que compartilham conosco a condição de espécies companheiras (Haraway, 2021).

Conforme Bounegru e Gray (2021, p.16-18), é necessário investigar não apenas o conteúdo da quantificação dos dados, mas o próprio ato de quantificar, cujos efeitos dependem das intenções e da forma de sua implementação [...] a questão não é tomar os dados como um dado, mas como problema, como acontecimento que demanda interpretação. Em vez de tratar a relevância e importância do jornalismo de dados como assertivas, tratamos como uma questão que pode ser abordada de diversas formas. (Bounegru, L., & Gray, 2021, p.16).

De acordo com os dados levantados, no reunimos em torno da problemática de que maneira a deficiência física atua como marcador de descartabilidade no abandono de cães e gatos em Manaus e de que modo a ausência de dados sistematizados contribui para a invisibilidade dessa problemática, e como o jornalismo de dados aqui pode ser mobilizado como método de intervenção social?

O levantamento de informações sobre abandono de animais em Manaus evidenciou a deficiência física como um “marcador de descartabilidade”, cães e gatos com limitações motoras apresentam maiores dificuldades de adoção e permanecem mais tempo em abrigos em condição de vulnerabilidade acentuada. Se, no plano humano, o jornalismo de dados permite expor a desigualdade estrutural, no plano das espécies companheiras (Haraway, 2021), ele pode igualmente revelar a precariedade a que esses animais são submetidos, situando-os na cartografia dos sujeitos invisibilizados pela lógica urbana e institucional. Com o objetivo de evidenciar de que maneira a investigação baseada nesses fragmentos de dados nos permitiu não apenas reconhecer que aproximadamente cinco por cento dos animais abandonados possuem deficiência física, mas também compreender fundamentar a invenção de soluções de baixo

custo, orientadas a reinscrever esses corpos, antes reduzidos à condição de descartáveis, em circuitos de cuidado, mobilidade e sociabilidade.

Apesar dessa condição, tal problemática não encontra espaço nas agendas tradicionais do jornalismo de dados e nas linhas editoriais dos veículos. O que se observou foram muitas reportagens, matérias com dados, em que números são mobilizados de modo ilustrativo, mas sem que a estrutura da investigação dependa da articulação entre bancos de dados e a relação entre eles. De acordo com Mancini e Vasconcellos (2016), reportagens com dados é o uso da informação quantitativa como recurso de apoio à narrativa jornalística; já reportagens de dados, o dado é o próprio fundamento da pauta ou seja o dado ou a falta dele é que organiza e mobiliza toda a trama investigativa e é por meio dela que se orienta a construção da reportagem, da matéria, do documentário entre outros.

É nesse ponto que o projeto aqui apresentado se inscreve, ao mostrar que a ausência de dados também é um dado, e que o vazio estatístico é, ele próprio, um problema a ser narrado mais do que denunciar a invisibilidade, a experiência permitiu engendrar soluções situadas para animais em condição de deficiência motora, reinscrevendo-os no campo do cuidado e transformando a lacuna num operador de intervenção social e biossociotécnica. Nesse processo a deficiência é um dos “marcadores de descartabilidade”, que prolonga a espera de cães e gatos pela adoção. A partir desse parâmetro, indagamos se a prototipagem em 3D poderia se constituir não apenas como uma técnica de assistência, mas como um dispositivo de reconfiguração das relações entre humanos, animais e máquinas, um modo de devolver movimento e, com ele, possibilidade de reintegração social a esses corpos minorados pela deficiência.

Você também não consegue pensar numa espécie sem estar dentro da ficção científica. Algumas das coisas mais interessantes sobre espécie são feitas em projetos científicos de ficção científica, literários e não literários – projetos artísticos de vários tipos. Pós-humano é muito restritivo. Então, vou às espécies companheiras, embora tenham sido sobrecodificadas como se significassem cachorros e gatos. Eu criei essa situação para mim mesma escrevendo primeiro sobre cachorros. Mas penso no Manifesto ciborgue e no Manifesto das espécies companheiras como uma moldura para a pergunta sobre relacionalidades em que as espécies em questão. (Haraway, 2021, p.99)

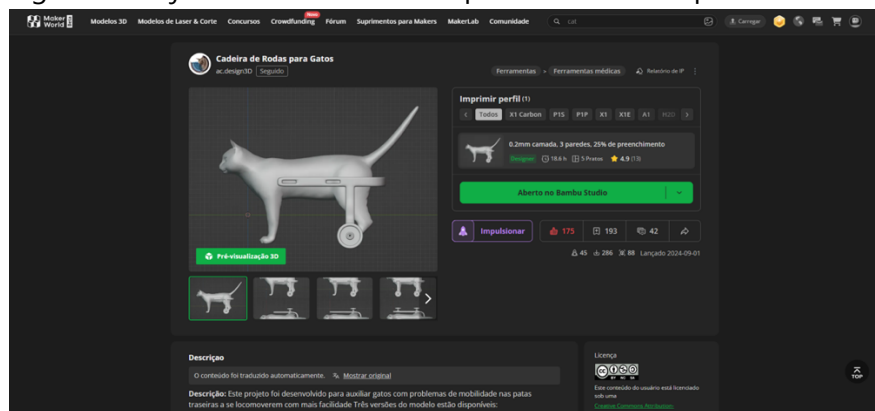
Foi observado que trabalhos anteriores de aplicação da impressão 3D na reabilitação animal já haviam sido realizados como no caso conduzido pelo doutor Roberto Fecchio, na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, em que a confecção de uma prótese para um tucano-de-bico-verde, cuja deformidade no bico interditava a alimentação, possibilitou não apenas o retorno ao ato de comer, mas a reinscrição do animal no circuito vital de sua espécie.

O processo todo envolveu a moldagem do bico com gesso dentário, confecção de réplica em 3D, a partir da qual foi feita a simulação da prótese e em seguida a sua “impressão” 3D. Segundo Fecchio, o material utilizado foi o ácido polilático (PLA), um polímero derivado do milho. a cirurgia, foi

realizada fixando a prótese com resinas odontológicas. (Usp, 2015).

Realizado o levantamento de dados, o passo seguinte foi a busca pelo modelo da prototipagem, uma cadeira de rodas em 3D para animais abandonados com limitações físicas configurou-se como o projeto a ser desenvolvido que nos levou a buscar, na plataforma MakerWorld. De acordo com (Lima, 2025) é comum na cultura de *software*, desenvolvimento e tecnologia o reaproveitamento e adaptação de códigos já existentes para novos contextos, na programação [...] raramente se constrói algo do zero, porque já existem outros meios, bibliotecas, *frameworks* e trechos de código que podem ser continuamente modificados, ajustados e remendados para se adequarem a novas demandas [...] seja em fóruns, em projetos anteriores, trechos de código, estruturas e soluções prontas que foram adaptadas, copiadas, remendadas para atender ao novo objetivo. A própria dinâmica do curso e das ferramentas disponíveis nos conduziu à plataforma de impressão 3D MakerWorld, onde tomamos como ponto de partida o projeto *Cadeira de Rodas para Gatos*, concebido pelo usuário *ac.design3D*.

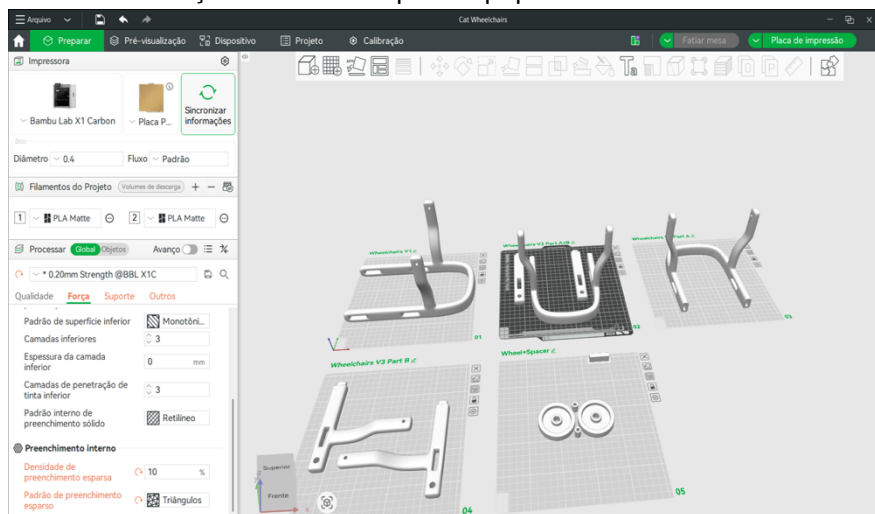
Figura 1: Projeto Cadeira de Rodas para Gatos em impressora 3D



Fonte: Captura de tela da plataforma MakerWorld. Usuário: *ac.design3D*

A partir do modelo disponível na MakerWorld, acompanhamos como o usuário havia implementado a cadeirinha de rodas no Bambu Studio, e, diante da observação do protótipo na mesa, passamos aos ajustes.

Figura 2: Representação do modelo na plataforma da impressora 3D com a otimização do modelo pela equipe 4

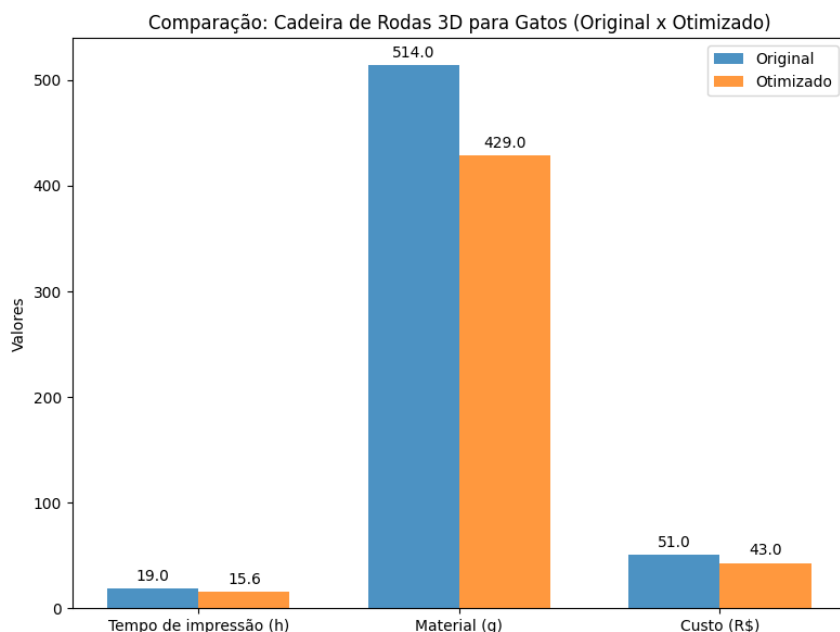


Fonte: Captura de tela da plataforma MakerWorld.

O modelo original apresentava parâmetros pouco sustentáveis com cerca de 19h06min o tempo de impressão, 514g de PLA consumido e custo de R\$ 51,00. Esse conjunto de métricas, embora viável no plano estritamente técnico, tinha uma ineficiência energética e material que, aqui no Amazonas assume outros contornos. Conversamos e chegamos à conclusão de que a otimização seria em torno da diminuição de tempo na impressão da cadeira visando menor consumo de energia elétrica, visto que o Amazonas é o oitavo estado do Brasil com maior tarifa residencial de energia elétrica. Com isso a modificação consistiu na substituição da estrutura interna de grade de cubo por triângulos, na prototipagem o desenho geométrico altera o tempo de impressão, o volume de material requerido e, sobretudo, o consumo de eletricidade

mobilizado para sustentar a máquina em operação. O triângulo, conferiu maior resistência mecânica sem acréscimo de peso, conseguimos reduzir o custo e a duração do processo. O resultado foi a redução do tempo de impressão em 15h36min (18% a menos), consumo de material em 429g (redução de 16%) e custo final de R\$ 43,00 (15% a menos).

Figura 3: Comparação dos modelos original e do modelo que nossa equipe otimizou



Fonte: Elaborado pelas autoras com código *Python* a partir dos resultados no Bambu Studio e da otimização realizada

Finalizadas as duas horas, restavam dois minutos até nossa apresentação. Era preciso levar o notebook até a mesa de apresentação, no entanto, ao retirar o computador da tomada, constatamos que a "bateria estava viciada", o computador desligou. Não sabíamos se a apresentação estava salva, não sabíamos sequer se haveria apresentação. Diante do impasse, solicitamos ao professor

que outra equipe se adiantasse, invertendo a ordem. Reconectado o aparelho à bateria descobrimos que o material estava lá, a colega responsável pela exposição, optou em fazer o *pitch* no Canva. Apresentamos o *pitch* fomos a quarta equipe a se apresentar, em meio a projetos de utensílios cotidianos, adaptadores de celular, uma broca para não sujar o chão, um jogo de cartas, um apoiador de punho. Cada grupo expunha sua solução, e após as arguições, todos os participantes, inclusive o professor, deveriam votar. O resultado não foi julgado por um júri externo, mas por voto popular das outras equipes e foi assim que, nossa proposta foi eleita como a que mais articulou valor social e capacidade de melhoria, ganhamos em primeiro lugar na competição de protótipos de impressão 3D.

Considerações finais

O presente trabalho partiu da problemática da invisibilidade estatística dos animais com deficiência motora em situação de abandono, tomando como hipótese que o jornalismo de dados poderia não apenas descrever o não dado, mas traduzi-lo em investigação e fundamento para soluções sociais. A experiência desenvolvida em ambiente *maker* na Universidade Estadual do Amazonas demonstrou que a prática jornalística, ao articular números dispersos e narrativas situadas, é capaz de produzir não só diagnóstico, mas também intervenção social. Com a análise dos dados, os resultados obtidos evidenciaram que cerca de 5% dos animais disponíveis para adoção apresentam algum tipo de deficiência física, permanecendo até quatro vezes mais tempo em abrigos que os demais. Esse dado demonstra que esses animais estão sendo negligenciados por políticas públicas e pelas agendas tradicionais do jornalismo de dados, dessa forma ao articular dados dispersos pensamos em uma solução, a prototipagem de uma cadeira de rodas adaptada em impressão 3D, com otimizações que reduziram em 18% o tempo de produção, 16% o consumo de material e 15% o custo final, demonstrando que a integração entre

dados e cultura maker pode gerar respostas acessíveis e replicáveis a problemas sociais invisibilizados. Do ponto de vista epistemológico, a pesquisa sugere que o jornalismo de dados não deve ser instrumento de visualização ou a um adereço narrativo, mas compreendido como prática como um modo de agência que conecta humanos, animais e máquinas. Nesse sentido, números e narrativa são indicadores de mundos possíveis, capazes de reorganizar relações e produzir materialidades. Reconhece-se, contudo, a limitação desta experiência, circunscrita a um exercício pedagógico de curta duração, realizado em contexto experimental. Ainda assim, o gesto metodológico de transformar ausência de dados em fundamento de investigação, aponta para a necessidade de ampliar esforços de sistematização, como o recém-criado SinPatinhas, mas também de tensioná-los, de modo a incluir aqueles corpos não tutelados, em situação de rua ou em abrigos. Como perspectiva futura, propõe-se que investigações semelhantes possam articular jornalismo de dados, ciência cidadã e tecnologias abertas para constituir bancos de dados inclusivos, potencialmente integrados a políticas públicas de bem-estar dessas espécies companheiras, sugere-se a consolidação de um campo em que dados não humanos sejam tratados como matéria de investigação jornalística, reconhecendo nas espécies companheiras sujeitos de uma ecologia cidadã.

Referências

Almeida, J. de. (2025, June 28). Cães com deficiência formam uma parcela significativa da população pet. **Jornal da Itatiaia**.

Anderson, C. W. (2018). **Apostles of certainty: Data journalism and the politics of doubt**. Oxford University Press.

Arantes, M. E. do N. (2025, September 4). **A crise ambiental na TV: Um estudo de caso sobre a cobertura dos eventos climáticos**

extremos na mídia televisiva amazonense [Palestra]. Faculdade Boas Novas, Manaus, AM, Brazil.

Borochovcicius, E., & Tortella, J. C. B. (2014). Aprendizagem baseada em problemas: Um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 22(83), 263–294.

Bounegru, L., & Gray, J. (Eds.). (2021). **The data journalism handbook: Towards a critical data practice**. Amsterdam University Press.

Constantaras, E. (2021). Data journalism by, about and for marginalized communities. In L. Bounegru & J. Gray (Eds.), **The data journalism handbook: Towards a critical data practice** (p. 334). Amsterdam University Press.

Feenberg, A. (2002). **Transforming technology: A critical theory revisited** (2nd ed.). Oxford University Press.

Gehrke, M., & Mielniczuk, L. (2017). Philip Meyer, o outsider que criou o jornalismo de precisão. **Intexto**, (39), 4–13. <https://doi.org/10.19132/1809-8583201739.4-13>.

G1 AM. (2025, April 23). **Vídeo mostra homens abandonando cachorros em rua na Zona Norte de Manaus**. G1.

Gomes, M. G. da S. (2023). Relato de experiência cultura maker: Construção de fanzines nas aulas de História. **Revista MultiAtual**, 4(5), 186.

Haraway, D. (2021). **O manifesto das espécies companheiras: Cães, pessoas e alteridade significativa**. Bazar do Tempo.

Haraway, D. (2022). **Quando as espécies se encontram**. Ubu Editora.

Kozinets, R. V. (2014). **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online**. Penso.

Lima, M. B. (2020). **Perspectivismo maquínico: Sobre um ponto de vista heurístico concernente aos ecossistemas comunicacionais** [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas].

Lima, M. B. (2025). **Refatoração antropológica: Proposições para repensar diversidade de gênero e raça em sistemas de inteligência artificial** [Tese de doutorado, Universidade Federal do Amazonas].

Mancini, L., & Vasconcellos, F. (2016). Jornalismo de dados: Conceito e categorias. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, 18(1), 69–82.

Meyer, P. (2002). **Precision journalism**. Rowman & Littlefield Publishers.

Neto, O. (2019, March 29). Arquiteto fabrica cadeiras de rodas para animais especiais em ONG de Manaus. **G1 AM**.

Pessôa, C. (2025, April 4). Animais de rua: 5 milhões de cães e gatos estão em risco no Brasil. **Agência Brasil – Radioagência Nacional**.

Pinheiro, M., Mesquita, E., Sidarta, I., Miranda, D., & de Araújo, P. (2019). Clube do Resgate: Um jogo digital baseado em localização para a conscientização contra o abandono de animais. In **Anais do 18º Simpósio Brasileiro sobre Fatores Humanos em Sistemas Computacionais (IHC)** (pp. 61–65). Sociedade Brasileira de Computação. <https://doi.org/10.5753/ihc.2019.8401>.

Pinto, D. C. M. (2021). **Pode o animal falar? Um estudo sobre o especismo no jornalismo brasileiro contemporâneo** [Tese de doutorado em Jornalismo].

Preciado, P. B. (2020). **Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia**. Zahar.

Puente, B. (2022, August 8). Brasil tem quase 185 mil animais resgatados por ONGs, diz instituto. **CNN Brasil**.

Rocha, R. M., et al. (2023). Frequência do trauma torácico em animais de companhia na cidade de Manaus – Amazonas. In **Ciências veterinárias: Patologias, saúde e produção animal** (Vol. 2). Atena Editora.

Santos, J. T. G., & Andrade, A. F. de. (2020). Impressão 3D como recurso para o desenvolvimento de material didático: Associando a cultura maker à resolução de problemas. **RENOTE**, 18(1). <https://doi.org/10.22456/1679-1916.106014>.

Silva, J. dos S. da, Biondo, A. W., & Cavalieri, M. A. R. (2022, January 24). A universidade e seus vira-latas: O mau exemplo e o impacto das populações caninas abandonadas em campi universitários em todo o Brasil. **Jornal da USP**.

Spinuzzi, C., Pogoe, G., Nelson, R. S., Thomson, K. S., Lorenzini, F., French, R. A., Burbach, S. D., & Momberger, J. (2015). How do entrepreneurs hone their pitches? Analyzing how pitch presentations develop in a technology commercialization competition. In **Proceedings of the 33rd Annual International Conference on the Design of Communication (SIGDOC '15)** (Article 48, pp. 1–11). ACM. <https://doi.org/10.1145/2775441.2775455>.

The age of A.I.: Usando a I.A. para fazer um humano melhor [Vídeo]. (2019, December 18). YouTube Originals. <https://www.youtube.com/watch?v=lrV8ga02VNg>.

Universidade de São Paulo. (2015, September 16). Prótese criada na FMVZ em impressora 3D reabilita tucano com deformidade no bico. Vendramin, C. (2019). Repensando mitos contemporâneos: O capacitismo. In **Anais do Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos**. <https://www.iar.unicamp.br/publionline/simpac/www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/view/4389.html>.

Vogel, D. (2022). Da apreensão do tempo ao pormenor inútil nos relatos jornalísticos. In G. Silva, D. Vogel, & T. Silva (Orgs.), **Apuração, redação e edição jornalística** [Recurso eletrônico]. Editora da UFSC.

A

Acessibilidade — 135, 143–161, 177–178, 183–185, 206.

Alteridade — 95, 98, 101, 106, 110–112, 208, 217.

Amazônia — 59–63, 66, 69–73, 75–77, 79–84.

Amazônia Legal — 60, 62, 69, 81.

América Latina — 57, 67, 85.

Animais com deficiência — 207, 215.

Análise Crítica do Discurso — 20, 23–24, 32–33, 36, 116.

C

Capitalismo de desastre — 22–23, 27, 42, 57.

Ciência — 19, 58, 64, 78, 83–84, 94, 100, 130, 144, 146–147, 150, 152–157, 159–160, 163–164, 166–167, 173, 177–179, 185, 193–194, 198–199, 201–202, 206–210, 213, 215–216, 219.

Ciência de dados — 206.

Circulação — 92, 101, 103, 105, 107, 123–124, 126–128, 130, 134, 137.

Comunicação — 19, 21–24, 45–46, 52, 56–57, 63, 65, 73, 82–85, 87–93, 97–104, 106–107, 109–113, 115–117, 126, 143–161, 164, 168–169, 171–172, 179, 182, 188, 198–199, 202, 205.

Comunicação e educação — 111.

Comunicação intercultural — 87, 89, 97–101, 103–104, 109–113, 115.

Comunicação organizacional — 23, 45.

Conflitos socioambientais — 32, 58, 61, 77, 85.

Conhecimento — 23, 30, 36, 41, 46, 52, 61–63, 65, 68, 73, 78, 80–81, 93, 97, 107, 109–110, 112, 124–125, 128, 130–134, 136–140, 146–147, 150, 158–159, 163, 166–167, 173, 177, 183–184, 191.

Contradiscurso — 20–21, 23–24, 33, 35, 45, 47–48, 52.

Cultura digital — 123–128, 131, 134–135, 137, 139–140.

Cultura maker — 216–217, 219.

D

Dados — 36, 39–40, 61, 84, 103, 112, 135–137, 145–148, 150–152, 158, 166, 168–169, 174, 181, 183, 193, 201–210, 212, 215–216, 218.

Democracia — 27.

Desigualdade — 20–21, 25–26, 31, 69, 78, 202, 204, 209.

Desinformação — 83, 123–128, 130–141.

Direitos — 60, 64, 109, 144, 150, 152, 204.

Direitos humanos — 152.

Diáspora — 105.

E

Ecologia humana — 19, 22–23, 53.

Ecossistema — 19, 124, 126, 218.

Educação — 41, 60, 76, 79, 96, 100, 111, 123, 125, 131–134, 138–141, 145–146, 158, 202, 217.

Educação tecnológica — 125, 131–133, 139–140.

Ethos empresarial — 20, 27–28, 36–37.

Extrativismo — 20, 44, 58, 67, 85.

F

Fontes — 32, 54, 80, 123, 129, 132, 137, 148, 152–153, 178, 192.

Formação jornalística — 177.

Fronteiras — 58, 81, 85, 95, 109, 218.

G

Governança — 25, 32, 38, 43.

Greenwashing — 28, 31, 37–38, 54.

H

Hegemonia — 24–25, 32, 35, 38, 42–43, 45, 82.

Hegemonia discursiva — 25, 35.

I

Ideologia — 24, 32, 37, 66, 130.

Impressão 3D — 205, 211–212, 215, 219.

Inclusão — 28, 30, 65, 79, 144, 149, 160, 173, 175, 182–183.

Informação — 61, 65, 83, 102, 106, 123–141, 144, 159, 168, 177–178, 182–183, 192, 202–203, 206, 210.

Inovação — 25, 28, 35, 96, 165, 173, 179, 182–183, 199.

Interculturalidade — 88, 98, 111, 115, 119.

Interdisciplinaridade — 195, 199.

Intervenção social — 183, 201, 203, 209–210, 215.

J

Jornalismo — 59–66, 68–73, 75–85, 143–145, 148, 150–153, 155–156, 158–161, 163–176, 179–180, 182–183, 186–187, 189, 191, 196–199, 201–206, 208–210, 215–219.

Jornalismo de dados — 201–204, 209–210, 215–216, 218.

Jornalismo socioambiental — 59, 68, 79–81.

Jornalistas — 60, 63–65, 76, 78–80, 82, 85, 145, 155, 157, 174, 184, 189, 202.

Justiça — 21, 23, 30, 35, 38–39, 45–47, 50, 52–53, 68, 202.

Justiça ambiental — 21, 30, 53.

L

Letramento informacional — 123, 125, 128–131, 134–136, 138–141.

Linguagem — 20–22, 24–25, 28, 32–33, 37–38, 40, 52–53, 56–57, 98, 108, 114, 117, 129, 156, 208.

M

Memória — 21–23, 32, 35–36, 39–40, 45, 51–53, 57, 95, 183.

Memória coletiva — 21–22, 35, 40.

Memórias subterrâneas — 23, 35, 53.

Migração — 66, 103, 115.

Mineração — 19, 26, 33–34, 44.

Mobilidade — 88, 98–99, 105–106, 109, 114, 210.

N

Narrativas — 19–20, 23–25, 33, 43, 52, 81, 91, 93, 95–96, 116, 124, 127–128, 143, 183, 202–204, 206, 215.

Neocolonialismo — 23, 26, 57.

P

Pesquisa aplicada — 146, 163–172, 174–177, 179, 182–185, 188–191, 193–199.

Pesquisa participante — 143, 145–146, 148–150, 158, 160.

Poder — 19, 21–26, 28, 31–35, 37–38, 40–41, 45, 52–54, 58–59, 61–62, 64, 80, 84, 89, 91, 93, 95–96, 101, 108, 111–112, 117, 128, 150, 153, 156, 174–176, 180, 203, 210, 215.

Poder simbólico — 23, 38, 54, 95–96.

Prototipagem — 201, 210, 212–213, 215.

R

Redes diaspóricas — 109.

Reparação — 20–21, 24, 30–32, 34–36, 40, 43–46, 48, 51–53, 56, 64, 111, 159.

Responsabilização — 23, 35, 44, 52–53.

S

Silenciamento — 19, 22–23, 31, 45, 52–53, 56, 179, 205.

Silenciamento simbólico — 22–23, 45.

Stakeholders — 28, 30–31, 49, 57, 205.

Sustentabilidade — 24, 28, 30–32, 34, 36, 38, 40, 43–44, 53, 56, 70, 75–77.

T

Tecnologias assistivas — 143, 145, 150–153, 157.

Tecnologias digitais — 132, 135, 140.

Território — 19–24, 27, 33, 38–39, 41, 43, 50–53, 56–57, 59, 62–63, 67, 69, 77, 79, 98, 108.

V

Violência — 22–23, 45, 51, 53, 59–60, 81–82, 202–203.

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES

Alexsandro Teixeira Ribeiro

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).
Professor do Centro Universitário Internacional.

Ana Vitória Alkmim de Souza Lima

Pesquisadora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa Doutora em Ecologia Humana (Universidade Nova de Lisboa). Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995), mestrado em Marketing Internacional pela Universitat de Girona (2004) e MBA pela PUC Minas ,(2005). Atualmente é pesquisadora no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, professora convidada da Fundação Dom Cabral, Conselheira na Society for Human Ecology e membra da ALED - Associação Latino-americana de Estudos do Discurso. Tem experiência no primeiro, segundo e terceiro setores nas áreas de Administração, Comunicação e Sustentabilidade com ênfase em Estratégia, Inovação, Sustentabilidade, gestão de Organizações Sociais, Empreendedorismo e Negócios Internacionais. Membro do Conselho da Society for Human Ecology e associada à ALED - Associação Latinoamericana de Estudos do Discurso.

Emanuela Bezerra Gueiros

Mestra em Ciências da Saúde pela Universidade de Pernambuco (UPE) Graduada em Jornalismo pelo Centro Universitário Internacional UNINTER.

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior (Gilson Pôrto Jr.)

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM-UFBA),

mestre em Educação pela Faculdade de Educação (PPGE-UnB) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo, Pedagogia, História e Letras. Realizou estudos de pós-doutoramento/professor visitante nas Universidades de Coimbra (UC-Portugal), de Cádiz (UCA, Espanha), de Brasília (FAC-UnB) e UNESP (UNESP-SP). Atualmente é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Nível C), coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT) e do Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão Informação, Comunicação e Memória (INFO-UFT). É professor na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (Educante-UFT, doutorado acadêmico, 2026-atual), no Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMuseu-UFBA, mestrado acadêmico, 2023-atual) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIN-UFF, doutorado acadêmico, 2021-atual). É Investigador Colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) da Universidade de Coimbra (UC-Portugal).

Igor Arnaldo Soares de Alencar

Doutor em Ciência, Tecnologia e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Turismo pela mesma instituição e bacharel em Ciência da Computação. Possui formação multidisciplinar com especializações nas áreas de Gestão Estratégica da Inovação, Políticas de Ciência e Tecnologia, Educação a Distância, Educação Tecnológica, Logística Empresarial e Gestão da Tecnologia da Informação, além de graduação em Jogos Digitais e em Gestão da Tecnologia da Informação pela Universidade Estácio de Sá. Atua como professor e pesquisador nas áreas de cultura digital, educação tecnológica, inovação e gamificação, com experiência na formação de jovens e adultos em contextos educacionais diversos. Atualmente, desenvolve pesquisas voltadas à relação entre tecnologias digitais, práticas

pedagógicas e construção de sentido na contemporaneidade, com ênfase no uso de jogos digitais e estratégias inovadoras no processo de ensino-aprendizagem. Tem interesse em temas como comportamento informacional, cultura gamer, comunicação digital e processos educativos mediados por tecnologias.

Guilherme Gonçalves Carvalho

Pós-doutor em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professor do Centro Universitário Internacional – UNINTER.

Janaina Alves More

Doutoranda em Administração pela Universidade Positivo
Doutoranda em Administração no PPGA da Universidade Positivo (Bolsista Capes). Mestra (Bolsista Capes) em Administração pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2022) e Graduada em Letras-Português pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2001). Especialista em Comunicação e Semiótica(Bolsista Pibic) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2005). Especialista em Gestão Estratégica pela Universidade Positivo (2020). Graduada em Administração e Letras/Inglês pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Atual). Revisora de textos Acadêmicos. Mentora de escrita acadêmica.Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura, Gramática e Produção de Texto. Professora de Língua Portuguesa, Literatura, História da Arte e Empreendedorismo. Escreve materiais didáticos nas áreas de Administração e Letras. Mentora graduandos e pós-graduandos em escrita acadêmica. Lidera o Grupo de Pesquisa em Análise Crítica do Discurso (Universidade Positivo).

Laísa Maida Pinto Lima

Docente do curso de Produção Publicitária do Instituto Federal do Amazonas - Campus Manaus Centro (IFAM-CMC). Mestre em

Ciências da Comunicação do curso de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (PPGCCOM-Ufam). Pesquisadora na área de Ciências Sociais, com ênfase em Novas Mídias e Tecnologias Emergentes do grupo de pesquisa Linguagem, Arte, Comunicação e Ciência (LACC/IFAM). Graduada em Produção Publicitária pelo Instituto Federal do Amazonas - Campus Manaus Centro (IFAM-CMC). Graduação em andamento em Relações Públicas. FIAM-FAAM (FMU - São Paulo).

Laiza Monik de Oliveira Mangas

Doutoranda em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/UFGA), com bolsa Capes, e estuda a relação entre jornalismo, meio ambiente e sociedade a partir do binômio ensino e prática. É mestre pela mesma instituição e integra os grupos de pesquisa Comunicação e Resistência (UFGA/CNPq) e Preservação (UFGA e UFRN/CNPq).

Mayane Batista Lima

Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (PPGIC/FIC/Ufam). Docente do curso de Jornalismo da Faculdade Boas Novas (FBN). Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFGA), com estágio doutoral-sanduíche na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Pesquisadora visitante do Centro de Inteligência Artificial da USP no Comitê de Inclusão e Diversidade (C4AI-CID/USP/IBM/FAPESP). Mestre em Ciências da Comunicação (PPGCCOM-UFGA), especialista em Marketing, Publicidade e Propaganda e Gestão de Pessoas, pela UniNorte. Bacharel em Jornalismo pela mesma instituição. Possui especialização em Machine Learning pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU),

onde também cursa o bacharelado em Ciência da Computação. Jornalista de Dados 1066/AM.

Mohammed ElHajji

Professor Titular da UFRJ. Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Docente dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM) e em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) - ambos da UFRJ. Sua pesquisa, estudos, produção intelectual e direção de teses (no âmbito nacional como internacional) são focados na questão migratória transnacional, diaspórica e intercultural. Professor e coordenador local do Consórcio MITRA / Master Erasmus Mundus em Migrações Transnacionais. Membro Associado do Grupe de Recherche en Communication Internationale et Interculturelle GERACII da UQAM (Université du Québec à Montréal) e do Group of Research on Ethnic Relations, Migration and Equality GERME da ULB (Université Libre de Bruxelles). Coordenador do Fórum de Migrações e do Simpósio de Pesquisa sobre Migrações. Líder do Grupo de Pesquisa em Migrações Transnacionais e Comunicação Intercultural - Diaspotics. Pesquisador do CNPq. Assessor da FAPESP. Coordenador de Relações Internacionais da UFRJ para França e a Francofonia.

Rosane Maria Albino Steinbrenner

Jornalista, professora associada da Faculdade de Comunicação (FACOM) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea) e pós-doutora na área da Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA – UFPA). Coordena o Grupo de Pesquisa "Conflitos Socioambientais, Comunicação e Resistências"

Samara Wobeto

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Comunicação e jornalista pela UFSM. Doutoranda em Comunicação no POSCOM da UFSM. Integra o Grupo de Pesquisa Circulação Midiática e Estratégias Comunicacionais. Pesquisa a acessibilidade na comunicação e no jornalismo. Bolsista Capes.

Sinomar Soares de Carvalho Silva

Doutor em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn) na Universidade Federal Fluminense. Possui mestrado em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins, Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas contemporâneos (UFT) e graduação em Comunicação Social - Jornalismo também pela Universidade Federal do Tocantins (2009),

Viviane Borelli

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Orientadora do trabalho. Docente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (POSCOM) e no Departamento de Ciências da Comunicação (DCC) da UFSM. Coordenadora do Cimid UFSM.

DIREITOS, TERRITÓRIOS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA AMÉRICA LATINA

Esta obra reúne pesquisas que abordam, sob diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e territoriais, os múltiplos vínculos entre comunicação, ciência, direitos e sociedade na América Latina.

Os capítulos discutem como o jornalismo, a educação, a pesquisa aplicada, a comunicação intercultural, o letramento informacional, a acessibilidade e o jornalismo de dados contribuem para tornar visíveis sujeitos, conflitos, saberes e territórios historicamente sub-representados nos regimes de informação.

Ao articular experiências e reflexões oriundas de distintos contextos latino-americanos, o livro reafirma o papel da divulgação científica e da comunicação como práticas democráticas essenciais para a construção de sociedades mais justas, participativas e inclusivas.



CIÊNCIA

Produzir e compartilhar conhecimento para compreender e transformar a realidade.



CONHECIMENTO

Valorizar saberes e experiências que constroem pontes entre universidade e sociedade.



DIREITOS

Afirmar a comunicação como direito humano e bem público fundamental.



JUSTIÇA

Ampliar vozes, enfrentar desigualdades e fortalecer a cidadania.



DEMOCRACIA

Promover participação social, diversidade e informação de qualidade.

